

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

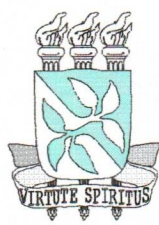
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA NO
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - BAHIA**

FRANCISCA FERREIRA GOMES

SALVADOR-BAHIA
AGOSTO - 1999

51



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA NO
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - BAHIA**

FRANCISCA FERREIRA GOMES
ORIENTADORA: PROF^a DR^a BENEDITA PEREIRA DE ANDRADE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de

MESTRE EM GEOGRAFIA

à
Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
da
Universidade Federal da Bahia



Aprovado:

Comissão Examinadora

..... Dr^a BENEDITA PEREIRA DE ANDRADE (orientadora)
..... Dr^a VERA LÚCIA ALVES FRANÇA
..... Dr^a GUIOMAR INEZ GERMANI

Data da Aprovação:/...../..... Grau conferido em/...../.....

UNEB - DEP. IV - JAC

JAC - DEPT. IV - UNEB

0000

Gomes, Francisca Ferreira.

As transformações sócio-econômicas da agropecuária no município de Feira de Santana – Bahia / Francisca Ferreira Gomes. - Salvador, 1999.
147 f.: il., anexos.

Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 1999.

1. Feira de Santana (BA) - Geografia. 2. Espaço Agrário – Feira de Santana (BA). 3. Transformações sócio-econômicas da agropecuária – Feira de Santana (BA). 4. Modernização agrícola – Tecnologia rural – Feira de Santana (BA). I Título.

CDU - 000.0:000:000.0(000.00)(000)

O trabalho pode ser uma bênção, um castigo, uma ocupação, uma prece, uma fonte de alegria. Depende unicamente de nós. Podemos fazer coisas pequenas com a alma grande e coisas grandes com a alma fria e mesquinha. O segredo da dignificação do trabalho está na alma de quem o realiza.

Roque Scheider

*Aos meus pais: Deusdeth Alves Gomes e Eurides Alves Ferreira in memoriam,
exemplos de luta e a quem devo o que sou.*

*As minhas irmãs: Maria Conceição, Maria das Graças e Rita de Cássia
e ao sobrinho Luciano Júnior, pelo apoio incondicional nesta longa jornada, sem o
qual nada seria possível.*

RESUMO

Feira de Santana caracterizou-se historicamente como um centro de expressão no comércio, com destaque para os produtos agropecuários. O Município possui o segundo adensamento populacional do Estado e uma razoável estrutura econômica, beneficiada pela localização geográfica estratégica de entroncamento rodoviário que possibilita bons níveis de integração com as demais regiões do País. Nos anos 70, a política de incentivos fiscais, coordenada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, juntamente com a ação do governo do Estado e do Município, reforçam o papel comercial da cidade, através da implantação do Centro Industrial do Subaé. O CIS assumiu uma posição importante na economia feirense, integrando-a à dinâmica do desenvolvimento econômico nacional. A tecnologia então implantada refletiu-se na expansão das atividades agropecuárias, com o surgimento de indústrias de beneficiamento das matérias-primas agrícolas e no emprego maciço de equipamentos e insumos modernos que incentivaram, principalmente, a pecuária e recentemente a produção hortifrutigranjeira. Por outro lado, a modernização agrícola em Feira de Santana contribuiu para expropriar os camponeses por causa da intensa valorização das terras. Essas mudanças comprometem os pequenos produtores, parceiros e arrendatários na condição de reproduzir-se socialmente, devido à progressiva redução do espaço dos cultivos de subsistência. Esta situação força-os a recorrer ao assalariamento fora da unidade produtiva. Dessa forma, o estudo se propõe a analisar as transformações sócio-econômicas espaciais, ocorridas na agropecuária, entre 1960 e 1996, decorrentes do processo de modernização. Esse processo representa o domínio do capital no campo e foi fortalecido pelos incentivos dirigidos pela política agrícola do governo.

Palavras-chave: agropecuária, modernização agrícola, tecnologia rural, transformação agroespacial.

ABSTRACT

Historically Feira de Santana was characterized as a marketplace, particularly for agricultural products and cattle. The municipal unit represents the second populational concentration of the State of Bahia and it has a reasonable economic structure, favored by its strategic geographical location, at the crossroads of important routes, what makes possible good levels of integration with the other regions of the country. In the 1970s, the politics of fiscal incentives, coordinated by the SUDENE — Superintendence of Development of the North-East, together with the planned actions of the State and of the municipal unit, strengthened the commercial role of the city, through the installation of the Industrial Center of Subaé — CIS. The CIS assumed an important position in the integration of the local economy into the dynamics of the national economic development. The technology implemented during that period brought the massive use of modern equipment and materials, and had an impact on the expansion of the agricultural activities, through the emergence of industries taking advantage of agricultural raw materials. These factors encouraged principally the cattle raising and, more recently, the horticulture. On the other hand, the agricultural modernization in Feira de Santana, along with the intense rise in land values, has contributed to expropriate the peasants. Due to the progressive reduction of land destined to culture of subsistence, these changes turn difficult the social reproduction of small producers, tenants and copartners. This situation obliges the peasants to search for employment on a salary basis outside the productive unit. Thus, the present study aims to analyze the socio-economic spatial transformations occurred in agriculture and cattle raising, from the 1960 until 1996, provoked by the process of modernization. This process represents the domination of capital on the countryside, strengthened by the agricultural politics of the government.

Key words: agriculture and cattle raising, agricultural modernization, rural technology, agricultural-spatial transformation.

RESUMÉ

Feira de Santana s'est historiquement caractérisée comme un centre d'expression commerciale mettant en évidence ses produits agro-pastoraux. Le municípe, possédant la deuxième concentration de population de l'état ainsi qu'une raisonnable structure économique, profita de sa localisation géographique stratégique; en effet, un axe routier rendit possible de bons niveaux d'intégration avec les autres régions du Pays. Dans les années 70, une politique d'initiatives fiscales coordonnée par la Surintendance de Développement du Nordeste — SUDENE, jointe à l'action planifiée du gouvernement d'état et du municípe renforcèrent le rôle commercial de ce dernier, ceci grâce à l'implantation du Centre Industriel du Subaé. Le CIS assumait une position importante dans l'économie feiranaise lorsqu'il s'intégra à la dynamique du développement économique national. La technologie alors implantée se refléta dans l'expansion des activités agro-pastorales avec l'apparition des industries d'amélioration des matières premières agricoles et dans l'emploi massif d'un ensemble d'équipements modernes qui stimulèrent, principalement, l'élevage, et plus récemment, la production de l'horticulture, de la culture des fruits et de l'élevage de volaille. La modernisation agricole de Feira de Santana contribua à l'expropriation des paysans avec une intense valorisation des terres. Ces changements compromirent les conditions de reproduction sociale des petits producteurs, métayers et fermiers, à cause de la réduction progressive de l'espace des cultures vivrières. Cette situation les força à recourir au salariat à l'oint de l'unité productive. Cette étude se propose d'analyser les transformations socio-spaciales, résultantes du processus de modernisation, intervenues dans l'agro-pastoral des années 1960 à 1996. Ce processus représente le domaine du capital rural, renforcé par des initiatives dirigées par la politique agricole gouvernementale.

Mots-clés: agro-pastoral, modernisation agricole, technologie rurale, transformation agro-spaciale.

AGRADECIMENTOS

Embora a produção científica tenha uma feição solitária, ela na realidade faz parte de um processo coletivo, de elaboração, do qual as discussões, as críticas e as sugestões constituem as bases fundamentais. Não seria possível aqui enumerar todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. No entanto, não poderia deixar de expressar os meus sinceros agradecimentos a algumas delas.

De maneira especial, agradeço a Dr^a Benedita Pereira de Andrade pelos conselhos, críticas, discussões, compreensão e colaboração durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Muito mais que uma orientadora acadêmica, tornou-se, com o passar do tempo, uma verdadeira amiga. Quero registrar aqui a sua seriedade profissional e a sua capacidade de transmitir confiança que fizeram de mim uma eterna aprendiz.

Ao Coordenador da Secretaria de Minas e Energia do Estado, Dr. Luís Antônio A. dos Santos e a sua Secretária Juraci Amorim, pelo apoio e confiança que me dedicaram.

Aos Professores da Universidade Estadual de Feira de Santana, em particular, a Nacelice B. de Freitas e Marialvo Barreto, pela amizade e pelo incentivo a este trabalho.

À Professora Guiomar Germani, pelas críticas e pelos livros indispensáveis à realização deste estudo.

A Lorisa Pinto e a Maristela Puglia, pelos livros e pela gentileza.

Aos Professores do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, colegas, funcionários e amigos, pela amizade e companheirismo, sem os quais esta pesquisa não poderia ser realizada.

Aos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em especial a Ofenísia A. Dantas, Lúcia L. de Jesus e Luís Alberto Soares, pelo carinho e por todos os dados fornecidos.

Ao Inspetor do Departamento de Defesa Agropecuária, Dr. Raimundo Falcão, que colaborou com a realização da pesquisa de campo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo auxílio financeiro.

A Dilzete dos Santos e família, que acompanharam de perto este trabalho, dando-me apoio e confiança para a realização desta pesquisa.

Enfim, a todos os produtores rurais do município de Feira de Santana que, gentilmente, nos forneceram informações durante a realização dos trabalhos de campo.

ÍNDICE

LISTA DE TABELAS	i
LISTA DE FIGURAS	iii
LISTA DE FOTOGRAFIAS	iv
INTRODUÇÃO	1
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	6
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	6
1.2 METODOLOGIA	14
2. O PAPEL DA PECUÁRIA NA GÊNESE E NA EVOLUÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	18
2.1 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO	24
2.2 A PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL	29
3. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	34
3.1 A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO	35
3.1.1 A composição da população por grupos de idades	38
3.1.2 População urbana e rural	40
3.1.3 O perfil do produtor rural	42
4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E TIPOLOGIA DAS PROPRIEDADES	48
4.1 AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DA TERRA	53
4.2 CARACTERIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA	58
4.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS DA PECUÁRIA BOVINA	63
4.3.1 O manejo das pastagens	65
4.4 A FRAGILIDADE DAS CULTURAS TRADICIONAIS E COMERCIAIS	69
4.5 A RECENTE EXPANSÃO DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS	75
4.6 A TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	88

5.	AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E FORÇA DE TRABALHO	94
5.1	MÃO-DE-OBRA E RELAÇÕES DE TRABALHO	95
5.1.1	Divisão do trabalho e as categorias de ocupação da mão-de-obra	98
5.2	OS TRABALHADORES SEM-TERRA E A LUTA PELO TRABALHO	104
6.	A AÇÃO DO ESTADO E A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO FEIRENSE	110
6.1	A INFLUÊNCIA DO CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ NA AGROPECUÁRIA FEIRENSE	112
6.2	AS REDES DE COMERCIALIZAÇÃO DO GADO E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	116
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	BIBLIOGRAFIA	127
	ANEXOS	140

LISTA DE TABELAS

1	Município de Feira de Santana — Evolução Populacional, 1970-1996	34
2	Município de Feira de Santana — População em percentual segundo sexo e grupos de idades, 1970-1996	36
3	Município de Feira de Santana — Evolução da população segundo sexo e total, 1970-1996	38
4	Município de Feira de Santana — Composição da população por classes de idades, 1970-1996	38
5	Município de Feira de Santana — População urbana e rural, 1970-1996	40
6	Município de Feira de Santana — Produtores e membros da família segundo grupos de idades, 1997	43
7	Município de Feira de Santana — Escolaridade dos produtores e membros da família em 1997	43
8	Município de Feira de Santana — Condição legal do produtor, 1970-1985	47
9	Município de Feira de Santana — Número de imóveis por classes de área, 1992-1996	49
10	Município de Feira de Santana — Número de imóveis por classes de área em 1997 ..	51
11	Município de Feira de Santana — Utilização das terras, 1970-1996	54
12	Município de Feira de Santana — Utilização das terras segundo número de produtores em 1997	56
13	Município de Feira de Santana — Destino da produção de bovinos em 1997	60
14	Município de Feira de Santana — Evolução e efetivo da pecuária, 1970-1996	61
15	Município de Feira de Santana — Distribuição dos efetivos da pecuária em 1997 ...	63
16	Município de Feira de Santana — Lavouras temporárias segundo área e produção, 1970-1996	70
17	Município de Feira de Santana — Número de produtores e área cultivada em 1997 ..	74
18	Município de Feira de Santana — Cultivo de verduras por área e produção, 1970-1996	76
19	Município de Feira de Santana — Produção de horticultura por área e quantidade, 1970-1996	78
20	Município de Feira de Santana — Lavouras permanentes segundo área e produção, 1970-1996	81

21	Município de Feira de Santana — Produção de aves e ovos segundo área e produção, 1970-1996	84
22	Município de Feira de Santana — Preparação da terra para cultivo em 1997	88
23	Município de Feira de Santana — Distribuição do uso de trator em 1997	89
24	Município de Feira de Santana — Equipamentos agrícolas das propriedades em 1997	90
25	Município de Feira de Santana — Benfeitorias das propriedades em 1997	91
26	Município de Feira de Santana — Uso de agrotóxicos em 1997	92
27	Município de Feira de Santana — Uso de irrigação nas propriedades em 1997	92
28	Município de Feira de Santana — Assistência técnica das propriedades em 1997	92
29	Município de Feira de Santana — Pessoal ocupado por categoria e sexo, 1970-1996 ..	99
30	Município de Feira de Santana — Pessoal ocupado por categoria e sexo em 1997 ...	101
31	Município de Feira de Santana — Formas de remuneração no campo em 1997	103

LISTA DE FIGURAS

1	Localização da área de estudo	19
2	Município de Feira de Santana — Evolução populacional, 1970-1996	35
3	Município de Feira de Santana — Pirâmides de idades, 1991 e 1996	36
4	Município de Feira de Santana — Composição da população por grupos de idades, 1970-1996	39
5	Município de Feira de Santana — População urbana e rural, 1970-1996	40
6	Município de Feira de Santana — Utilização das terras. 1970-1996	55
7	Município de Feira de Santana — Distribuição do uso da terra em 1997	57
8	Município de Feira de Santana — Evolução dos efetivo da pecuária, 1970-1996	62
9	Município de Feira de Santana — Lavouras temporárias segundo área e produção, 1970-1996	71
10	Município de Feira de Santana — Lavouras permanentes segundo área e produção, 1970-1996	82
11	Município de Feira de Santana — Produção de aves e ovos segundo área e produção, 1970-1996	85

LISTA DE FOTOGRAFIAS

1	Desmatamento para plantação de pastagens, na Fazenda Meu Sonho, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.	55
2	Raças Nelore e Indubrasil, respectivamente, selecionadas na Expofeira – Feira de Santana, 1998	59
3	Raças Nelore e Indubrasil, respectivamente, selecionadas na Expofeira – Feira de Santana, 1998	59
4	Cultivo de cebolinha e coentro na Fazenda Sobrado, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.....	77
5	Tecnologia utilizada no cultivo de hortaliças por hidroponia. Chácara Águas Claras, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998	80
6	Tecnologia utilizada no cultivo de hortaliças por hidroponia. Chácara Águas Claras, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998	80
7	Produção de frangos para corte, na Granja Gurjão, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998	86
8	Criação de emas na Chácara Marilú, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.....	87
9	Criação de emas na Chácara Marilú, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998	87
10	Sala de ordenha computadorizada na Fazenda Venturim, distrito de Humildes – Feira de Santana 1998	90
11	Usina para pasteurização e engarrafamento de leite na Fazenda Venturim, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998	80
12	Emprego de mão de obra do menor na Fazenda Retiro, no distrito de Maria Quitéria, Feira de Santana, 1998	102
13	Ocupação da Fazenda Santa Maria, por trabalhadores sem-terra, distrito de Jaíba, Feira de Santana, 1998	108
14	Aspecto panorâmico do Campo de Gado, Feira de Santana, 1998	116
15	Comércio do gado em pé, no Campo do Gado, Feira de Santana, 1998	117
16	Sede da COOPERFEIRA e detalhes do desossamento de carnes respectivamente, 1998	118

17	Sede da COOPERFEIRA e detalhes do desossamento de carnes respectivamente, 1998	118
18	Centro de Abastecimento, venda de cereais, verduras e legumes, Feira de Santana, 1998	119
19	Centro de Abastecimento, venda de cereais, verduras e legumes, Feira de Santana, 1998	119

INTRODUÇÃO

Feira de Santana constitui um dos municípios mais representativos da economia baiana e está situado em uma posição geográfica privilegiada de entroncamento rodoviário, onde se cruzam as principais rodovias do País. A cidade transformou-se num centro estratégico regional e entreposto de mercadorias, principalmente por lhe ter sido possível estabelecer articulação econômica com outras regiões, ultrapassando o perímetro regional e atuando nacionalmente, sempre, porém, com destaque para produtos agropecuários.

No início da década de 70, a política de descentralização de capitais do Centro-Sul do País e de incentivos fiscais para o Nordeste, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, propiciou a criação de um complexo de indústrias, o Centro Industrial do Subaé — CIS. O município, então, ingressou numa outra modalidade de desenvolvimento econômico que provocou modificações profundas na estrutura produtiva e no ordenamento urbano-rural.

Evidentemente, vários fatores contribuíram para a expansão do parque industrial, entre esses as vantagens propiciadas pela razoável estrutura econômica da cidade — que possui um importante mercado consumidor — e pela sua localização, que facilita o acesso de produtos e a aquisição de matérias-primas e a arregimentação de mão-de-obra em outras regiões brasileiras.

Após a criação do CIS, Feira de Santana tornou-se o centro mais importante de atração de capitais do interior do Estado, o que determinou sua rápida expansão. Viu-se, desse modo, a aplicação de investimentos na política agrícola, ocorrendo o estabelecimento e a consolidação de agroindústrias, de cooperativas, de empresas rurais e de fazendas modernas.

Paralelamente, houve uma rápida expansão das indústrias de transformação, dos meios de transporte, e do comércio, de tal modo que o papel do município como centro coletor e distribuidor de bens de consumo — principalmente de produtos agropecuários — é reforçado através das indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas tais como: carne, leite, milho, feijão, frutas, e pela distribuição de implementos e insumos básicos que incentivaram o desenvolvimento da pecuarização.

Na verdade, com a expansão do capital no campo, a agricultura no município, também experimentou um certo avanço, com o emprego de máquinas e

insumos modernos, destacando-se a utilização intensa do trator no desempenho das tarefas agrícolas. Porém, em Feira de Santana, é a pecuária que se apresenta como a alternativa preponderante no desenvolvimento da economia rural, visto que passou a absorver parcelas maiores das dotações governamentais para a implementação de projetos de modernização, introduzida com novas técnicas de manejo e de melhoramento genético dos rebanhos. Entretanto, em contrapartida, tudo isso transformou a agropecuária em ramo dependente da indústria, ainda que em contínuo desenvolvimento.

Com o crescimento econômico e através da aliança entre o Estado e as empresas nacionais e estrangeiras que constituem os principais agentes viabilizadores da economia rural brasileira, a agropecuária internacionaliza-se. Essa estratégia econômica passou a comandar o destino da produção, com a fabricação de equipamentos e insumos modernos, incentivando a implantação de agroindústrias modernas, voltadas para as exigências do mercado externo.

Esse processo, desenvolvido com muita rapidez e amplitude no território nacional, tem, certamente, repercussões na estrutura fundiária do município e na dinamização de certas atividades simultaneamente com a retração de outras, modificando, particularmente, o quadro das relações de produção e da divisão social do trabalho.

A incorporação dessas mudanças – notadamente o predomínio da pecuária – acentuou a concentração da posse da terra e da produção agrícola. O aumento significativo da área ocupada pelas pastagens e a política governamental, que tem favorecido os grandes proprietários, propiciou o aumento do valor da terra, de modo que desapareceram as pequenas parcelas, antes destinadas à produção familiar, que foram incorporadas aos grandes e médios estabelecimentos agropastoris.

A proliferação de microestabelecimentos agrícolas e a mecanização da lavoura resultaram no aumento do assalariamento temporário e na expulsão do homem do campo. Durante as estiagens, um grande excedente de mão-de-obra recorre ao trabalho fora da unidade produtiva, desvinculando-se da terra de origem.

Desse modo, o processo de modernização que se desencadeou na pecuarização tem contribuído para agravar os problemas já existentes no campo. A expansão da pecuária passou a ocupar mais espaço, expulsando as lavouras de subsistência, juntamente com parceiros e arrendatários e as desigualdades sociais se aprofundaram, com o aumento do predomínio do assalariamento sazonal, agravando as

condições de vida do trabalhador rural. A concentração da propriedade da terra foi intensificada e os recursos naturais (rios, matas, solos, etc.) estão ameaçados de esgotamento, como consequência do desmatamento desenfreado para a implantação de pastagens.

Todos esses fatores abriram a possibilidade de questionamento das alterações decorrentes de uma modernização agrícola que privilegia regiões, produtores e produtos, bem como, algumas atividades, a exemplo da pecuária. A partir dessas mudanças, observa-se que novos padrões organizacionais são introduzidos no sistema produtivo brasileiro, atendendo aos interesses dos grandes latifundiários.

Nesse sentido, a análise das transformações do meio rural assume vital importância quando a concentração fundiária e a redução no emprego da mão-de-obra assalariada promovem a elevação do desemprego. O processo de modernização da agropecuária impôs modificações nas relações de produção, sem que a estrutura da propriedade fosse transformada. Nesta condição, o nível de emprego rural diminuiu consideravelmente, uma vez que a pecuarização, com a ampliação das áreas de pastagens leva à redução da prática agrícola, implicando no aumento do desemprego rural.

As transformações sociais e políticas vividas pela sociedade brasileira, a partir dos anos 70, abriram novas perspectivas para que o debate político chegasse até a Geografia. Estas transformações marcaram a produção geográfica, sobretudo, no que diz respeito à Geografia Agrária Brasileira. Neste contexto, o professor Manuel Correia de Andrade em 1986, escreveu a obra denominada *A terra e o homem no Nordeste*, que constitui um marco político e o compromisso com a mudança social. Segundo o autor, estamos, certamente no limiar de uma nova era, na qual o campo irá desempenhar um papel relevante para compreensão da realidade brasileira.

Repensar o meio rural hoje significa uma maneira de contribuir para superação da crise das ciências sociais e colaborar, como geógrafo, para a compreensão das contradições do mundo contemporâneo. Sendo assim, esta pesquisa justifica-se na medida em que investiga os fatos, a partir de uma situação concreta, utilizando os conhecimentos geográficos. Portanto, o estudo visa contribuir com a Geografia, analisando as mudanças produzidas no espaço agrário feirense, como se considera desenvolvimento e modernização. A contribuição visa, inclusive, analisar e repensar as consequências do processo modernizador da agropecuária no conjunto de transformações capitalistas no campo, que atinge a sociedade como um todo.

Por outro lado, este trabalho preencherá uma lacuna no que diz respeito ao tema abordado, já que não existe qualquer publicação sobre as transformações e as conseqüências da modernização agrícola no município de Feira de Santana.

Diante do que foi exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar as transformações sócio-econômicas e espaciais verificadas no município de Feira de Santana, no período de 1970 a 1996, em função do processo de modernização da agropecuária. Apontamos também como objetivos da pesquisa: identificar os fatores econômicos que induziram a expansão da pecuária no município; analisar a tipologia das propriedades por classe de áreas, relacionando-a à utilização da terra; verificar as mudanças ocorridas nas relações de produção, trabalho e uso da terra; identificar as estratégias políticas na reorganização do espaço agrário feirense; analisar o papel do Centro Industrial do Subaé — CIS e sua influência nas transformações da pecuária; identificar a relação da agropecuária feirense com o mercado nacional.

Dessa maneira, o estudo sobre o tema proposto visa responder a seguinte questão básica: de que forma o processo de modernização da pecuária vem transformando o espaço agrário no município de Feira de Santana tomando por base o período de 1970 a 1996?

Esta dissertação tem como pressuposto a defesa das seguintes hipóteses: a introdução da tecnologia moderna provocou transformações no espaço agrícola, promovendo a redução das áreas de cultivo de subsistência em virtude da expansão das pastagens; o processo de modernização da pecuária permitiu a expansão do capital no campo, provocando o surgimento de novas culturas e mudanças nas relações de produção e na estrutura fundiária; a expansão do capital industrial e a ação estatal, propiciando a implantação de agroindústrias no Centro Industrial do Subaé — CIS, impuseram transformações na agropecuária de Feira de Santana.

A multiplicidade dos fatores responsáveis pelas transformações recentes na agropecuária do município de Feira de Santana forneceu dados relevantes e pertinentes para a estruturação deste estudo em seis capítulos.

O primeiro capítulo introduz os aspectos da questão, a justificativa, os objetivos do trabalho, a delimitação do problema e os elementos balizadores que nortearam a execução da pesquisa, quais sejam, o referencial teórico-conceitual e os pressupostos metodológicos.

Os antecedentes históricos da ocupação e da organização do espaço agrário, as principais transformações decorrentes da expansão da pecuária no desenvolvimento

econômico e os aspectos estruturais da pecuária bovina, bem como, a influência do CIS no processo de pecuarização do Município são mostrados no segundo capítulo.

O terceiro capítulo apresenta os aspectos da evolução demográfica: sua estrutura e composição por grupos de idades e por sexos, as características da população urbana e rural e o perfil do produtor rural. A par disso, mostra também, através de tabelas e gráficos, a evolução populacional, a divisão em grupos etários, o incremento absoluto e o relativo e a densidade demográfica (hab./km²), considerando, também, os fatores que contribuíram para o crescimento desordenado da população urbana.

A estrutura fundiária e tipologia das propriedades, as formas de utilização do solo, a caracterização e desenvolvimento da pecuária, o manejo das pastagens, a fragilidade das culturas tradicionais e comerciais, assim como, a recente expansão hortifrutigranjeira são analisadas no quarto capítulo.

As mudanças ocorridas nas relações de produção e trabalho decorrentes da expansão do capital no campo, inclusive as formas de luta e conquista de um espaço para viver pelos trabalhadores sem-terra são abordados no quinto capítulo.

O sexto capítulo analisa a ação do Estado no processo de industrialização dos anos 70 e a atuação do CIS, como principal agente das transformações nos espaços urbano e rural: a reorganização do espaço agrário, os processo de comercialização do gado e da produção agrícola.

Nas considerações finais, apresenta-se um balanço crítico do processo de modernização com base nos resultados obtidos, além de questionamentos quanto às perspectivas para o futuro dos trabalhadores e da agropecuária em Feira de Santana.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O conhecimento teórico é de fundamental importância visto que, reforça o caráter científico do estudo e, ao mesmo tempo, torna-se indispensável ao embasamento da pesquisa e do problema a ser analisado.

Devido a esta importância apresenta-se, a seguir, algumas considerações de vários estudiosos e especialistas que serviram como base para a fundamentação teórica do trabalho.

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A modernização da agropecuária brasileira vem sendo amplamente estudada nos meios acadêmicos, envolvendo pesquisadores de ciências afins. Esses estudos tentam identificar as estratégias da política agrícola e a trajetória percorrida pelo capitalismo para subordinar a apropriação e o uso da terra a um modelo de desenvolvimento que atenda a seus interesses. É assim que as forças produtivas no meio rural assumem formas específicas de dominação nas relações sociais de produção.

O ponto de partida para esta discussão surgiu de questionamentos das obras citadas na bibliografia que abordam a problemática desse processo modernizador. No momento em que a modernização garantiu interesses articulados em torno da grande propriedade fundiária, acentuou os conflitos pela posse da terra. Por outro lado, a formação do complexo agroindustrial tornou a agricultura um ramo dependente da indústria, ao exigir a produção em novas bases tecnológicas, com crescente uso de máquinas e de insumos industriais.

Outra vertente da discussão refere-se à expansão da pecuária. Esta atividade absorveu os maiores incentivos governamentais e equipamentos modernos poupadores de mão-de-obra. As conseqüências surgiram através da expulsão do trabalhador rural e da substituição dos cultivos alimentares por áreas de pastagens, acentuando os problemas já existentes no campo.

O estudo das transformações recentes da agropecuária, decorrentes da ação dos fatores sociais, econômicos e políticos na organização do espaço agrícola de Feira de Santana e sua evolução implica, necessariamente, na adoção de um modelo teórico

que fundamente a interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados no campo.

Por este motivo, a Teoria da Modernização Agrícola foi tomada como orientação para o estudo porque constitui-se no conjunto de conhecimentos sobre a questão da modernização do setor agrícola (NICHOLLS, 1963; SCHULTZ, 1964; MELLOR, 1966; HAYAMI, 1971; RUTTAN, 1971 e de outros *apud* PAIVA (1979)). Estes cientistas publicaram livros que reúnem os conhecimentos sobre o processo de modernização da agricultura e seu papel no desenvolvimento econômico.

Porém, para explicitar o processo de modernização e suas repercussões no espaço agrário brasileiro, faz-se necessário conhecer a opinião de alguns autores, a exemplo de GRAZIANO DA SILVA (1976), que demonstra com clareza a forma através da qual se desenvolveu o processo de modernização da agropecuária brasileira, ressaltando que a burguesia e a grande propriedade fundiária no Brasil, ligadas desde as origens de seu processo de industrialização, passaram a incorporar o grande capital internacional que garantiu interesses articulados em torno da modernização e do latifúndio.

É importante destacar que, através de programas especiais, regionalizados e de políticas públicas — créditos, incentivos fiscais, preços mínimos, dentre outros — o Estado foi, na década de 70, a grande alavanca do processo de modernização da agricultura, modernização essa centrada na transformação da base técnica de produção, através de tecnologias modernas voltadas para o incremento da produtividade da terra e do trabalho. Essa mudança torna-se possível pela internalização do setor de bens de capital e de insumos em geral para promover o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Foi, portanto, pela intervenção dessa política protecionista que as empresas capitalistas, já existentes no campo, conseguiram modernizar-se, enquanto se acelerou o processo de implantação de outras.

No entanto, esse avanço considerável alcançado pela agropecuária brasileira, caracterizou-se pelo aprofundamento das desigualdades sociais no campo, pois, continuou a existir parcela ponderável de pequenos agricultores à margem desse processo que se consolidou no País, principalmente, a partir da década de 70. Nesta época, houve uma acentuação da divisão social do trabalho, em cujo contexto destaca-se a modernização conservadora e parcial que resultou no aumento considerável do proletariado rural.

Deste modo, a modernização da agricultura, na verdade, tem como consequência a expropriação do agricultor, por causa do descompromisso da política agrícola com as questões sociais do campo (ANDRADE, 1979), que determina a permanência da pobreza entre os pequenos produtores de baixa renda, os parceiros e os assalariados. Tal conjuntura não seria tão adversa se programas complementares à modernização, como os de reforma agrária e de assistência econômica e política aos pequenos produtores, fossem paralelamente implementados (PAIVA, 1979).

Convém ressaltar, que a pobreza do campo se agrava, a partir do momento em que se implanta de forma acelerada o novo modelo econômico brasileiro, deixando à margem dessa política modernizadora os pequenos produtores, os quais constituem a mais expressiva e significativa parcela que trabalha e vive do campo.

Apesar de tudo isso, mesmo à margem do processo de modernização do capital no campo, as relações sociais tradicionais desses produtores com os grandes proprietários vêm passando por transformações, às vezes violentas. Essas transformações estão associadas a um constante crescimento da pequena produção, face ao papel que foi atribuído e assumido pelo pequeno agricultor, que é o de fornecer alimentos para o mercado interno a preços mais baixos, mesmo que isto signifique a continuação do seu empobrecimento.

FILGUEIRAS (1984), quando analisa os impactos da modernização no seu artigo intitulado *Capitalismo e agricultura: a transformação do espaço agrário no Estado da Bahia*, critica a forma pela qual esse processo desenvolveu-se no País, tirando a estabilidade e a segurança do trabalhador rural, colocando em ação novos agentes sociais. Para ele, o latifúndio tradicional foi substituído por empresas capitalistas com o apoio do Estado. O pequeno produtor, ao integrar-se no mercado industrial, passou a ser ameaçado da perda de sua terra e a assalariar-se em virtude da proletarização dos trabalhadores despossuídos dos meios de produção. Ressalta-se, ainda, a burocracia da classe dominante, os projetos articulados dos órgãos estatais, os conflitos pela posse da terra e as sucessivas migrações do campo para a cidade. Tais migrações promoveram o "inchaço" das grandes e médias cidades, aumentando o índice de violência urbana, isto é, a questão agrária transformou-se em questão urbana. A resposta à industrialização induzida pelas forças produtivas internas e externas comanda a economia como um todo.

Ainda de acordo com FILGUEIRAS (1984), a instalação, no País, de um ramo industrial fabricante dos meios de produção para a agricultura (máquinas,

equipamentos, insumos, etc.), contribui para a substituição das forças animal e humana na lavoura, possibilitando a extensão de sua mecanização a todo o processo produtivo (do plantio à colheita). As relações de trabalho transformaram-se, passando a caracterizar-se como um ramo da produção semelhante à indústria. A agricultura passou a depender de insumos e transformou-se numa produtora de bens intermediários (matérias-primas) e a depender cada vez menos das circunstâncias impostas pela natureza, que tendem a limitar o seu processo evolutivo.

Neste sentido GRAZIANO DA SILVA (1981, p.3), assegura que "... o processo de desenvolvimento capitalista transformou a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a "fabricar" essas condições quando elas estão ausentes."

O autor se refere ao progresso técnico, através das inovações biológicas, químicas, físicas e mecânicas que modificou tanto a organização da produção como as relações sociais. Ao exigir a produção baseada na tecnologia, no crescente uso de agrotóxicos, de fertilizantes sintéticos, das máquinas, da seleção genética e de outros insumos, a modernização da agropecuária, além de expulsar o homem do campo, tornou o agricultor dependente do capital financeiro e industrial. Assim, do ponto de vista da modernização a integração da agricultura à indústria conduziu ao atrelamento das atividades agrárias aos interesses da indústria, passando a agricultura a constituir um mercado para os produtos industriais. GUIMARÃES (1982).

Ainda dentro desse contexto GRAZIANO NETO (1982), discute o processo de modernização da agropecuária, destacando o progresso técnico e a forma de organização da produção em modelos empresariais, o que ocorreu com a constituição e com a expansão das agroindústrias. Ele adverte que a modernização tem contribuído tanto para agravar a injustiça social quanto para aprofundar os problemas ambientais, o que vem transformando o quadro agrário brasileiro em um conjunto de questões de difícil solução.

Não é sem razão que o autor caracterizou a modernização da agricultura brasileira como um processo que trouxe, no seu bojo, bruscas mudanças que vão se agudizando e à medida que o tempo passa, aumenta as desigualdades no campesinato. Verifica-se que, em consequência deste fato, uma minoria detentora do poder, mantém a apropriação e o controle quase absoluto da terra, ocasionando a degradação do meio ambiente, através da devastação das matas e florestas, do assoreamento dos cursos d'água, do desgaste e erosão dos solos. Por outro lado, como decorrência da posse da

terra, essa minoria concentra também a maior parcela da renda, gerando a deteriorização da qualidade de vida e o crescimento da pobreza da população rural.

Por isso, pode-se concordar com ANDRADE (1987, p. 98), que, em lugar do progresso e crescimento esperados, "... o desenvolvimento tecnológico passou a exercer grande impacto sobre a natureza e a sociedade", visto que, o desejo de lucros extraordinários levou as grandes empresas a estimular o crescimento do consumo, ameaçando de esgotamento os recursos naturais, comprometendo assim, as possibilidades de sua utilização pelas gerações futuras.

Acompanhando esse processo, a pecuarização é fortalecida pela ação integrada das indústrias processadoras de produtos agrícolas, em especial, aquelas beneficiadoras de carne e leite que provocam modificações nas relações sociedade-espaço.

SANTOS (1986, p.163), afirma que "... assim, deveremos estar aptos para abordar os distintos estudos da organização do espaço agrícola. As mudanças de valor de cada subespaço não se explicam por sua própria história. Trata-se de uma verdadeira e ampla reorganização induzida por fatores internos e externos."

Essas modificações levaram à valorização do espaço de Feira de Santana. Por outro lado, em virtude da fragilidade dos cultivos existentes (mandioca, milho, feijão, fumo e amendoim), a modernização cria uma nova roupagem, desorganizando a estrutura dos pequenos agricultores que participam do abastecimento do mercado interno regional.

A participação do Estado como agente modernizador conjuga-se aos investimentos da iniciativa privada, contribuindo de forma decisiva para a acumulação de capital. As transformações expressam-se no espaço geográfico, através das formas de gestão das atividades econômicas. As recentes mudanças tecnológicas inseridas na economia articulam novos valores na reorganização espacial.

As empresas agrocapitalistas instaladas no município de Feira de Santana atuam a nível nacional, através da exportação de produtos da agropecuária regional. Dessa forma, presencia-se um processo de transformação que vão alterar todo comportamento das relações sociedade-espaço, fazendo com que muitas dessas empresas, prestem assistência técnica e financeira àqueles produtores cuja atividade está voltada para a fatia do mercado que essas agroindústrias estão vinculadas.

De acordo com CORREA (1986), a organização espacial é resultado do trabalho humano ao longo do tempo. Por isso, no sistema capitalista, este trabalho

realiza-se sob o comando dos diversos proprietários e do capital privado, nacional ou internacional. Observa-se que as corporações e o Estado são agentes de organização e possuem uma estratégia de ação, incluída numa dimensão espacial.

Num contexto como esse, os grandes capitalistas, ao introduzirem uma moderna tecnologia em uma área agrícola, podem, direta ou indiretamente, alterar a estrutura agrária através da concentração fundiária, provocando mudanças nas formas de produção e de trabalho, ocasionando, assim, a migração do trabalhador rural.

Sem dúvida, a modernização agrícola conseguiu grandes avanços ligados ao aumento da produtividade. Mas, na realidade verifica-se que esse processo, no Brasil criou um duplo movimento. Por um lado, concentrou riqueza em poucas mãos, por outro, submeteu o pequeno produtor a uma condição de dependência. Como consequência, criou uma situação de conflito que coloca em posição relevante a questão agrária.

No município de Feira de Santana, não foi diferente: a instalação de agroindústrias, de empresas rurais e de cooperativas, pertencentes à capitalistas-empresários, reconfigurou o antigo quadro dominante de proprietários e determinou progressivamente, maior concentração fundiária, paralela ao processo de minifundização, ficando assim as relações do tipo familiar submetidas à condição de assalariamento.

Dessa maneira a modernização do campo, articulando a pequena produção com o setor industrial, no período de 1970, subordina o produtor às exigências do capitalismo, mediante contratos que lhe impõem uma série de condições desvantajosas num mercado que dita os preços. Deste modo, na posição em que a pequena produção agrícola se insere hoje no sistema capitalista, a modernização representa mais uma imposição do que oportunidade conquistada. E o seu sentido maior foi um só: uma crescente subordinação do pequeno agricultor ao sistema, embora possa ter resultado tanto na persistência da situação camponesa sob uma forma modernizada (diferenciação), como no processo de dominação e empobrecimento.

Por outro lado, nesse processo, destacam-se os que têm um maior poder de barganha, como os pecuaristas que possuem mais terras, o que lhes facilita um maior acesso aos bancos e a outras organizações assistenciais. Isso lhes possibilita fazer novos investimentos, capazes de manter a concentração dos meios de produção e a sua reprodução.

Nesse contexto, não surpreende a avaliação de CARVALHO FILHO (1989, p. 82), sobre o que ocorreu nos últimos anos na agricultura brasileira, salientando que se verificou "... um processo de modernização conservadora-concentradora, excludente e conflitiva". O autor ainda destaca que, mesmo com o avanço da fronteira agrícola em direção ao Norte e ao Centro-Oeste, as desigualdades foram mantidas e agravadas, ressaltando os conflitos pela posse da terra, a questão ambiental, a questão indígena e a reconcentração da pecuária.

No caso do município de Feira de Santana, o cenário é o mesmo, quando evidencia que o incremento da pecuarização determinou a progressiva incorporação de áreas de lavouras às pastagens, o que ocasiona o desmatamento das poucas áreas que ainda permanecem cobertas pela caatinga e pelas matas. Tudo isso ocorre em consequência de uma modernização conservadora, capitaneada pelo estado, através das políticas de expansão do capital, que permite o uso excessivo de máquinas e de insumos modernos que incrementam a produtividade.

Na verdade, é possível estabelecer uma relação entre os fatos — expansão do capital, pecuarização e desmatamento. Tal relação é evidenciada por DINIZ (1982, p.96) que, ao analisar a área centro-ocidental do Nordeste brasileiro, resalta que a pecuarização implica em três condições: "... o aumento do rebanho, a expansão das pastagens e a perda de área para utilização em lavouras." Apesar disso, a pecuária tem avançado consideravelmente, em todo o território brasileiro e, particularmente, naquelas áreas onde já possui uma tradição, como é o caso de Feira de Santana.

Dessa forma, a expansão da pecuária implica num processo de transformação estrutural das práticas agrícolas tradicionais e em modificações nas formas de conduzir as relações sociais no campo. Por exemplo, uma distribuição mais expressiva do crédito rural para a pecuária é um elemento fundamental para a redução dos espaços dos cultivos básicos — mandioca, feijão e milho — e, conseqüentemente, do número de parceiros e arrendatários que tiram a própria subsistência e a da sua família de pequenas parcelas de terra. Além disso, essa expansão representa também, para os pequenos produtores rurais, a possibilidade de perda do acesso à terra, pelo que se vêem obrigados a passar à condição de simples assalariados.

Ratificando essa afirmativa, ANDRADE (1961) analisa o processo de pecuarização no Agreste pernambucano, salientando, mais uma vez, que a pecuarização não significa tão somente uma mudança nos padrões de uso da terra, mas uma forma específica de dominação do capital no campo.

Deve-se ressaltar, também, que a expansão da pecuária está ligada a fatores políticos, sociais e econômicos, representados pelo acesso ao crédito agrícola, pelo menor custo da mão-de-obra empregada no manejo do rebanho e pelo aumento da demanda das indústrias de beneficiamento da produção e do consumo crescente, o que fomenta o aumento do valor das terras.

Neste contexto, SILVA, SILVA e LEÃO (1985, p.87), comentando a modernização da economia brasileira, salientam que "... a partir da década de 50, a economia do país experimentou drásticas mudanças estruturais. Essas mudanças tiveram grande impacto sobre a agropecuária de Feira de Santana através do processo de re-pecuarização"¹. Esta transformação prende-se também à implantação do Centro Industrial do Subaé — CIS que possibilitou a instalação de agroindústrias, cooperativas, empresas rurais e modernas fazendas.

Com a rápida expansão das indústrias de transformação, dos transportes e do comércio, o desenvolvimento econômico revelou o potencial do município de Feira de Santana na aplicação e dinamização da política econômica brasileira. Este fato favoreceu a adoção de novas formas no modo de organizar o espaço agrário, provocando profundas mudanças nas bases produtivas e no ordenamento urbano-rural.

Com o avanço do capital no campo, a pecuária apresenta-se como uma das alternativas de desenvolvimento econômico. Ao capital de iniciativa privada, aliou-se o estatal, mais poderoso, para construir a infra-estrutura básica para a reprodução estimulada pela política agrícola. Dessa forma, a pecuária é reforçada através das indústrias de beneficiamento de matérias-primas agrícolas — carne, leite, milho, dentre outros — e pela aquisição de implementos e insumos básicos que incentivam o desenvolvimento dessa atividade.

Outro aspecto a mencionar é a concorrência pelo espaço, por uma classe de proprietários e empresários que descobriram o potencial das terras para implantação de agroindústrias em suas fazendas. Esses empreendimentos mudam o padrão de utilização da terra agrícola, desorganizando-a. Os pequenos proprietários, sem alternativa, são forçados a vender suas propriedades e migrar para a periferia da cidade, aumentando, assim, o número dos subempregados. Essa nova estrutura fundiária agrava as diferenças entre os trabalhadores e a classe dominante local que se tornam maiores.

¹ É um termo utilizado por Silva para classificar a re-expansão da pecuária no município de Feira de Santana.

As mudanças na configuração espacial do município de Feira de Santana acentuam-se, a partir da década de 70, com a implantação do Centro Industrial do Subaé — CIS. Nesse período, o processo de modernização agrícola do município, já instalado, ampliou-se com a diversificação das indústrias e pelo contingente de mão-de-obra empregada contribuindo para o grande adensamento populacional na zona urbana e para a conseqüente redução da população na zona rural.

Aplicando-se esta abordagem ao município de Feira de Santana, observa-se que o processo de transformação tecnológica contribuiu para modificar as relações sociais, pois um pequeno número de proprietários mantém a posse da terra, gerando conflitos com os trabalhadores rurais sem-terra e os desempregados, contribuindo assim, para aumentar as tensões sociais no campo.

Analisando os setores econômicos, ARAÚJO (1993) critica a forma pela qual a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE conduziu o desenvolvimento da agropecuária nordestina, pelo fato de ter abandonado a proposta de reformas para enquadrar-se no processo de modernização conservadora que integra a tendência geral da economia. Segundo a mesma autora, certos espaços tiveram que se ajustar aos novos tempos. Por exemplo, a Zona da Mata foi estimulada pela possibilidade de produzir álcool; a fronteira agrícola nordestina permanece fechada e a pecuária firma-se como atividade hegemônica no Agreste e Semi-árido.

Decorre daí a conclusão de que os projetos implantados pela SUDENE contribuíram para incentivar a implantação de agroindústrias, reforçar o poder do latifúndio e estimular uma agricultura moderna voltada para o mercado externo. Um bom exemplo foi o monopólio da cana-de-açúcar, reforçado pela indústria automobilística: a fronteira foi ocupada por capitalistas do Centro-Sul, produzindo para a exportação. Do mesmo modo, a pecuária expulsa as lavouras de subsistência e com ela os arrendatários e parceiros, consolidando, portanto, a grande propriedade.

1.2 METODOLOGIA

Deve-se ressaltar que, as ciências humanas trabalham não apenas com fatos exteriores, mas, com a própria ação do homem sobre o espaço. O homem como investigador, deve buscar a realidade concreta mesmo sabendo não poder alcançá-la por completo, senão de forma limitada e parcial. Visando a alcançar os objetivos

propostos e a confirmar as hipóteses formuladas, preferiu-se optar pelo método de abordagem hipotético-dedutivo de POPPER (1975), no qual partindo-se da constatação de dados particulares, visa-se realizar uma análise geral, buscando-se explicar as transformações sócio-econômicas da agropecuária em Feira de Santana.

Buscando operacionalizar as etapas específicas da pesquisa, recorreu-se aos métodos histórico, comparativo, cartográfico e estatístico.

Através do método histórico pretendeu-se resgatar os processos ocorridos no passado para melhor compreender a organização do espaço no presente. Após o levantamento do acervo documental e da realização de entrevistas, tornou-se possível configurar a evolução histórica do município entre 1970 e 1996. Considerando que a partir desse período o município de Feira de Santana, tornou-se alvo do processo de industrialização da política econômica brasileira, o que resultou na implantação do Centro Industrial do Subaé — CIS, que por sua vez, passou a influenciar nas mudanças do sistema urbano-rural.

O método comparativo contribuiu para visualizar o município de Feira de Santana no contexto do Estado da Bahia, possibilitando a ampliação de conceitos e a identificação dos pontos comuns do processo de modernização, tomando-se como referência a agricultura tradicional.

O método cartográfico permitiu a elaboração de mapas a partir de dados obtidos através de documentos e de pesquisas efetuadas no campo.

Através do método estatístico, fez-se a representação dos dados obtidos em tabelas e gráficos. Neste estudo, esses elementos foram de grande relevância pela própria natureza do trabalho.

As variáveis indicativas concernentes a este trabalho dizem respeito ao número de proprietários, parceiros e arrendatários; à estrutura fundiária; às áreas de lavouras e pastagens; à área total e à quantidade produzida nas culturas permanentes, temporárias e aos efetivos da pecuária. No que se refere à mão-de-obra, trabalhou-se com o número de empregados temporários — empreiteiros e diaristas — e permanentes. Quanto aos equipamentos, verificou-se o uso de tratores e máquinas agrícolas.

As fontes primárias e secundárias utilizadas no trabalho de coleta de dados constituem-se em informações dos documentos existentes e na pesquisa de campo. A maior parte dos dados foi encontrada nas fontes secundárias tais como: no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, mais precisamente nos Censos Agropecuários — 1970, 1980, 1985 e 1996 —, Produção Agrícola Municipal — 1974-

1996 —, Produção da Pecuária Municipal — 1974-1996 —, além dos Censos Demográficos — 1970-1996. No Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, obtive-se os cadastros das propriedades rurais de 1992 e 1996. Outros documentos necessários à pesquisa foram adquiridos nos seguintes órgãos: Departamento de Defesa Agropecuária — DDA, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola — EBDA, Prefeitura Municipal de Feira de Santana — PMFS, Centro de Estudos Feirenses — CEF, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais — CEPES da Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS, Cooperativa Regional Agropecuária de Feira de Santana — COOPERFEIRA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana e de noticiários de jornais.

É preciso salientar que as estatísticas globais dos Censos Agropecuários datam até 1996. Os dados oficiais anuais, isto é, de 1974 a 1996, foram obtidos através da Produção Agrícola e Pecuária Municipal.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, com o objetivo de reconhecer a área mais detalhadamente.

A primeira etapa do trabalho de campo consistiu de observações *in loco*, com a finalidade de identificar os fatos referentes às especificidades da região e de realizar entrevistas informais com diretores de órgãos públicos e privados e com políticos do município, com o propósito de registrar os projetos que estavam sendo desenvolvidos, nos aspectos econômico e social, para a melhoria das condições de vida do homem do campo.

Durante o desenvolvimento das atividades, surgiu a necessidade de se quantificar as investigações a serem realizadas. Assim, a segunda etapa da pesquisa de campo correspondeu à aplicação de cem questionários para a coleta de informações e depoimentos. Tomando por base o número de propriedades — distribuídas entre pequenas, médias e grandes —, fornecido pelo *Cadastro de Propriedades do Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA* de 1992 e 1996, definiu-se o qualitativo de 100 questionários necessários para que houvesse um maior esclarecimento das questões básicas referentes à pesquisa.

Na definição dos tipos de abordagens a serem efetuadas aos agentes sociais, tomou-se como referência a metodologia utilizada por ANDRADE (1993), como base para a elaboração do roteiro. A partir das observações realizadas no campo, as questões foram detalhadas conforme as características e ocorrências levantadas na área de estudo.

Visando a responder aos objetivos enunciados, o questionário (Anexo 1) compõe-se de nove etapas distintas: a primeira e a segunda referem-se à identificação do proprietário e do grupo familiar; a terceira e a quarta concernem à agropecuária e à situação atual da propriedade, no momento do trabalho; a quinta, a sexta e a sétima dizem respeito à assistência técnica, a tecnologia e a infra-estrutura da propriedade; a oitava, a nona e a última etapa relacionam-se ao crédito rural e às relações de trabalho.

Os pequenos e médios produtores responderam aos questionamentos sem restrições. O mesmo não aconteceu com os grandes proprietários, pecuaristas, presidentes de empresas e cooperativas. Muitos deles não permitiram o registro da maioria de suas declarações.

A aplicação da metodologia atingiu as expectativas visadas da pesquisa, cujos os resultados esperados serão apresentados a seguir.

2 O PAPEL DA PECUÁRIA NA GÊNESE E NA EVOLUÇÃO DE FEIRA DE SANTANA

Feira de Santana localiza-se na microrregião do mesmo nome, numa área intermediária entre o litoral úmido e o interior semi-árido, a noroeste da capital do Estado da Bahia. A sede do município, possui as coordenadas geográficas de 12° 16'24" lat. S e 38° 58'53" long. W. Sua altitude média é de 257 metros e dista 108 km de Salvador (Figura 1).

Situado no Polígono das Secas, o município apresenta um clima seco a subúmido e semi-árido, com temperaturas elevadas o ano inteiro. A média anual varia entre 23,5°C e 28,2°C. O período chuvoso ocorre de abril a junho e a pluviosidade média é de 867 mm e a mínima 444mm.

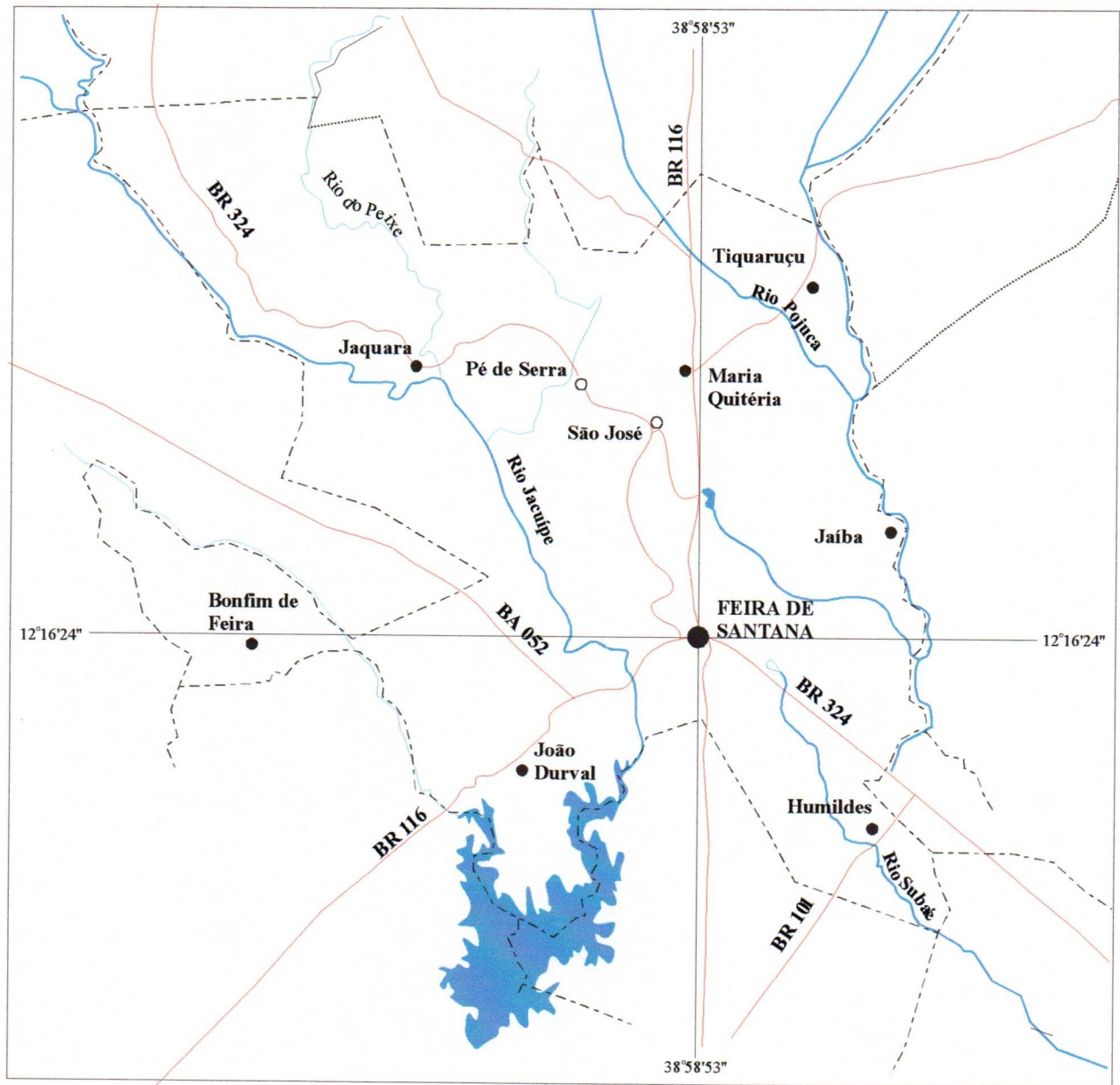
Os solos possuem pouca espessura, textura arenosa média e argilosa, com baixa capacidade em nutrientes naturais. Devido a esses fatores, são definidos como de aptidão regular para o desenvolvimento agrícola, o que requer uma correção adequada, envolvendo a utilização de adubos e fertilizantes químicos.

Quanto à vegetação, a norte e a oeste do município, predomina o tipo caatinga, enquanto, a floresta estacional decidual se distribui em direção ao sul e leste. Porém, devido ao intenso desmatamento provocado pela expansão da pecuária, não é mais possível se observar na região a vegetação primária.

No que se refere à hidrografia, o município possui um grande potencial em recursos hídricos. A sua área é divisora de águas formadas pelas bacias dos rios Jacuípe, que passa a 5 km do centro da cidade, Pojuca, a 23 km e Subaé que nasce na sede, em uma lagoa com o mesmo nome.

Devido a essa posição privilegiada, existe uma interação dos aspectos climáticos, edáficos e biogeográficos, o que favorece o desenvolvimento de pastagens naturais e de mananciais hídricos. Esses fatores geográficos serviram como principal atrativo para fixação do homem na terra e para a criação de gado.

Figura 1
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

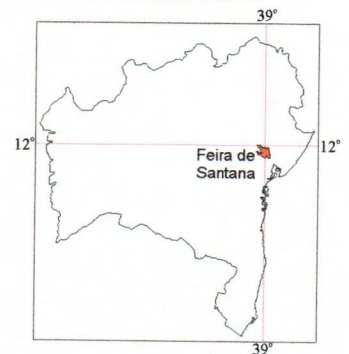


- | | | | |
|-------------------|---------|---------------------|---|
| Cidade | ● | Rodovia Pavimentada | — |
| Distrito | ● | Rio Permanente | — |
| Povoado | ○ | Rio Intermitente | — |
| Limite Municipal | - - - - | Barragem, represas | ■ |
| Limite Provisório | | | |

0 9 km

Elaborado por Francisca Ferreira Gomes
com base no SEI, 1994, p.240.

LOCALIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA
NO ESTADO DA BAHIA



A evolução de Feira de Santana está ligada diretamente à história da pecuária na Bahia. Os primeiros povoadores europeus da região eram criadores de gado. No início do século XVII, a vasta sesmaria de Tocós, que incluía Feira de Santana, foi doada, a Antônio Guedes de Brito, um dos maiores criadores de gado da província. Esta área foi incorporada à Coroa e posteriormente redistribuída entre fazendeiros. Entre aquelas propriedades encontrava-se a Fazenda Sant'Ana dos Olhos D'água, de propriedade de Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Naquelas terras foi implantada a principal via comercial de gado, a "Estrada das Boiadas", com aproximadamente uma légua de comprimento e meia légua de largura, ou seja, 6 km de comprimento e 3 km de largura (PEDREIRA, 1983).

Os proprietários da referida fazenda construíram uma capela em louvor a São Domingos e à Senhora Sant'Ana. A capela logo ficou sendo ponto de parada obrigatória para toda espécie de viajante, principalmente, os boiadeiros e vaqueiros que tocavam as boiadas procedentes dos sertões baianos. As tropas seguiam em direção ao mercado consumidor de Nossa Senhora do Porto do Rosário de Cachoeira e dali para a cidade do Salvador e outros centros comerciais da zona açucareira.

Em pouco tempo, em torno da capela, surgiu um aglomerado com alguns casebres. As pessoas começaram a se fixar no local, gerando um pequeno comércio, oriundo da passagem dos vaqueiros e negociantes. Em virtude do trânsito freqüente de pessoas e animais, surgiu uma feira de gado e de outros produtos essenciais à sobrevivência dos moradores e para o consumo dos viajantes, durante o longo trajeto a ser percorrido, em direção do sertão.

Segundo PEDREIRA (1983), na primeira metade do século XIX, o Arraial Sant'Ana dos Olhos D'água já tinha sido elevado à categoria de povoado. Por volta de 1825, ocorria às terças-feiras uma feira de gado na localidade, formando uma aglomeração em torno de 3 a 4 mil pessoas.

No ano de 1832, o povoado foi elevado à categoria de vila, desmembrado do município de Cachoeira. Por influência do Padre Ovídio Boaventura, da Paróquia de Santana dos Olhos D'água, e do novo quadro administrativo com vista a facilitar a passagem do gado que se dirigia para Salvador, a feira passou a ser realizada às segundas-feiras, como acontece até hoje.

Essa feira, segundo POPPINO (1968), era justificada por três motivos principais: primeiro, porque ela ocorria justamente entre o Recôncavo e as imensas pastagens de Mundo Novo, Jacobina e Médio São Francisco. Em segundo lugar, porque

o povoado localizava-se numa área de excelentes pastagens naturais. A terceira razão, de vital importância para uma zona sujeita a secas periódicas, estava no fato dela ser drenada pelos Rios Jacuípe, Pojuca e Subaé e por numerosos riachos tributários, que bastavam para manter milhares de animais no período de estiagem. Esta localização privilegiada facilitava o comércio dos animais e rapidamente o local transformou-se numa grande feira de gado.

Pelo fato de as negociações serem efetuadas de forma dispersa na localidade, a Câmara Municipal aprovou a regulamentação da venda de animais, ou seja, não se podia mais negociar o gado dentro da vila, mas em um local reservado para este tipo de comércio denominado Campo do Gado ou Campo da Gameleira, a 1 km ao norte da capela de Santana. Atualmente, neste local, encontram-se instaladas importantes obras da cidade, tais como o Fórum Felinto Bastos, a Biblioteca Municipal, o Museu Regional e vários estabelecimentos de ensino e comerciais. O antigo campo do gado transformou-se numa área estritamente comercial, isto é, o coração da cidade.

Até 1868, a vila continuava a se expandir como um centro comercial do sertão baiano. Nessa época, Sant'Ana dos Olhos D'água já diferia de outras localidades espalhadas pelo interior da província, pela sua dinâmica. Porém, as ruas eram tortuosas, estreitas e sem pavimentação. A artéria principal era a rua dos Marchantes, onde se reunia o comércio forte de atacado com o maior número de compradores de couro, algodão, fumo e gêneros alimentícios, além dos negociantes de gado. Em decorrência desses aspectos, o espaço constituído pela vila foi organizado em função das atividades comerciais.

A Lei Provincial nº 1.320, de 16 de junho de 1873, elevou a vila à categoria de cidade, denominada de Cidade Comercial de Feira de Santana. Entretanto, a partir dessa época, a cidade ficou conhecida apenas como Feira de Santana, porque foi construída, nos arredores da feira, a igreja de Senhora Santana, uma homenagem dos habitantes à padroeira.

A inserção de Feira de Santana, em 1876, no plano de extensão da malha ferroviária estadual, contribuiu para reforçar a projeção comercial da cidade, aumentou o fluxo de passageiros, a circulação e o volume de mercadorias, com maior destaque reservado para o gado. As composições eram formadas até com 50 vagões, sendo que 40 eram utilizados para o transporte do gado em pé. Em decorrência do avanço da ferrovia, intensificaram-se as relações de trocas entre os principais centros de comércio — Feira-Cachoeira-Salvador — e com outras regiões do Estado. Todos estes aspectos

concorreram para ampliar o potencial econômico de Feira de Santana. Com o avanço do sistema rodoviário em todo País, a estrada de ferro foi, infelizmente, desativada.

A importância da pecuária é confirmada também pelo volume de negócios realizados. Com isso, a região tornou-se o maior centro de comercialização de gado da Bahia e entreposto de mercadorias, em detrimento de outros centros comerciais mais antigos, como Cachoeira e São Félix, que tradicionalmente cumpriam esse papel.

A agricultura comercial teve um papel importante no avanço da economia feirense. Além dos produtos de subsistência, eram cultivados o fumo e o algodão para exportação. Em 1912, foi construída a ponte Rio Branco, sobre o Rio Jacuípe, na atual BR-116, para facilitar o escoamento da produção industrial e agrícola para outras regiões.

Com a expansão da rede viária do País, iniciou-se a integração do espaço feirense, em 1926, através da construção da estrada Bahia-Feira, a atual Rodovia BR-324, cujo traçado seguiu a antiga estrada das boiadas. As vias de circulação que dão acesso ao município de Feira de Santana, na maioria, são extensões da primeira linha-tronco Salvador-Feira de Santana (BR-324), considerada uma das vias mais importantes no que diz respeito à circulação de mercadorias e fluxo de passageiros do Nordeste. Através dessa rodovia, Feira de Santana interliga-se com o interior e com a capital do Estado, assim como com as demais regiões e capitais brasileiras. Este fato, portanto, possibilitou o maior impulso da vocação comercial do município. Doze anos após, ao início da construção da BR-324, o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana foi simplificado para Feira de Santana, através do Decreto Estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938.

A localização privilegiada de entroncamento rodoviário faz de Feira de Santana o principal centro de convergência do sistema de rodovias planejado pelo Estado e pela União. Por outro lado, em virtude da importância do comércio do gado, era destinada uma verba para melhoria das vias de gado que davam acesso ao município. Uma das prioridades dessa política foi a estrada de Mundo Novo.

Entre as décadas de 1950 e 1960, os movimentos reivindicativos de caráter político resultaram no processo de desmembramento de Tanquinho e Coração de Maria, em 1953; Iará em 1954; Angüera em 1961; Santanópolis em 1962 e Santa Bárbara em 1965. Esses distritos conquistaram autonomia político-administrativa. Com esta nova divisão geográfica, a área territorial de Feira de Santana passou de 2.099 km² para 1.344 km², em 1965. Atualmente, o município é constituído da sede e dos distritos de

Maria Quitéria, Humildes, Jaguará, Bonfim de Feira, Tiquaruçu, Governador João Durval e Jaíba.

A partir de 1960, a dinâmica da economia nacional começa a reforçar o papel de Feira de Santana como centro comercial e pólo dinamizador do Nordeste brasileiro. O novo direcionamento da circulação de mercadorias e a implantação do Centro Industrial do Subaé — CIS, na década de 70, redefiniram a organização espacial da região. A pecuária deixa de ser, portanto, o alicerce da economia municipal, enquanto a dinâmica do comércio, dos transportes e das indústrias de transformação passa a dominar a estrutura social.

Apesar dessas modificações econômicas, a pecuária continua como uma atividade que vem se aprimorando ao longo do processo de desenvolvimento regional. Isto se prende basicamente aos fatores culturais e econômicos que, apesar da industrialização e da urbanização acelerada, muitos criadores de gado ainda insistem em manter, como as trocas comerciais da feira do gado em pé. No entanto, algumas medidas de infra-estrutura urbana, forçaram a transferência do antigo Campo do Gado para a periferia da cidade, introduzindo métodos modernos e mais dinâmicos e abrindo as portas para exportação do boi vivo e/ou abatido. Contudo, o comércio do gado em pé, sempre manteve a sua presença firme até os dias atuais.

Por outro lado, a tecnologia implantada na agropecuária reforça, a partir de 1970, a expansão agropastoril da região, com a introdução de variedades selecionadas e com a implantação da pecuária melhorada, estabulada ou semi-estabulada, oferecendo gado de corte e gado leiteiro. Deste modo, as agroindústrias alimentares passam a comandar a organização do espaço regional de Feira de Santana.

As alterações introduzidas na agropecuária, entre as décadas de 80 e 90, decorrem das modificações na estrutura de produção agroalimentar e do padrão de vida da população, que vem experimentando mudanças nos hábitos alimentares em todo País, com a utilização crescente de alimentos industrializados. Um conjunto de substituições no consumo alimentar, associado às transformações da agropecuária, proporcionaram uma situação vantajosa para a instalação de um pólo agroalimentar em Feira de Santana. Esta condição favorável vem-se ampliando freqüentemente, em virtude das potencialidades da região, do dinamismo da agropecuária e da existência de um razoável mercado consumidor.

Outros fatores, como a localização estratégica de Feira de Santana, onde se cruzam as principais rodovias como a BR-324, BR-101 e BR-116 e a BA-052, que

interligam o município a outras regiões do País, a facilidade de acesso a Salvador, assim como o processo de urbanização-industrialização, a expansão das indústrias de transformação de produtos agropecuários e a introdução da atividade hortifrutigranjeira, asseguram a prosperidade contínua, que fazem de Feira de Santana o segundo centro comercial do Estado da Bahia.

2.1 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

Como já abordamos, anteriormente, a organização do espaço agrário feirense deveu-se, em princípio, à expansão da economia agromanufatureira voltada para produção de mercadorias para a exportação. Assim, foi implantada a lavoura de cana-de-açúcar no Recôncavo baiano, baseada no sistema de *plantation* e no uso da mão-de-obra escrava. A atividade açucareira era a principal, porém a pecuária se desenvolveu como subsidiária, para o fornecimento de alimentos e de força animal.

Com a expansão da cultura da cana-de-açúcar, no final do século XVI, aumentou a demanda por produtos da pecuária, tornando necessária a ocupação de novos espaços. Conseqüentemente, iniciou-se um processo de conquista para o interior baiano. Gradativamente, as terras foram sendo apropriadas e posteriormente distribuídas pela burguesia portuguesa. É nesse contexto que se dá a ocupação efetiva da atual região de Feira de Santana.

Esse fato é revelado pela história como um dos processos mais rápidos que se desencadeou naquele período. Neste particular, SILVA, SILVA e LEÃO (1985, p.67) salientam que, no início do século XVII, "... todas as terras compreendidas entre as margens direita do São Francisco até Paratinga e o rio Paraguaçu, já estavam concedidas mediante cartas de sesmarias". Dentro deste vasto domínio territorial destacavam-se as famílias dos Ávilas e os Guedes de Brito. Embora, enfrentassem dificuldades tais como as guerras com os índios e a fuga dos escravos, quase todas as terras que compreendiam o sertão da Bahia já lhes pertenciam.

Na região de Feira de Santana, estabeleceram-se dois grandes criadores de gado. Antônio Guedes de Brito, cuja propriedade estendia-se do povoado denominado: Jacuípe Velho à Serra do Irará, em direção ao norte do Estado, incluindo os atuais municípios de Serrinha, Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité, Queimadas e Tucano;

e João Peixoto Viegas, que era proprietário das terras vizinhas, que tomavam a direção do sul.

Embora não se disponha de fontes históricas precisas sobre o início da atividade agropecuária em Feira de Santana, as diversas informações indicam que a criação de gado foi, desde os primeiros tempos, uma atividade subsidiária da cana-de-açúcar. Inclusive porque, durante um longo tempo, os engenhos eram movidos a tração animal.

A pecuária extensiva, em campos abertos, constituía a atividade básica do espaço municipal e do sertão baiano. A procura de pastagens e de barreiros² para o gado obrigava os vaqueiros e os agregados a instalarem estábulos rudimentares muito dispersos ao longo dos rios, garantindo a ocupação do espaço. Na região de Feira de Santana, somavam-se vários fatores para determinar o aumento do rebanho: o potencial agroclimático que possibilita a diversidade da paisagem e o desenvolvimento de pastagens naturais, a disponibilidade de terras, a proximidade e a crescente demanda de alimentos pela metrópole.

No que se refere à agricultura, à medida que os estábulos foram transformando-se em fazendas de gado, os proprietários permitiam aos agregados, empregados e mestiços que praticassem as culturas de subsistência. Desta maneira, as fazendas produziam os gêneros alimentícios necessários ao abastecimento, constituindo-se nos primeiros núcleos de povoamento na região.

Influenciados pela exploração aurífera, no oeste baiano, o processo de povoamento e a pecuária expandiram-se para o interior, no início do século XVIII, com o surgimento do novo mercado consumidor. Através do atual município de Jacobina, o gado alcançou as terras do rio São Francisco e adjacências.

Além do abastecimento dos principais centros consumidores do Recôncavo, sobretudo Salvador, o gado incorporou o Sertão à vida colonial. Na trajetória, os bovinos exerceram um papel de destaque na integração espacial entre várias regiões dos Estados brasileiros (Bahia, Pernambuco, Piauí) intensificaram-se a troca de mercadorias e as relações comerciais com Feira de Santana.

Ainda no século XVIII, a agricultura ganha importância na economia do mercado externo. O fumo e o algodão destacaram-se como produtos secundários de maior expressão econômica. Em função dessas culturas, houve o surgimento de

² depósito natural de sais minerais.

indústrias artesanais de beneficiamento destas matérias-primas agrícolas, a inovação tecnológica da navegação e a construção de ferrovias que incentivaram o desenvolvimento econômico do município, assim como a expansão da fronteira agrícola para o interior.

Estes fatos provocaram grande repercussão a nível espacial. Em consequência, as áreas cultivadas foram ampliadas com o aumento da produção. Vale ressaltar que tanto o fardo de fumo como o de algodão eram embalados em couro, o que caracteriza a abundância da pecuária regional.

Segundo POPPINO (1968), o desenvolvimento do fumo e do algodão contribuiu efetivamente para aumentar o crescimento da população local, através das importação de mão-de-obra africana para o trabalho nas lavouras.

Conforme SILVA, SILVA e LEÃO (1985), a transferência da feira de gado em pé, do norte do Recôncavo para Feira de Santana, no século XIX, aumentou consideravelmente a importância comercial da cidade, transformando-a no mais importante centro de comercialização de gado, com relevante participação na economia do Estado da Bahia, à medida que este centro se expandia conquistava novos espaços.

No início do século XX, os mecanismos de integração econômica reforçam a projeção da economia feirense com a melhoria das vias de comunicação através da crescente atuação por parte do Estado. Novas medidas de ação estatal foram tomadas, tanto em relação às vias férreas, como às estradas carroçáveis, visando à expansão destes verdadeiros corredores de gado.

Com a melhoria dos meios de transporte, as conexões intra e interregional intensificaram a exploração dos recursos agropecuários e Feira de Santana desponta como centro de convergência dos produtos agrícolas. Esta situação vantajosa assegura prestígio ao município desde os tempos em que toda influência política e econômica do Estado exercia-se no Recôncavo em função do açúcar e do porto de Cachoeira, que funcionava como o principal escoadouro de comercialização de mercadorias que vinham do interior e se dirigiam para Salvador.

Porém, a maior projeção econômica só iria ocorrer após 1930, com o novo plano do sistema viário nacional. Na condição de ponto de convergência rodoviário e entreposto de mercadorias, Feira de Santana tornava-se o centro coletor e distribuidor de bens, sobretudo dos produtos primários.

Os efeitos multiplicadores da política de integração econômica desenvolvida no País repercutiram no rápido crescimento do setor urbano e industrial, atraídos pelos

mercados regionais e de seu relacionamento com Salvador. Feira de Santana converte-se então em pólo econômico, superando, pelo seu dinamismo, outros centros que anteriormente desempenhavam este papel, como foi o caso de Cachoeira, São Félix e Santo Amaro da Purificação. Por outro lado, acelerou-se o ritmo do processo de urbanização com intensa mobilidade da população rural para a zona urbana.

Em decorrência do processo de modernização da economia agrária brasileira, o espaço rural de Feira de Santana vem experimentando mudanças significativas nos padrões organizacionais impostos pelas exigências da expansão do capital.

A preponderância do capital no campo influenciou diretamente as atividades agrícolas que vêm sendo substituídas por processos mais evoluídos de produção e comercialização de seus produtos, impondo novas condições no desenvolvimento das relações de trabalho e no uso do solo. Esta nova situação colocou a maioria dos trabalhadores rurais em regime de trabalho temporário.

A partir dos anos 70, crescem consideravelmente as áreas ocupadas com pastagens em todo o município, em função do processo de pecuarização. Esta mudança resultou na diminuição das áreas de lavouras de subsistência e na expulsão dos reprodutores e parceiros.

Denominada por LEÃO (1973) como área de pecuária extensiva melhorada e por MELO (1978) como pecuária melhorada, predomina em Feira de Santana uma organização do espaço agrário relativamente heterogêneo do tipo exploração mista, pecuária/agricultura. As culturas alimentares ocupam, geralmente, pequenos estabelecimentos, com a utilização da mão-de-obra familiar, ou pequenas parcelas de terras, sob o regime de parceria, nas fazendas que se dedicam à criação de gado.

As pequenas, médias e grandes propriedades encontram-se praticamente em todo o município, embora não se registre a presença de imóveis rurais muito grandes (acima de 6.000 ha de dimensão), como em outras áreas do Estado.

Em virtude da proximidade geográfica do semi-árido, as terras localizadas ao norte e ao oeste do município, que correspondem aos distritos de Maria Quitéria, Tiquaruçu, Governador João Durval, Bonfim de Feira e Jaguará, são mais secas. A cobertura vegetal foi intensamente devastada, visando à expansão da pecuária, justamente nos solos mais férteis drenados pelos rios Jacuípe e Pojuca. Parte dessas terras é utilizada de forma intensa com agricultura de subsistência, pelos pequenos produtores que cultivam a mandioca, o milho e o feijão consorciados. Nas áreas mais afastadas dos vales dos rios, a vegetação característica é de caatinga, com solos rasos e

pedregosos, e em certos locais, a presença de afloramentos rochosos dificulta o desenvolvimento da prática agrícola. Portanto, os aspectos físicos favorecem a concentração das maiores fazendas de pecuária. Segundo OLIVEIRA (1997), existe maior concentração das grandes propriedades ao norte e ao oeste do município. Conforme o autor, a grande maioria dos pequenos produtores, vendem sua força de trabalho nessas propriedades para garantirem o sustento de toda a família.

Durante os trabalhos de campo, nesta região, visitamos a Fazenda Cruzeiro do Mocó, com uma área de aproximadamente 480 ha de propriedade do Estado, localizada no distrito de Jaguará. Utilizada para fins experimentais, esta fazenda dispõe de equipamentos modernos e uma mão-de-obra especializada, composta de veterinários, agrônomos, engenheiros e outros profissionais. A utilização de processos mais modernos, com melhoramentos genéticos, inseminação artificial, conservação de forragens, incentiva os criadores de gado local e dos municípios vizinhos a melhorarem os seus plantéis, com a introdução de raças selecionadas, principalmente para corte, como as raças Nelore e Guzerá. Além da pecuária bovina, os técnicos vêm realizando o registro dos dados climáticos, visando à implantação da pecuária ovina. Todo esse estímulo à criação de gado por parte do governo atende satisfatoriamente aos objetivos dos grandes proprietários que têm o acesso aos meios de produção (equipamentos, máquinas e insumos em geral) e concentram a propriedade da terra. Provavelmente, o incentivo à pecuária está associado ao volume de investimentos aplicados que contribuíram para ampliar as áreas de pastagens cultivadas, enquanto acentua o assalariamento no meio rural.

Enquanto ao norte e a oeste do município predominam as maiores propriedades, nos distritos localizados a leste (Jaíba), e ao sul (Humildes), o processo de fragmentação ocorreu de forma mais intensa. Nessas localidades, a pequena propriedade constitui a forma mais expressiva de ocupação do solo. Ainda segundo OLIVEIRA (1997), nessas áreas, são encontrados os solos de baixa fertilidade natural e o maior esfacelamento das pequenas propriedades, às vezes não permite a exploração por todos os membros de uma mesma família. Este fato deve-se, em parte, à expansão urbana associada ao processo de industrialização que provocaram a proliferação de chácaras e sítios para o lazer de pessoas que residem na cidade em virtude desses distritos ficarem próximos da sede do município.

Por outro lado, a divisão dos pequenos estabelecimentos entre os herdeiros provocou o surgimento de vários minifúndios, cujo tamanho às vezes é insuficiente

para garantir o sustento da família, forçando o produtor a exercer um trabalho temporário ou utilizar terras em outras modalidades de exploração, do tipo parceria e arrendamento.

Paralelamente ao processo de parcelização das menores propriedades, ocorreu a concentração das terras em consequência da expansão da pecuária. Esta mudança resultou principalmente, a partir dos anos 70, do aumento das pastagens cultivadas através da incorporação das pequenas unidades produtivas que praticavam a agricultura de subsistência.

A introdução de equipamentos e insumos modernos na pecuária incentivam o desenvolvimento desta atividade e, recentemente, a produção hortifrutigranjeira vem ampliando a sua importância econômica no município.

O intenso processo de industrialização e urbanização que vem se desencadeando no município, está basicamente integrado à dinâmica dos transportes, das agroindústrias e cooperativas instaladas no Centro Industrial do Subaé. A integração das indústrias e serviços possui fundamental importância na consolidação das atividades econômicas e configuração do espaço urbano-rural de Feira de Santana, comandando sua reorganização.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL

As transformações econômicas globais têm afetado indistintamente, em maior ou menor escala, os setores produtivos em geral. A agropecuária, assim como outros setores de atividades, foi objeto de mudanças que tendem aumentar com o crescimento industrial que se configurou no País, através do processo de internacionalização da produção.

A redefinição do papel do Estado e a emergência de uma nova revolução científica e tecnológica constituem fatores que continuarão influenciando nas modificações estruturais da economia rural brasileira. Entretanto, para atender às exigências do desenvolvimento capitalista, a agricultura ficou dependente do capital financeiro e industrial com a intensificação do emprego maciço de equipamentos e insumos modernos. Nesse sentido, o esforço do Estado deveria ser revestido no visando a modernização.

Esta nova tendência é representada pela expansão das indústrias processadoras de produtos agrícolas e da pecuária, instaladas no Centro Industrial do Subaé — CIS. Essas indústrias asseguram mercados para a venda dos produtos e, ao mesmo tempo, subordinam os processos de produção aos padrões técnicos mais modernos e eficientes. Desta maneira, existem condições para o desenvolvimento integrado da pecuária, da agricultura e da agroindústria, com reflexos positivos no crescimento da economia regional em seu conjunto.

A implantação do CIS influenciou todo o subsistema regional polarizado por Feira de Santana e acentuou a expansão do capital no campo. A instalação de agroindústrias, cooperativas e modernas fazendas, que dispõem de serviços especializados, garantem altos índices de produtividade e são, em parte, responsáveis pelas mudanças ocorridas na configuração espacial da região.

O gado bovino foi, desde o início, um fator de ocupação do espaço feirense. Até o final dos anos 60, esta atividade apresentou um certo declínio. Porém, a partir da década de 70, as estratégias do modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país provocaram modificações nas bases técnicas e produtivas em função da retomada do processo de pecuarização.

A intensificação da pecuária está ligada a modernização agrícola que ocorre no país em consequência da desenfreada expansão do capitalismo. O desenvolvimento desta atividade assume uma das formas como se processa a modernização da agropecuária na integração econômica nacional. Isto quer dizer que há uma relação entre a expansão dos rebanhos no município e o modelo da economia de mercado, nas áreas rurais do Estado da Bahia, da região nordeste e demais regiões do Brasil.

A pecuária baiana pode ser considerada uma atividade bastante representativa, porque participa com um percentual de 42,0% da região nordeste e cerca de 8,8% do rebanho nacional (CEPES, 1994, p.75). Isto significa que a Bahia tem uma participação de maior destaque entre os estados produtores de gado do país. O município de Feira de Santana, com uma percentagem de 14,0% de participação na Bahia, constitui-se num dos mais importantes pólos de criação de gado, abate, comercialização e distribuição dos produtos derivados da pecuária nordestina. A melhoria da qualidade e da produtividade está relacionada à adoção de uma política de crédito dirigida pelo governo do Estado. O financiamento com fundos públicos estaduais e federais possibilitou o aumento do efetivo de animais e o fortalecimento dos produtores beneficiados pelo fácil acesso às novas tecnologias, aquisição de

máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, raças e sementes selecionadas, eletrificação rural, estradas etc., que garantem melhores índices de produtividade e o retorno do capital investido.

Segundo MELO (1978), a zona de Feira de Santana constitui um prolongamento do Agreste. A existência de vários elementos climáticos, edáficos e biogeográficos confere as características de área transicional entre a faixa úmida e a hinterlândia semi-árida. A interação destes fatores favorece o desenvolvimento de pastagens naturais e artificiais, pela fácil adaptação de novas gramíneas de origem africana que resistem às deficiências edafo-climáticas do município. Neste sentido, os aspectos físicos predominantes contribuem basicamente para a especialização da bovinocultura destacando-se portanto como a maior fonte de produção agrícola municipal.

No conjunto das áreas produtoras de gado bovino no Estado da Bahia, conforme a Fundação Centro de Projetos e Estudos — CPE (1994), Feira de Santana, possui um plantel especialmente para o corte, com predomínio de animais mestiços, carentes de melhoramentos na qualidade da maior parte do rebanho. Os bovinos de raças selecionadas são produzidas, portanto, em pequena escala que proporcionam maior rendimento associado aos estímulos de mercado.

No que se refere à pecuária leiteira, esta encontra-se ainda bastante limitada em virtude de problemas de ordem técnica referentes a melhoramentos no manejo, na alimentação e nutrição, nos aspectos sanitários e a não especialização da maior parte do rebanho para produção de leite.

Neste particular CRUZ (1992), analisando os aspectos relacionados ao desenvolvimento da pecuária leiteira na região de Feira de Santana, ressalta que dada a falta de investimentos financeiros e de uma política de apoio ao pequeno e médio produtor de leite, assim como a reduzida organização dos criadores dificulta a possibilidade de saltos qualitativos na produção.

Embora, a pecuária seja dominante no município de Feira de Santana, a atividade hortifrutigranjeira vem adquirindo crescente importância, tornando-se um setor atraente no conjunto da produção estadual. Impulsionado pelo crescimento do mercado consumidor urbano, este setor tem ampliado a sua participação no sistema agroalimentar pela oferta de uma variedade de produtos *in natura* e industrializados.

Fruto da ação governamental e da iniciativa privada, a influência das indústrias operadoras de matérias-primas agrícolas instaladas no CIS se faz sentir em todo o Estado da Bahia, através da Cooperativa Regional Agropecuária de Feira de Santana — COOPERFEIRA, (ex- Matadouros Frigoríficos S.A. — MAFRISA). A COOPERFEIRA assume um importante papel na área de abate, distribuição e controle de preços da carne no município e regiões circunvizinhas e, além de prestação de serviços aos seus associados, atua no setor de comercialização de insumos. Esta cooperativa tem na distribuição por atacado e na exportação dos produtos o seu grande poder de captação de recursos, incluindo-se também os derivados como couro, ossos e pêlos, que passam por processos industriais antes do consumo final.

No conjunto de elementos que estimula o desenvolvimento da pecuária feirense encontra-se o Complexo Matadouro Municipal, situado no Campo do Gado Novo, com capacidade para abater 3.500 animais mensalmente, dispondo de um serviço especializado de controle sanitário, atuando também na atividade de abate e fornecimento de carnes para Feira de Santana e pequenos frigoríficos das cidades circunvizinhas, sendo que as suas instalações ainda não foram totalmente concluídas pela Prefeitura Municipal.

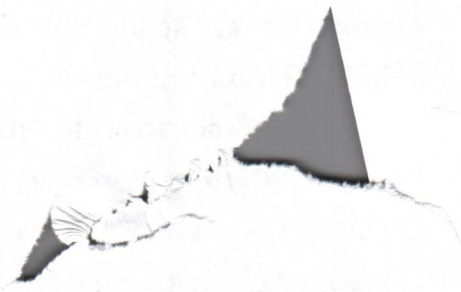
A indústria de laticínio que trabalha com a recepção e o processamento do leite *in natura* está representada pela Cooperativa Central de Laticínio da Bahia — CCLB. Esta empresa ocupa uma posição relevante na produção de leite pasteurizado, em pó, manteiga, queijos, iogurtes, etc. Somam-se a ela, as agroindústrias Jeribá, instaladas no município vizinho de São Gonçalo dos Campos, a fazenda Venturim e a Atlanta, situadas no distrito de Humildes, que se destacam pelo alto nível de qualidade da produção de leite dos tipos A, B e C.

Na produção de sucos a parcela de contribuição da PARMALAT (ex-MARAÚ) para o município, refere-se apenas na contratação do emprego de uma minoria da mão-de-obra local. O potencial de sua produção é voltado especialmente, para abastecer os mercados do Centro-Sul do país e do exterior.

Por outro lado, a Frutos do Brasil — BRASFRUT, desempenha um importante papel na fabricação de poupas de frutas.

No município de Feira de Santana a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, vem lentamente estimulando o plantio de frutos, a sua maior contribuição tem sido nas propriedades que pertencem à BRASFRUT e a UTIARA — empresa que localiza-se no município vizinho de São Gonçalo dos Campos, que também atua na exportação de sucos.

Faint, illegible text covering the page, possibly bleed-through from the reverse side.



Essas agroindústrias utilizam a mão-de-obra local em pequena escala, normalmente nos períodos de colheita de frutas como: acerola, laranja, maracujá, graviola, tangerina ou na descasca de outras como por exemplo o abacaxi ou mesmo quando os trabalhos são essencialmente manuais.

As possibilidades de integração da agropecuária com as agroindústrias, em especial aquelas que transformam derivados da pecuária, produzem uma gama de mercadorias que abastecem os mercados da Região Metropolitana de Salvador e de outros centros urbanos que sofrem influência de Feira de Santana, como Serrinha, Tanquinho, Coração de Maria, Santo Amaro da Purificação, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe entre outros, além de manter um forte laço de integração econômica com outras regiões do país.

3 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Conforme foi comentado, anteriormente, o povoamento de Feira de Santana data do século XVII, quando a cultura da cana-de-açúcar tornou-se o apanágio das terras costeiras, forçando a ocupação do interior pela pecuária.

Os criadores de gado, como já comentado anteriormente, ao se estabelecerem nesta região, situaram-se ao norte e a oeste, nas terras drenadas pelos rios Jacuípe e Pojuca. Os primeiros estábulos transformaram-se em fazendas originando-se as primeiras aglomerações.

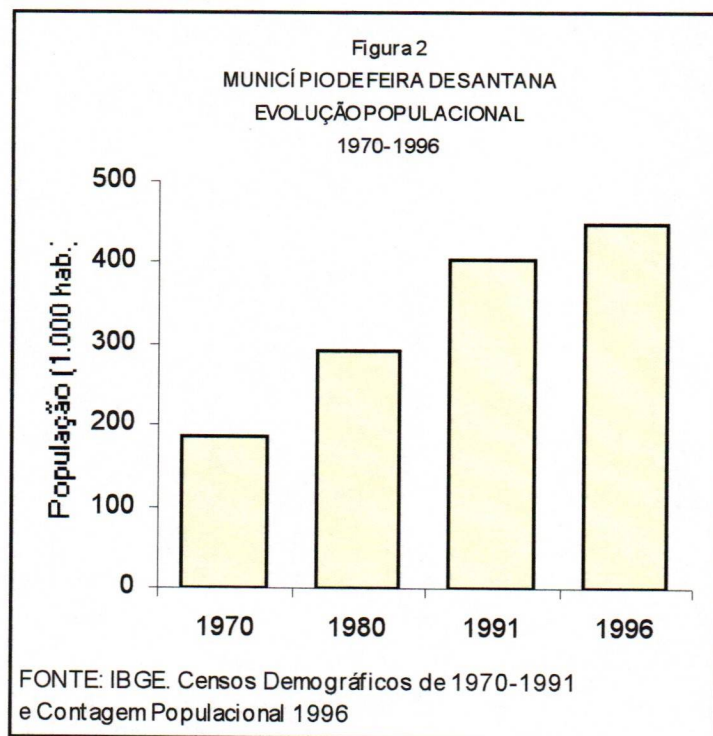
O crescimento populacional por que passa Feira de Santana, atualmente, pode ser visto como expressão de grandes mudanças na estrutura econômica e social. Tais tendências devem continuar devido ao rápido desenvolvimento urbano e industrial que possivelmente tem provocado um aumento contínuo da população.

Os dados da evolução demográfica mostrados na Tabela 1, apresentam um evolutivo incremento populacional absoluto durante cinco recenseamentos. Com área de 1.344 km², em 1996, o município contava com 450.487 habitantes e uma densidade demográfica de 335,28 hab./km². Porém, em relação aos números relativos, não existe linearidade, quando registram a maior variação de 55,5%, em 1980, e a menor, em 1996, de 10,8%. Apesar do intervalo de 5 anos entre os dois censos, o ritmo de crescimento está diminuindo, tomando-se por referência o percentual de 1980, ou seja, um período de 16 anos. A Figura 2, ilustra bem a variação do crescimento da população no referido período.

Tabela 1
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
EVOLUÇÃO POPULACIONAL
1970-1996

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	INCREMENTO POPULACIONAL		DENSIDADES DEMOGRÁFICA (hab./km ²)
		ABSOLUTO	RELATIVO (%)	
1970	187 460	45 703	32,2	139,5
1980	291 504	104 044	55,5	216,9
1991	406 447	114 943	39,4	302,5
1996	450 487	44 040	10,8	335,2

FONTE: IBGE. Censos Demográficos. Bahia, 1970-1991 e Contagem da População, 1996.



3.1 A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

A população do município de Feira de Santana é constituída predominantemente de jovens, uma característica de alta taxa de natalidade. Entretanto, os últimos recenseamentos vem registrando um decréscimo em decorrência do aumento de pessoas adultas e idosas. Isto significa que a população começa a envelhecer. As pirâmides etárias mostradas na Figura 3, evidenciam esta tendência. Tomando-se como referência os dados apresentados na Tabela 2, torna-se necessário detalhar a análise das faixas etárias. Observa-se que nos anos de 1970 a 1996 houve uma redução do sexo masculino no grupo de idades de 0 a 9 anos. Porém, no que se refere ao sexo feminino, nestas mesmas idades, existe um pequeno aumento passando de 27,7%, em 1970, para 28,5%, em 1980, decrescendo consideravelmente, em 1991, atingindo 20,0% e em 1996, 19,9%. Verificando-se dessa forma o decréscimo de 0,1% entre os anos de 1991 e 1996.

Figura 3
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PIRÂMIDES DE IDADES

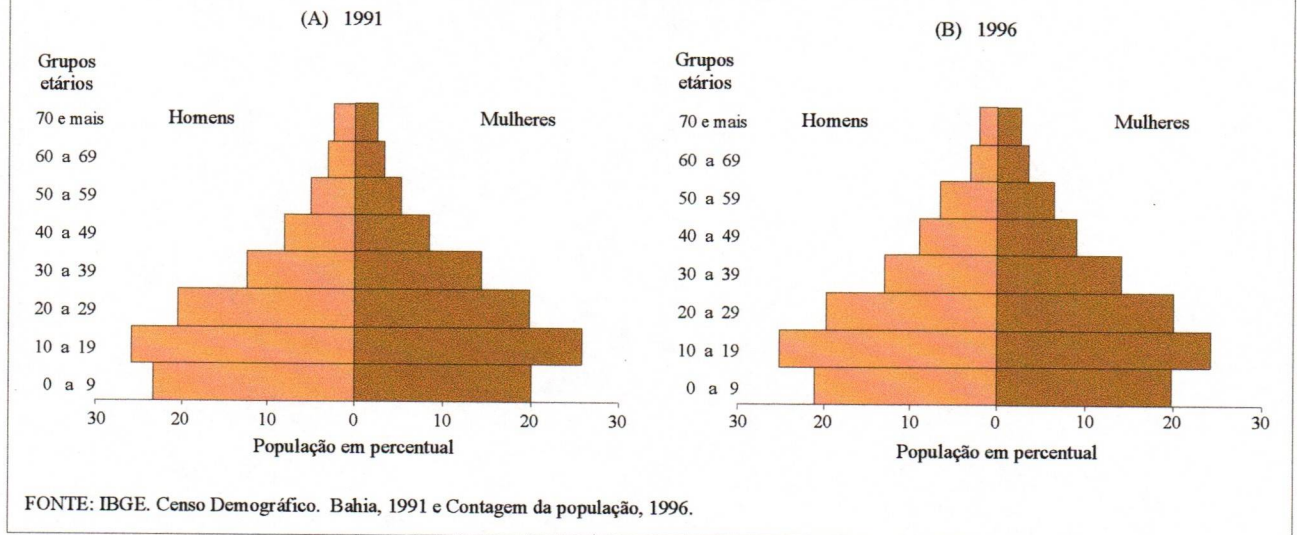


Tabela 2
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
POPULAÇÃO EM PERCENTUAL SEGUNDO SEXO E GRUPOS DE IDADES
1970-1996

FAIXAS ETÁRIAS	HOMENS				MULHERES			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
0 a 9	32,8	32,1	23,3	21,2	27,7	28,5	20,0	19,9
10 a 19	23,8	24,6	25,8	25,1	24,2	24,9	25,8	24,2
20 a 29	15,5	15,6	20,5	19,7	17,5	18,0	19,8	20,0
30 a 39	10,6	7,2	12,5	13,0	11,1	10,6	14,4	14,0
40 a 49	8,0	5,0	8,1	9,0	7,2	7,6	8,5	9,0
50 a 59	4,9	5,0	5,0	6,6	4,8	4,8	5,3	6,4
60 a 69	2,8	2,8	3,1	3,2	2,9	3,0	3,4	3,5
+ de 70	1,4	1,6	2,4	2,1	1,9	2,2	2,6	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Bahia, 1970-1991 e Contagem da População, 1996.

Considerando que, biologicamente o sexo feminino é mais forte que o sexo masculino, é normal que nestes grupos de idades, haja redução de número de meninos, porque a mortalidade infantil, compreendida na faixa etária de 0 a 5 anos, atinge essencialmente, aos meninos, principalmente, na zona rural. Em Feira de Santana, conforme foi observado no trabalho de campo, não está fora deste contexto. A falta dos cuidados necessários com as crianças, durante os primeiros meses de vida facilita a incidência de doenças. Segundo as famílias, “o mal de sete dias” (tétano) e os problemas respiratórios são enfermidades que contribuem para um maior número de óbitos, basicamente, com os meninos.

Por outro lado, os homens entre 10 a 29 anos apresentam um percentual evolutivo de 1970 a 1991, todavia, estes dois grupos etários diminuem em 1996. Coincidentemente, o mesmo ocorre com as mulheres; exceto na faixa etária compreendida entre 20 a 29 anos, cujo aumento foi de 0,2%, isto é, 19,8% em 1991, para 20,0% e, 1996. Nesta faixa etária existente uma certa estabilidade entre os dois sexos até 1991. De acordo com os dados da Tabela 2 houve um decréscimo no percentual dos homens nas idades analisadas em 1996. Questionando as pessoas porque em alguns anos havia diminuição do número de homens, elas alegaram que também poderia aumentar, porque tratando-se de um município próximo a Salvador e servido por uma densa rede de transporte, é comum que exista migração a partir da oferta de emprego, ou em Feira de Santana ou na metrópole.

Os grupos de idades de 30 a 49 anos são semelhantes para os homens, porque ambos reduzem os percentuais passando de 18,6%, em 1970, para 12,2%, em 1980. Contudo, apresentam-se em evolução com 20,6%, em 1991 atingindo 22,0%, em 1996.

Quanto as mulheres acontecem algumas variações. Em 1970, as idades entre 30 a 39 anos diminuem de 11,1% para 16,6%, em 1980, voltando a aumentar em 1991, para 14,4% e, novamente diminuem para 14,0%, em 1996. Verificando-se, assim um decréscimo de 0,4%. Entretanto, na faixa de 40 a 49 anos, os percentuais estão em ascensão nos períodos analisados. Isto demonstra que a percentagem das pessoas adultas está aumentando progressivamente.

De acordo com as pessoas entrevistadas, neste grupos de idades, chega-se a conclusão que nesta faixa etária a mobilidade populacional é menor e tanto os homens quanto as mulheres já estão mais estabilizados economicamente.

Os homens que constituem a faixa etária de 50 a mais de 70 anos, indicam um acréscimo de 1970 a 1996, com apenas uma diminuição de 2,4%, em 1991, para 2,1%, em 1996, nas pessoas com mais de 70 anos.

No que se refere as mulheres na faixa de 50 a 59 anos, o percentual permanece estável em 1970 e 1980 com 4,8%, mas em 1991 e 1996 retoma o crescimento, isto é, 5,3% e 6,4%, respectivamente. As idades compreendidas entre 60 e mais de 70 anos, entre 1970 e 1996 estão em crescimento progressivo.

Ainda de acordo com os dados da Tabela 2, pode-se notar que a expectativa de vida dos feirenses, mesmo com um pequeno percentual, está aumentando.

Um aspecto interessante da população do município está na pequena diferença dos percentuais entre os dois sexos (Tabela 3). Quando se comparam os totais

do sexo masculino com os do feminino, pode-se perceber que o número de homens é um pouco inferior ao das mulheres.

Tabela 3
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O SEXO E TOTAL
1970-1996

ANOS	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
1970	89 096	47,6	98 364	52,4	187 460	100,0
1980	139 048	47,7	152 456	52,3	291 504	100,0
1991	193 997	47,8	212 450	52,2	406 447	100,0
1996	215 072	47,7	235 416	52,3	450 487	100,0

FONTE: IBGE. Censos Demográficos. Bahia, 1970-1991 e Contagem da População, 1996.

3.1.1 A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADES

Nos últimos 26 anos, isto é, de 1970 até o último recenseamento efetuado em 1996, a composição etária da população de Feira de Santana não apresenta grandes diferenças de um período para outro. Observando a Tabela 4 e a Figura 4, verifica-se que a população, em números absolutos, de jovens, adultos e idosos, aumentou durante todo o espaço de tempo considerado. Contudo, algumas mudanças ocorreram quando se trata dos percentuais.

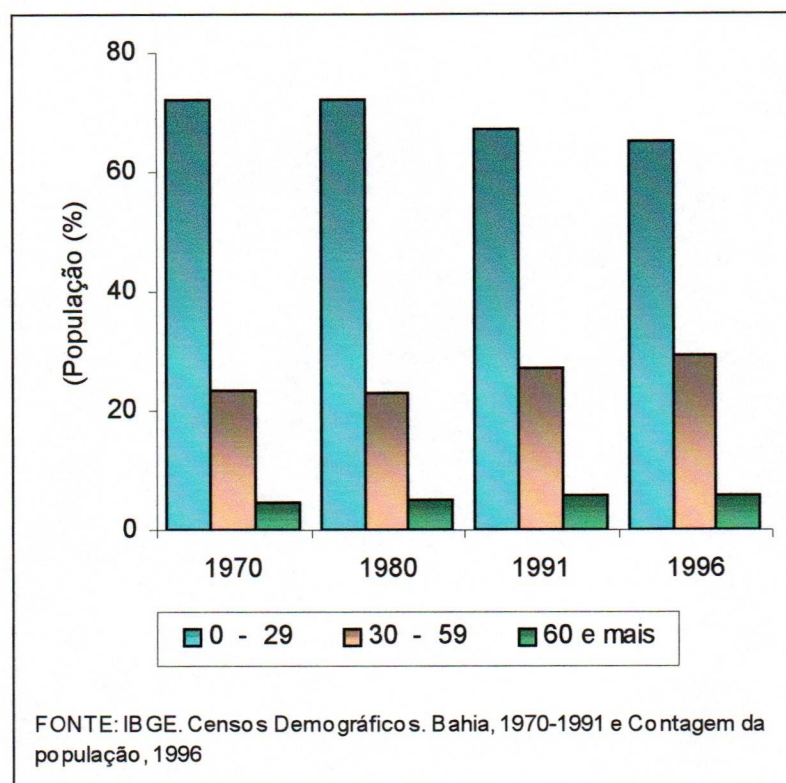
O grupo de jovens de 0 a 29 anos em 1970 e 1980 demonstra um crescimento de 71,9% e 72,0% respectivamente, mas, sofre uma redução nos dois períodos consecutivos para 67,2% em 1991 e 65,1% em 1996. Os adultos cuja faixa etária vai de 30 a 59 anos, embora, tenham percentagens decrescentes de 1970 a 1980, com 23,5% e 23,1%, respectivamente, aumentam para 27,0%, em 1991 e 29,1% e 1996, respectivamente, em virtude da menor participação dos jovens.

Tabela 4
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR CLASSES DE IDADES
1970-1996

ANOS	JOVENS 0 A 29 ANOS	%	ADULTOS 30 A 59 ANOS	%	IDOSOS MAIS DE 60 ANOS	%	TOTAIS	%
1970	134 782	71,9	44 186	23,5	8 487	4,5	187 460	100,0
1980	209 882	72,0	67 334	23,1	14 288	4,9	291 504	100,0
1991	273 183	67,2	109 773	27,0	23 492	5,7	406 447	100,0
1996	293 335	65,1	131 036	29,1	26 116	5,8	450 487	100,0

FONTE: IBGE. Censos Demográficos. Bahia, 1970-1991 e Contagem da população, 1996.

Figura 4
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADES
1970-1996



Os idosos cujas idades estão acima de 60 anos têm um pequeno acréscimo em quase todas as fases analisadas. Feira de Santana, como as demais cidades brasileiras, tem uma população em fase de transição, com maior percentual de adultos e idosos. Entre as principais causas atribuídas a esse fenômeno estão:

- avanço da medicina, através do controle de doenças;
- melhoramento no atendimento médico-hospitalar, em decorrência do crescimento do número de hospitais e de clínicas em funcionamento;
- uma certa melhoria nas condições sanitárias e higiênicas;
- a emancipação da mulher, o planejamento familiar, o declínio do índice de fecundidade e a urbanização.

3.1.2 POPULAÇÃO URBANA E RURAL

A partir do momento que a indústria torna-se o setor mais importante da economia de Feira de Santana, assistem-se mudanças significativas representadas pela conseqüente diminuição da população rural e pelo crescimento desordenado da população urbana.

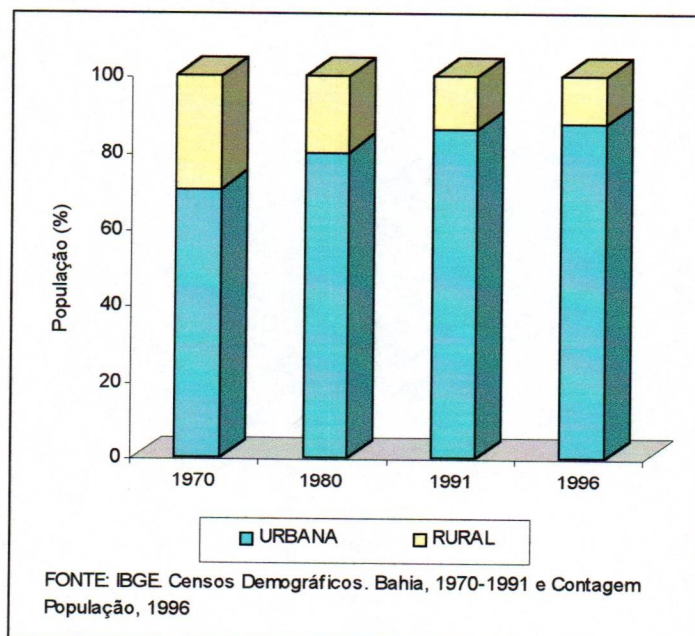
De acordo com a Tabela 5 e a Figura 5, em 1970, a população rural correspondia a 29,7%, diminuindo consideravelmente, em 1980 para 19,9% enquanto o crescimento da população urbana de 70,3%, em 1970, passando para 80,1% em 1980 e não parou de aumentar nos anos consecutivos. O percentual dos rurais, em 1996, diminuiu para 12,6% em oposição aos cidadãos que chegam a 87,4%.

Tabela 5
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
POPULAÇÃO URBANA E RURAL
1970-1996

ANOS	POPULAÇÃO					
	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	%
1970	131 884	70,3	55 616	29,7	187 460	100,0
1980	233 617	80,1	57 887	19,9	291 504	100,0
1991	349 557	86,0	56 890	14,0	406 447	100,0
1996	393 343	87,4	56 544	12,6	450 487	100,0

FONTE: IBGE. Censos Demográficos. Bahia 1970-1991 e Contagem da população, 1996.

Figura 5
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
POPULAÇÃO URBANA E RURAL – 1970-1996



A implantação do Centro Industrial do Subaé, em 1970, foi um dos fatores que passou a exercer uma forte atração sobre a zona rural. No momento da implantação das indústrias a necessidade de mão-de-obra braçal, na construção civil, empregou um grande número de trabalhadores rurais, que, conseqüentemente, passaram a residir na periferia da cidade.

O surgimento do novo mercado de trabalho atrai os camponeses do município e, também, de outros centros urbanos mais próximos que, direta ou indiretamente, sofrem os efeitos da polarização de Feira de Santana. A industrialização favoreceu a cidade, estimulando a concentração na zona urbana. Por outro lado, o município possui uma área de influência que se estende desde de Salvador até os municípios da microregião. Inclusive uma densa rede de transporte facilita o deslocamento das pessoas para trabalhar nas indústrias de transformação, de um modo geral, no comércio que se expandiu em decorrência das atividades econômicas e nas fazendas modernas, que beneficiam sua própria produção agrícola. Conforme as informações do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas Sociais - CEPES (1994), entraram três mil migrantes em Feira de Santana, na década de 90, sendo que um mil procediam da zona rural de outros municípios.

Nesse sentido, o processo de industrialização, também foi responsável pela concentração urbana. Com isso, a população urbana cresce desordenadamente, acarretando a formação de favelas, o aumento da marginalidade, a prostituição, o desemprego, o subemprego e a violência urbana.

Feira de Santana, a exemplo de outros municípios, não dispõe de uma infraestrutura urbana e rural capaz de atender o número de habitantes existente no seu território. Os investimentos direcionados para o município, em conseqüência de uma política econômica pouco eficiente, não são suficientes para eliminar os problemas sociais da população, como falta de escolas, assistência médico-hospitalar deficiente, moradia, saneamento, transportes, enfim, a precariedade dos serviços urbanos e rurais.

Pode-se constatar, no trabalho de campo, que dos 100 questionários aplicados, 25 famílias declararam ter de um a três filhos que migraram para Salvador e outras cidades a procura de emprego. As crianças e adolescentes que permanecem em casa trabalham para ajudar na renda familiar e quase não freqüentam a escola, o que significa um prejuízo para o futuro destes jovens, porque redundam em falta de escolaridade e de perspectiva profissional.

Atualmente, os nordestinos preferem buscar trabalho nas grandes e médias cidades da região. No caso de Feira de Santana, esta situação é favorecida pela proximidade de Salvador (108km), e pela facilidade de transporte (chegada e saída de ônibus a cada 15 minutos), contribuindo para a manutenção das relações espaciais entre as duas cidades, que se materializam pelos diferentes níveis de vida e objetivos da população. Essas relações se manifestam das mais variadas formas: na migração rural-urbana, na oportunidade de emprego na indústria e serviços, nas atividades comerciais, entre outras.

3.1.3 O PERFIL DO PRODUTOR RURAL

A análise do perfil do produtor rural constitui um dos aspectos fundamentais na caracterização das mudanças que se processam no espaço agrário feirense. Nesta perspectiva, pesquisou-se a maneira pela qual essa categoria se organiza e como guarda diferenças conforme o sexo, estado civil, idade, nível de instrução e a atividade agrícola principal que desempenha.

De acordo com os resultados das observações do trabalho de campo, constatou-se que os produtores do sexo masculino ainda predominam na zona rural: quase a totalidade dos entrevistados (85,0%). O sexo feminino é constituído de uma pequena parcela, que corresponde a apenas, 11,0% do total. No que se refere ao estado civil, 85,0% dos agricultores são casados e, apenas, 10,0% e 5,0% são solteiros e viúvos, respectivamente.

Uma das características constatadas na zona rural refere-se à cooperação social do grupo sob a orientação do chefe da família. Porém, cumpre destacar o papel da mulher como responsável pela manutenção de várias atividades.

Conforme as faixas etárias verificadas na (Tabela 6), os produtores estão inseridos nas idades entre 20 e 59 anos. A maior concentração atinge a faixa entre 40 e 59 anos, com aproximadamente 43,0%, vindo em seguida a que corresponde a 60 e mais de 70 anos, com um total de 33,0%.

Comparando-se as idades dos produtores e das esposas, observa-se que a maior diferença ocorre em torno de 40 e mais de 70 anos. Os dados demonstram que os homens são mais velhos do que as mulheres, a partir dos 40 anos.

Com referência aos filhos, verifica-se que a maior concentração de dependentes ocorre nos grupos de idade entre 0 e 39 anos. Entretanto, observa-se que o

maior número de herdeiros encontra-se entre 20 a 29 anos (28,1%). Se bem que, exista um elevado percentual de jovens nas famílias questionadas, visto no conjunto, o número de adultos apresenta uma quantidade expressiva.

Tabela 6
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PRODUTORES E MEMBROS DA FAMÍLIA SEGUNDO GRUPOS DE IDADES EM 1997

FAIXAS ETÁRIAS	PROPRIETÁRIOS		ESPOSAS		FILHOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
0 - 9	-	-	-	-	41	12,5
10 - 19	-	-	-	-	80	24,5
20 - 29	9	9,0	15	17,7	92	28,1
30 - 39	15	15,0	19	22,4	71	21,8
40 - 49	19	19,0	17	20,0	31	9,4
50 - 59	24	24,0	19	22,4	10	3,0
60 - 69	18	18,0	14	16,5	2	0,7
70 e mais	15	15,0	01	1,1	-	-
Total	100	100,0	85	100,0	327	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

Conforme os resultados das observações do trabalho de campo, verifica-se através da Tabela 7, que 30,0% dos entrevistados são analfabetos e 47,0% não concluíram o primeiro grau. Isso significa que a população que permanece no setor agrícola não tem maiores oportunidades de especializar-se para competir com outros setores no mercado de trabalho. No que concerne a um maior nível de escolaridade, apenas, 8,0% têm o segundo grau incompleto, 3,0% o segundo grau completo e 6,0% o curso superior completo.

Tabela 7
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES E MEMBROS DA FAMÍLIA EM 1997

GRAU DE INSTRUÇÃO	PROPRIETÁRIOS		ESPOSAS		FILHOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Analfabeto	30	30,0	20	23,5	17	5,2
1º grau completo	6	6,0	7	8,2	21	6,4
1º grau incompleto	47	47,0	39	45,9	150	45,8
2º grau completo	3	3,0	13	15,3	68	20,8
2º grau incompleto	8	8,0	1	1,2	35	10,7
Nível superior completo	6	6,0	4	4,7	21	6,4
Nível superior incompleto	-	-	1	1,2	15	4,6
Outros	-	-	-	-	16	4,9
Total	100	100,0	85	100,0	327	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

Poucas diferenças existem entre o nível de instrução dos proprietários e esposas: 23,5% são analfabetas, 45,9% tem o primeiro grau incompleto e 8,2%, o completo. Verifica-se uma alteração quando 15,3% das mulheres possuem o segundo grau completo, ao passo que o segundo grau incompleto e o nível superior apresentam os percentuais mais baixos. Tal situação reflete, antes de mais nada, as dificuldades de acesso à escola e a falta de oportunidade de se qualificar, principalmente, os pequenos agricultores.

Nesse particular, nada mais importante para refletir sobre a população rural de Feira de Santana do que esses dados referentes ao grau de escolaridade dos agricultores. E, diga-se de passagem, não há grandes diferenças entre homens e mulheres. Ambas as categorias são atingidas pelos mesmos fatores de opressão, que ainda deixam de fora do processo educacional grande parcela da população do município. O analfabetismo pode ser encarado como entrave ao desenvolvimento de uma consciência política e das condições de atraso a que estão submetidos os camponeses do País, com menores oportunidades de acesso a escola.

Ainda com referência à Tabela 7, percebe-se a diferença de escolaridade entre pais e filhos na distribuição dos cursos. Houve uma redução no índice de analfabetos, de modo que 5,2 % do total encontram-se nesta condição. Essa tendência fortalece à medida que, no primeiro grau incompleto a participação é significativa (45,8%). Admite-se, portanto, que esta situação seja atribuída ao fato de essa categoria abranger o maior número de pessoas que ingressam, inicialmente, no sistema educacional. Apesar da evasão escolar, o nível médio atingiu uma percentagem de 20,8%, no segundo grau completo e 6,4%, no nível superior completo. Embora, o número de crianças na escola apresente uma certa evolução, o grau de instrução dos filhos está diretamente associado ao padrão de vida dos pais.

Essas mudanças no nível de escolaridade das crianças deve-se ao melhoramento do sistema de ensino e à ampliação da rede de escolas, oferecendo cursos de nível médio. Segundo a Direção Regional de Educação — DIREC, a zona rural do município de Feira de Santana conta, atualmente, com 150 escolas, sendo que deste número 129 pertencem a rede municipal e 21 a rede estadual de ensino médio fundamental. Estes estabelecimentos de ensino contam com 329 salas de aulas, oferecendo 16.702 vagas incluindo todos os cursos do ensino fundamental, ou seja, da fase inicial (pré-escola) até o nível médio (segundo grau). Considera-se porém, esse

total de escolas e de vagas oferecidas ainda insuficiente para atender à população rural do município em idade escolar.

Conforme ainda, as observações do trabalho de campo, existem várias crianças analfabetas em virtude de diversos fatores, tais como dificuldade de acesso para chegar a escola dado a distância, a falta de transporte e condição financeira dos pais, que contribuem para manter uma parcela da população excluída do sistema educacional: a oferta de vagas que as vezes não atende a demanda de algumas séries, contribui também para agravar esta situação.

Muito embora a rede escolar não atenda a toda a população da zona rural e do município, não se pode negar que o desenvolvimento da cidade e o processo de industrialização concorreram para ampliar o número de escolas públicas e privadas, assim como a criação da Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS. Esta Universidade oferece uma gama de cursos que contribui para melhor formação da mão-de-obra. Mesmo que não sejam totalmente absorvidas no mercado de trabalho essas pessoas estão devidamente qualificadas para enfrentar a concorrência em outros centros mais avançados.

Por outro lado, se observou que a ascensão social de alguns produtores não é atribuída tão somente a propriedade da terra mas, também resultou dos conhecimentos alcançados no setor educacional. Assim, maiores investimentos na educação são, portanto, necessários a fim de que se possa ampliar o número de escolas no município, o que pode ter uma significação decisiva na formação de uma consciência política a respeito da situação social do campo.

O tipo de ocupação é sem dúvida uma outra característica importante, uma vez que o tipo de produção reflete, basicamente, o nível de condição da categoria.

Em Feira de Santana, a grande maioria dos produtores é constituída de pequenos agricultores e sitiantes há muito estabelecidos na região. Dessa forma, a propriedade individual é predominante. Herdada ou comprada, representa para eles um patrimônio, fruto de trabalhos e sacrifícios, de onde, ainda, tiram o sustento da família. De modo geral, os micro e minifundiários vivem da agricultura de subsistência e da criação de alguns animais de pequeno porte, não possuindo outras fontes de renda complementar. Os cultivos de menor rentabilidade no mercado, isto é, a trilogia alimentar: mandioca, milho e feijão, constituem a atividade básica de ocupação da terra.

Por conta disso, predomina entre eles o regime de exploração direta, isto é, aquele em que o produtor cultiva a terra juntamente com a família. O fato de não possuírem apoio financeiro e técnico faz com que não consigam obter da produção maiores rendimentos para sobrevivência, forçando-os recorrer ao assalariamento temporário ou cultivar a terra em outras modalidades de exploração, como a parceria e o arrendamento.

Convém afirmar através dos dados da Tabela 8 que, a partir de 1970, a participação dos parceiros e arrendatários reduziu-se, consideravelmente, na pequena agricultura familiar do município. Assim, de um total de 0,5% em 1970, os parceiros passaram para 0,2% em 1980, e permaneceram sem alteração em 1996. Os arrendatários de 1,3% em 1970, diminuíram para 0,4% em 1980, 0,2% em 1985 e 0,1% em 1996.

Paralelamente, ao processo de redução dos parceiros e arrendatários, ocorreu uma extrema diminuição das áreas que ocuparam. Assim, de 0,2% em 1970 e em 1980, o total da superfície ocupada pelos parceiros desce para 0,1% em 1985, passando para 0,3% em 1996. Verificou-se também que a área dos arrendatários, de 0,4% em 1970 diminuiu para 0,1% em 1980, tendo um pequeno aumento em 1985 para 0,4% e 0,3% em 1996, tendo uma pequena redução. Nesse sentido, vai-se caracterizando um quadro de perda de acesso a terra pelos pequenos produtores rurais que trabalham num regime de parceria ou de arrendamento, indicando o avanço do processo de expropriação e redução da pequena produção de gêneros básicos.

É importante ressaltar que durante as entrevistas de campo apenas 5 proprietários revelaram que utilizavam a parceria e 2 o arrendamento. A parceria consiste em um sistema onde o trabalhador recebe uma parcela da terra de um proprietário, com a finalidade de fazer uma plantação pagando como aluguel metade da produção (o parceiro também é denominado de meeiro). Por sua vez o arrendamento consiste em um sistema onde o arrendatário é o produtor rural, que aluga a terra por um determinado período de tempo, pagando em dinheiro, com o fim de explorá-la economicamente. O arrendatário é considerado também um agricultor que não tem a propriedade da terra, mas dispõe de crédito ou dinheiro que lhes permite arrendar (alugar) a terra para fazer de forma independente a sua cultura ou o seu criatório.

No município de Feira de Santana, pelo que foi analisado, a parceria quanto o arrendamento tendem a desaparecerem em função do avanço do capital no campo.

Convém salientar que a parceria é uma forma semi-assalariada, anti-econômica dentro do modo de produção capitalista. Ficando por isso mesmo, o grande e médio proprietário desobrigados dos encargos trabalhistas.

Tabela 8
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR
1970-1996

ANO	PROPRIETÁRIOS				PARCEIROS				ARRENDATÁRIOS						
	ESTAB.	%	ÁREA (ha)	%	ESTAB.	%	ÁREA (ha)	%	ESTAB.	%	ÁREA (ha)	%	ESTAB.	ÁREA (ha)	%
1970	7680	98,2	109598	99,4	40	0,5	251	0,2	103	1,3	409	0,4	7823	110258	100,0
1980	7719	99,4	113831	99,7	14	0,2	277	0,2	32	0,4	96	0,1	7765	114204	100,0
1985	8460	99,6	109389	99,5	19	0,2	32	0,1	19	0,2	440	0,4	8498	109861	100,0
1996	8540	99,6	105731	99,3	16	0,2	312	0,3	11	0,1	369	0,3	8567	106412	100,0

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários - Bahia, 1970-1996.

Pelo nível de vida, facilmente distinguem-se os pequenos dos médios produtores que dispõem de uma área maior e cultivam suas terras combinando a lavoura e pecuária.

De modo geral, a pecuária se constitui a atividade que predomina no setor agrícola de Feira de Santana. É praticada em larga escala, principalmente, pelos produtores que possuem uma área superior a 200 ha e que aplicam os maiores investimentos. Particularmente, pertencem ao mais alto nível sócio-econômico. Trata-se de fazendeiros que exercem profissões liberais, geralmente, desvinculadas do meio rural, bem como, banqueiros, empresários, médicos, advogados, funcionários públicos e de empresa privada. A grande maioria dos proprietários é absenteísta e projeta-se socialmente e economicamente através da profissão. Assim, o *status* que eles possuem é dado também pela sua condição de proprietário rural. Alguns proprietários são descendentes de antigos fazendeiros que conservaram suas terras ou adquiriram propriedades no município, mas continuam residindo nos centros urbanos e exercendo as mesmas atividades a que se dedicavam antes. A esse grupo pertence, portanto, cerca de 21,0% dos entrevistados: a exploração da terra efetua-se pelos trabalhadores assalariados. A pecuária é sem dúvida a atividade de maior significação econômica na região; por isso mesmo, 10,0% da categoria pertencem a grupo de criadores, compram matrizes e são expositores.

Diante disso, as mudanças refletem a maneira através da qual a pecuária tem-se modernizado na região. A prioridade que se deu a ela resultou na formação de grandes propriedades com a apropriação das melhores terras do município, fazendo com isso, desencadear um processo de diferenciação social que transforma permanentemente a agricultura familiar.

4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E TIPOLOGIA DAS PROPRIEDADES

A estrutura fundiária decorrente da ocupação colonial tem-se constituído em um dos graves problemas para o desenvolvimento da agricultura no País, porque o sistema de sesmarias implantado no início da economia brasileira possibilitou a formação de grandes latifúndios que se acentuou com a expansão das relações capitalistas no campo.

Com a decadência do sistema de sesmarias, foi estabelecida, em 1850, a Lei de Terras, como ficou conhecida. Esta lei que tinha o objetivo de regulamentar a posse da terra, de certa forma, foi uma estratégia política formulada pelos grandes latifundiários, que além de prestígio tinham em mãos o poder econômico e político da nação. Estes latifundiários manifestaram reação contra o livre acesso à terra para se produzir, isto porque já previa que os escravos libertos e os trabalhadores rurais em geral poderiam tornar-se proprietários. MARTINS *apud* BERGAMO e CAMAROTTI (1996, p.41) diz que “Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra virou escrava”. Assim, mantiveram-se marginalizados os camponeses que precisavam da terra para sobreviver e não tinham recursos suficientes para adquiri-la.

Dessa forma, o sistema fundiário herdado do período colonial deixou marcas profundas no que se refere à desigual distribuição da terra e à concentração da propriedade por um pequeno grupo de proprietários que, conseqüentemente, tem agido no sentido da expropriação dos pequenos produtores rurais, da mesma forma que tem contribuído para o agravamento das tensões sociais no campo.

O município de Feira de Santana não faz exceção a regra, quando se trata de estrutura fundiária. Por este motivo, fazer uma análise das classes de área e número de imóveis não é uma tarefa fácil, a começar pelo acesso aos dados e a dimensão das diferentes categorias das propriedades rurais como afirma ANDRADE (1979, p.10), “... um problema muito sério ao se analisar a estrutura fundiária é estabelecer os padrões entre uma grande, uma média e uma pequena propriedade, de vez que o valor da terra, transformada pelo homem em mercadoria, vai depender de uma série de variáveis, como acessibilidade, proximidade dos centros urbanos, fertilidade dos solos e os sistemas de culturas dominantes”.

Embora o IBGE tenha começado os recenseamentos agrícolas em 1940 e propicie maior facilidade de consultar às estatísticas, o elemento de base utilizado é o estabelecimento, isto é, a unidade onde se processa a exploração agropecuária, conforme conceitua o órgão. Mas para se proceder a análise da estrutura fundiária e tipologia das propriedades rurais do município de Feira de Santana, tomou-se como referência o cadastro de propriedades do Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, que utiliza como base o imóvel rural — prédio rústico de área contínua que seja ou possa ser utilizado em exploração agropecuária extrativa-vegetal ou agroindústria. Porém, só foi possível trabalhar com os dados de 1992 e 1996, fornecidos pelo referido órgão. Os números dos documentos oficiais (Tabela 9), permitiram fazer um estudo mais acurado das categorias e tipos de propriedades de acordo com a classificação proposta por ANDRADE (1993), analisados a seguir.

TABELA 9
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
NÚMERO DE IMÓVEIS POR CLASSES DE ÁREA
1992-1996

CLASSES DE ÁREAS (ha)	1992				1996			
	Nº	%	ÁREAS (ha.)	%	Nº	%	ÁREAS (ha.)	%
menos de 1	420	13,4	234	0,4	1.042	20,0	999	1,2
1 a -10	2.009	64,2	7.463	11,4	3.188	61,2	11.681	14,4
10 a -50	516	16,5	10.539	16,2	711	13,6	12.798	16,6
50 a -200	131	4,1	12.827	19,6	196	3,8	19.884	24,5
200 a -500	40	1,3	11.769	18,1	48	0,9	10.497	12,9
500 a -1.000	10	0,3	7.581	11,6	16	0,3	9.941	12,2
acima de 1.000	5	0,2	14.737	22,7	5	0,2	14.737	18,1
Total	3.131	100,0	65.149	100,0	5.206	100,0	81.167	100,0

FONTE: INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Bahia, 1982 e 1996.

- **Os microfúndios:** são os imóveis rurais com menos de 1 hectare. De acordo com os dados da Tabela 9, essas propriedades aumentaram, consideravelmente num período de 4 anos, passando de 420, isto é, 13,4%, em 1992, para um total de 1.042, isto é, 20,0% em 1996. Apesar de apresentar um número elevado, observa-se que esses imóveis ocupam uma percentagem ínfima de terra, ou seja, entre 0,4% e 1,2% da superfície total.
- **Os minifúndios:** esse grupo corresponde aos imóveis com 1 a menos de 10 ha. Verifica-se que essas propriedades são dominantes em número nos dois períodos analisados. Em 1992 os minifúndios somavam 2.009, com 64,2% do total. Em 1996, aumentaram para 3.118 e a sua participação no total foi de 61,2%. Embora, sua progressão seja muito elevada de um ano para outro, a superfície é muito pequena. Esses imóveis possuem uma dimensão inferior ao módulo rural, que na região é de

30 ha. Em 1992, eles ocupavam 11,4% da área total e em 1996 esse percentual aumentou para 14,4% apenas.

Ficou demonstrado que entre 1992 e 1996, os micro e minifúndios apresentaram alterações significativas no que diz respeito ao número, porém no que se refere a área os resultados não são muito diferenciados.

- **As pequenas propriedades familiares:** de 10 a menos de 50 ha., Representavam em 1992, 16,5%; em 1996, esse total decresceu para 13,6% na sua participação no geral. No que se refere a área, quase não sofreu alteração, os totais foram 16,2% em 1992 e 16,6% em 1996. Vale salientar que embora houvesse um contínuo aumento nos números absolutos, os percentuais mantiveram-se mais ou menos estáveis.
- **As pequenas “empresas rurais” familiares:** de 50 a menos de 200 ha. Em 1992, correspondiam a 4,1% das propriedades, já em 1996, esse percentual diminuiu para 3,8%, enquanto a área que ocupavam passou de 19,6% em 1992 para 24,5% em 1996. Embora esses imóveis tenham aumentado em número absoluto (passando de 131 para 196), foi suas áreas que demonstraram um aumento mais significativo.
- **As “médias empresas rurais” familiares:** de 200 a menos de 500 ha. De um total de 1,3% em 1992, diminuíram em número para 0,9% em 1996, e a área ocupada de 18,1% reduziu para 12,9%.
- **As grandes propriedades:** de 500 a menos de 1.000 ha. Apresentaram em número os mesmos percentuais, isto é, 0,3% para os dois períodos (1992 e 1996), enquanto a área de 11,6% em 1992 aumentou para 12,2% em 1996, demonstrando uma tendência de concentração de terras.
- **As propriedades muito grandes:** acima de 1.000 ha. Apresentaram o mesmo número de imóveis e de área em 1992 e 1996. Apesar de ter pequena significação em número, na verdade são elas que ocupam a maior parcela da superfície total, além de demonstrar uma forte resistência a fragmentação da propriedade no município de Feira de Santana.

Os dados estatísticos do INCRA demonstram que os pequenos imóveis rurais, ou seja, com menos de 50ha, constituem o grupo mais expressivo entre as categorias de propriedades.

Não obstante os dados das observações (Tabela 10), coletados através de trabalho de campo entre as diferentes categorias de propriedades e de proprietários

permitiram verificar que: os imóveis rurais com menos de 1ha aos quais ANDRADE (1993) denominou de microfúndios, constituem 11,0% do total, o que corresponde apenas a 0,1% da área pesquisada

TABELA 10
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
NÚMERO DE IMÓVEIS POR CLASSES
DE ÁREA EM 1997

CLASSES DE ÁREAS (há)	1997			
	Nº	%	ÁREAS (há.)	%
menos de 1	11	11,0	7	0,4
1 a -10	47	47,0	190	1,1
10 a -50	24	24,0	526	5,0
50 a -200	12	12,0	1.203	5,3
200 a -500	3	3,0	780	8,7
500 a -1.000	1	1,0	880	7,5
acima de 1.000	2	2,0	6.694	8,8
Total	10	100,0	10.280	100,0

FONTE: Trabalho de Campo, 1997.

Na verdade nenhum dos proprietários vivem unicamente do trabalho na terra, conforme retrata o depoimento de um produtor rural:

“O que se planta nesse pedaço de chão, não dá para sustentar a família, sem o trabalho de ganho, porque a terra que tenho é pouca demais, para manter uma casa cheia de gente”.

Os microfúndios são na realidade pequenos pedaços de terra que asseguram um complemento de renda ao trabalhador agrícola. A mão-de-obra familiar é utilizada, essencialmente, para o cultivo no período das chuvas. Mas, toda família é obrigada a se assalariar para sobreviver.

Os imóveis com 1 a menos de 10ha, ou seja, os minifúndios, correspondem ao maior número pesquisado, isto é, 47,0%. Esta classe de área é predominante e apresenta uma evolução superior as demais propriedades. No entanto, ocupam apenas 1,8% da área, o que é muito pouco em relação ao número.

Nessas propriedades toda família trabalha nos cultivos de subsistência, porém a área é muito pequena para alimentar uma família sempre numerosa. Por este motivo, os seus ocupantes vão se assalariar nas maiores fazendas. Este fenômeno é acentuado durante as estiagem.

No que se refere a importância das superfícies cultivadas, pode-se notar que a falta de reserva financeira, o tamanho da propriedade, a qualidade da terra e a

dificuldade de acesso ao crédito agrícola constituem um bloqueio para investir. Nesta categoria a parcelização é constante. Quase todos os proprietários possuem pequenos animais como aves, carneiros e algumas cabras que servem para o consumo familiar e eventualmente, como poupança nos casos de maiores dificuldades.

Conforme os dados coletados, as pequenas propriedades familiares, de 10 a menos de 50ha, destacaram-se com 24,0% dos imóveis pesquisados e com 5,1% da superfície total. Essas propriedades correspondem ao agrupamento em que as culturas alimentares ainda são predominantes e o pequeno produtor constitui reserva alimentar para resistir aos períodos sem chuvas. Como nas propriedades precedentes a mão-de-obra familiar pode assalariar-se para completar a renda familiar. Nesta categoria o efetivo de animais é mais importante, notadamente os bovinos.

No que se refere as pequenas “empresas rurais” familiares, de 50 a menos de 200ha, esta categoria apresentou 12,0% dos imóveis e detém 11,7% da área pesquisada.

Este é o grupo que o processo de concentração das propriedades familiares é mais forte e ocupam uma superfície superior em relação aos agrupamentos precedentes. Se bem que ainda se encontrem os cultivos de subsistência, a pecuária é muito mais desenvolvida, principalmente os bovinos.

Os proprietários possuem dificuldades por falta de recursos financeiros, segundo as declarações, mas quando chegam a fazer alguma economia, preferem investir na pecuária.

De acordo com as observações no campo as “médias empresas rurais” familiares, de 200 a menos de 500ha correspondem a 3,0% dos imóveis pesquisados e a 7,6% da área total. Nesta classe o proprietário trabalha com os seus filhos quando permanecem na propriedade. A mão-de-obra assalariada é mais importante, sobretudo por causa da criação de gado.

As grandes propriedades de 500 a menos de 1.000ha, foi a categoria que apresentou apenas 1 imóvel ocupando um percentual elevado em área de 8,5% o que demonstra uma tendência a concentração da terra.

Os proprietários e seus filhos não hesitam em comprar mais terras para aumentar o imóvel ou adquirir novas propriedades. Nestas fazendas pratica-se essencialmente a pecuária. Os produtores são absenteístas, embora sejam responsáveis pelos trabalhos de gestão. A mão-de-obra é sobretudo assalariada e temporária, para os tratamentos culturais das pastagens artificiais.

Nas entrevistas realizadas no campo, apenas 2 propriedades muito grandes foram pesquisadas. Mas, de acordo com a dimensão da área ocupada apresentam uma forte tendência ao aumento e concentração de terras. Os produtores, geralmente são pecuaristas. As propriedades podem ser individuais ou constituir uma empresa familiar sob a forma de grandes unidades produtivas. Como na categoria precedente, o proprietário está ausente, mas vai freqüentemente à fazenda para verificar o seu funcionamento fazendo parte do grupo profissional da localidade.

Sendo assim, em Feira de Santana o grupamento das pequenas propriedades é elevado, onde a terra apresenta-se totalmente fragmentada. Essa fragmentação se processou em virtude de vários fatores entre os quais: a subdivisão entre os herdeiros, havendo casos em que o desmembramento se faz através da venda de uma parcela a terceiros, notadamente nos anos de seca prolongada ou em ocasião de momento de dificuldades financeiras, morte do chefe de família, doenças, entre outros.

A valorização da terra, decorrente da industrialização da agropecuária e conseqüente a urbanização alcançada por Feira de Santana, também, contribuiu para a parcelização das terras com a ampliação de chácaras e sítios para destiná-las ao lazer nos fins de semanas ou férias dos proprietários e familiares.

As freqüentes crises econômicas contribuem também para o parcelamento da propriedade devido ao processo de venda. Na pesquisa de campo, constatou-se que algumas terras foram vendidas parceladamente, dando origem a uma nova propriedade ou foram anexadas a outras já existentes.

4.1 AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DA TERRA

Em decorrência do processo de industrialização da agropecuária, ocorreram mudanças significativas na ocupação do espaço agrário de Feira de Santana, em virtude da forma de utilização da terra: a intensificação do plantio de pastagens. Apesar da pecuária contribuir, historicamente, com o processo de organização espacial do município, as lavouras tradicionais e comerciais — milho, feijão, mandioca, fumo, amendoim, e algodão — também participaram da evolução de uso do solo, quando transformaram as técnicas de produção orientadas para a demanda de consumo dos mercados internos e externos.

Os pequenos produtores que resistiram às pressões da grande produção capitalista e permaneceram com a cultura de subsistência sem inovações tiveram suas áreas produtivas reduzidas, perdendo, assim, a importância relativa na concorrência do processo produtivo. No que concerne à mão-de-obra, ela também sofreu modificações com o aumento do número de trabalhadores assalariados e desempregados.

MARTINE (1989), afirma que, no Nordeste, a pecuarização resultou, em parte, de pequenos estabelecimentos, anteriormente, dedicados à agricultura. As lavouras perderam maior volume de área, principalmente, nas propriedades que exploravam a terra em combinação de cultivo e pecuária. O aumento significativo nas áreas de pastagens substituiu as culturas alimentares, expulsou os parceiros e arrendatários, fato comum em Feira de Santana e em todas as regiões que expandiram o processo de pecuarização.

Referindo-se à relação existente entre a área ocupada com lavoura e pastagens no Estado da Bahia e o total das terras consideradas aptas para as duas atividades, FILGUEIRAS (1984), observou que o espaço agrícola cultivado com lavouras ficava em torno de 9,0%, enquanto as maiores parcelas das terras aproveitadas encontravam-se destinadas ao plantio de pastagens.

Os dados relativos à utilização das terras (Tabela 11 e Figura 6) demonstram que os percentuais das lavouras temporárias predominam sobre as lavouras permanentes em todo o período, isto é, de 1970 a 1996. Porém, a área cultivada de ambos flutua, enormemente, apresentando as maiores percentagens em 1996 com 1,7% e 12,8%, respectivamente. Esse aumento da área de lavouras, em 1996, foi em decorrência da intensa crise que ocorreu no País, provocando instabilidade na economia, inclusive, com acentuada queda nos preços dos produtos da pecuária.

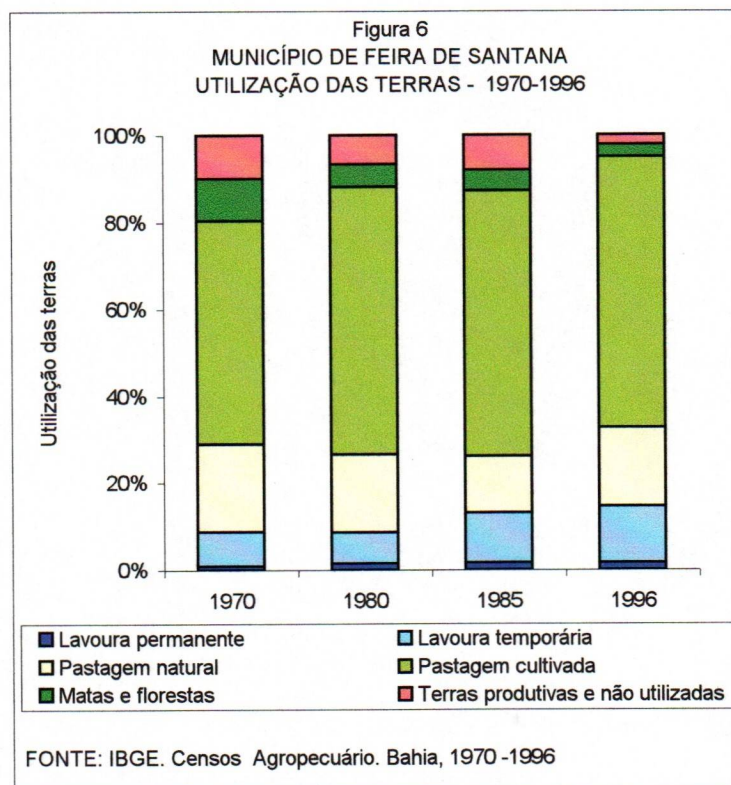
Tabela 11
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS
1970 - 1996

ANOS	LAVOURAS				PASTAGENS				MATAS E FLORESTAS		TERRAS PRODUZIDAS E NÃO UTILIZADAS		TOTAL	
	PERMANENTE		TEMPORÁRIA		NATURAL		CULTIVADA		ÁREA (ha)	%	ÁREA (ha)	%	ÁREA (ha)	%
	ÁREA (ha)	%	ÁREA (ha)	%	ÁREA (há)	%	ÁREA (ha)	%						
1970	1 079	0,9	8 803	7,9	22 144	20,0	60 396	51,2	10 703	9,7	10 993	9,9	110 258	100
1980	1 774	1,5	8 208	7,1	20 492	17,9	70 183	61,4	5 886	5,1	7 661	6,7	114 204	100
1985	1 845	1,7	12 618	11,4	14 303	13,0	67 097	61,0	5 174	4,7	8 824	8,0	109 861	100
1996	1 860	1,7	14 112	12,8	20 034	18,2	68 329	62,1	3 033	2,8	2 545	2,3	109 973	100

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários. Bahia, 1970-1996.

As pastagens constituem a maior superfície das terras agrícolas ocupadas: de 71,2% em 1970, aumentaram para 79,3% em 1980, diminuindo para 74,0% em 1985 e em 1996 elevou-se para 80,3%. Esta é a forma de ocupação do solo mais utilizada pelos grandes proprietários. A progressão do plantio de pastagens cultivadas confirma a expansão da pecuária na região.

No entanto a redução da superfície de matas e florestas, assim como das terras produtivas e não utilizadas, pode ser explicada quando se observa a crescente utilização da terra para cultivo de pastagem em 1970 e 1996. Segundo SILVA, SILVA e LEÃO (1985), a partir dos anos 70, em Feira de Santana, as áreas de matas e florestas foram intensamente desmatadas e incorporadas às pastagens (Fotografia 1). Em 1985, os dois tipos de pastagens diminuem em virtude de uma crise



Fotografia 1 - Desmatamento para plantação de pastagens, na Fazenda Meu Sonho, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.

econômica com reflexo na pecuária, motivando o crescimento da área de lavouras.

A área das pastagens naturais em comparação com a dos períodos anteriores aumentou consideravelmente em 1996, atingindo 18,2% do total da área total.

No universo de 100 questionários aplicados no campo, constatou-se que um pequeno número de proprietários (Tabela 12) utiliza a terra, apenas, com lavouras (22,0%), geralmente, os minifúndios. A pastagem plantada e a combinação de lavoura e pastagem cultivada possuem somente 1,0% cada uma. Porém, as demais propriedades ocupam o solo com lavoura e pastagem natural (26,0%), pastagem natural e cultivada (17,0%), enquanto o maior percentual (33,0%) fica por conta dos produtores que ocupam as terras com lavoura, pastagem natural e pastagem cultivada.

Durante as entrevistas, os produtores declararam ter preferência pela criação de gado e alguns pequenos proprietários de terras possuem alguns animais e uma pequena área de pasto.

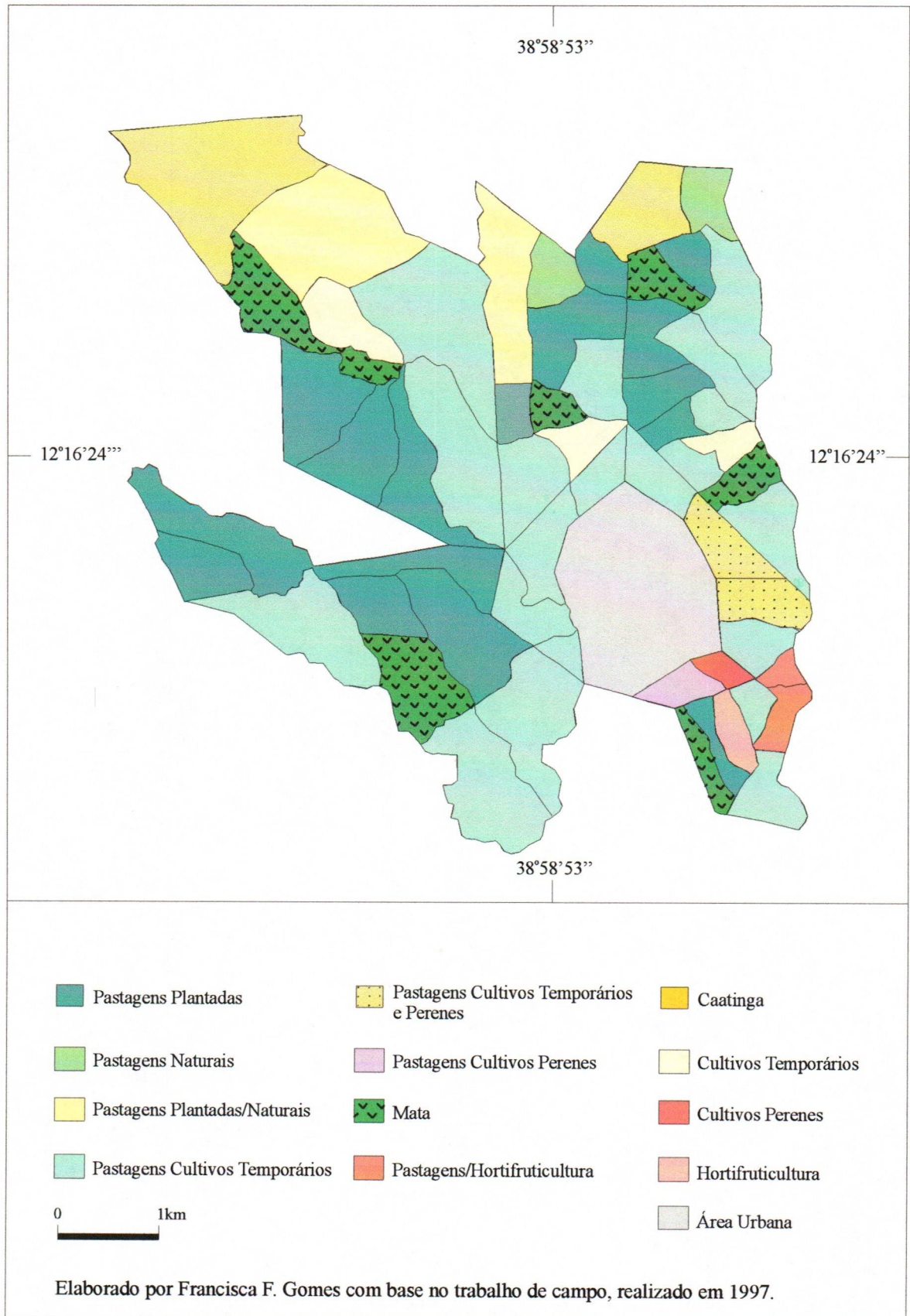
A Figura 7, elaborada através de setores censitários, registrados pelo IBGE, ilustra as informações da pesquisa de campo no que se refere à distribuição dos cultivos. Apesar das culturas serem bastante representativas, observa-se que as pastagens destacam-se entre as combinações agrícolas predominantes, ocupando as maiores áreas do município.

TABELA 12
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS SEGUNDO NÚMERO DE
PRODUTORES EM 1997

FORMAS DE USO DA TERRA	PRODUTORES	
	Nº	%
Pastagem cultivada	1	1,0
Lavoura e pastagem cultivada	1	1,0
Pastagem natural e cultivada	17	17,0
Lavouras	22	22,0
Lavoura e pastagem natural	26	26,0
Lavoura, pastagem natural e cultivada	33	33,0
Total	100	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997

Figura 7
 NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
 DISTRIBUIÇÃO DO USO DA TERRA EM 1997



4.2 CARACTERIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

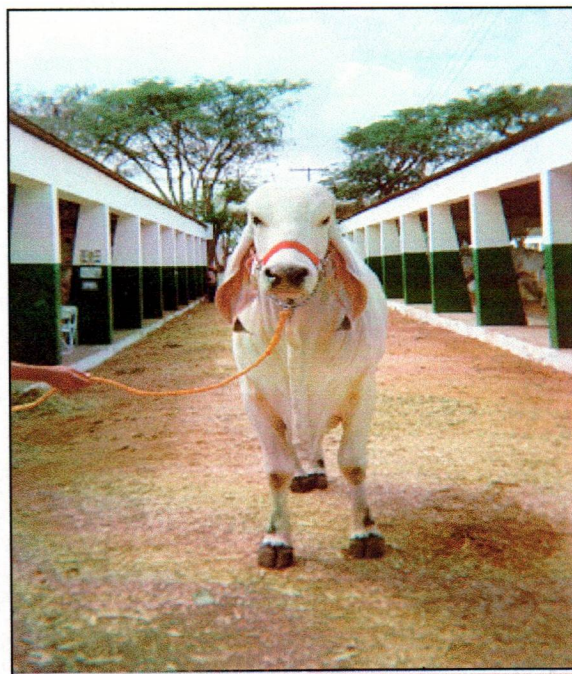
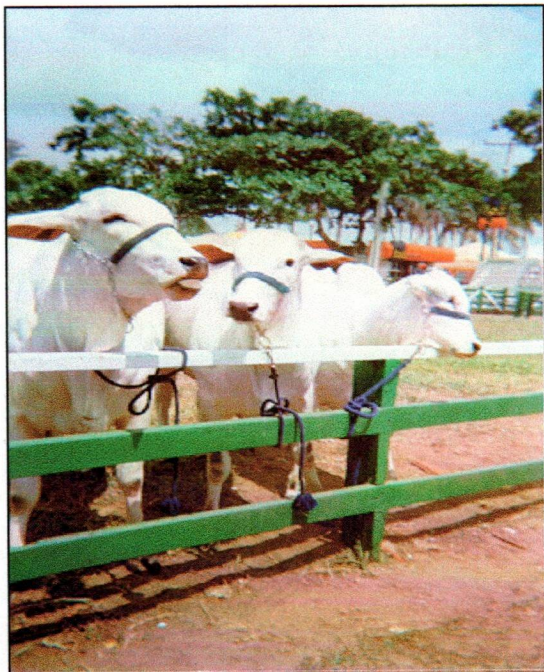
Como já foi explicitado anteriormente, desde a ocupação das terras que compreendem o município de Feira de Santana, a pecuária destaca-se como a atividade agrícola de maior expressão econômica. O sistema extensivo caracterizava a criação em campos abertos, o que se modificou, gradativamente, com a introdução de inovações.

Os criadores de gado, atraídos pelo o aumento de consumo dos produtos da pecuária nos centros urbanos e pelo pouco investimento na mão-de-obra, passaram a expandir as áreas de pastagens, assim como, a modificar os plantéis com a introdução de raças melhoradas.

Em Feira de Santana, o rebanho bovino é constituído quase na sua totalidade por animais mestiços originados de cruzamentos do gado Zebu ou Indiano com o crioulo ali produzido. Três tipos de raças se adaptaram às condições ecológicas da região (Nelore, Gyr e Guzerá). A preferência pelo gado Indiano deveu-se ao fato de ser animais de grande porte e peso, além da rusticidade que apresenta às doenças. As raças Holandesa, Shwitz, Simenthal e Simbrasil são encontradas, em menor proporção, e em virtude de não se adaptarem perfeitamente ao clima, são mantidos sob regime de confinamento. Em tais condições, esses animais têm vida útil reduzida e rendimentos insatisfatórios, se, por acaso, não forem seguidos rigidamente os padrões zootécnicos exigidos. Das propriedades visitadas, em apenas 16 os plantéis eram constituídos por raças européia e canadense, sobretudo, naquelas voltadas para a produção de leite. Nas demais, predominam os mestiços do Zebu, com destaque para o Nelore, Tabapuã e o Indubrasil.

Recentemente, no período de 6 a 13 de setembro de 1998, foi realizada a XXIII Exposição Agropecuária — EXPOFEIRA, no Parque João Martins da Silva, onde foram colocados à disposição dos criadores de bovinos, caprinos, ovinos e eqüinos, 466 argolas, 162 baias comuns, 120 baias móveis e 144 boxes. A EXPOFEIRA encerrou-se com um recorde de um total de 700 animais, pertencentes as mais variadas raças, podendo citar como por exemplo as raças Nelore e Indubrasil (Fotografias 2 e 3), que passaram por julgamento. Segundo o Departamento da Agricultura foi o maior número já registrado na exposição desde a sua primeira realização, em 1975.

As inovações introduzidas no manejo da pecuária resultaram no aumento da importância dos rebanhos e das pastagens e na concentração da propriedade que foi



Fotografias 2 e 3 - Raças Nelore e Indubrasil, respectivamente, selecionadas na EXPOFEIRA, Feira de Santana, 1998.

acompanhada pela redução dos espaços das lavouras e do contingente de mão-de-obra ocupada.

Essas alterações que ocorreram na base técnica da produção deveram-se aos incentivos criados pela política agrícola de modo geral e do crédito rural subsidiado. Em particular, essas mudanças estabelecidas pelo governo têm papel fundamental no uso intensivo de tecnologias e assistência técnica ligadas ao capital industrial, financeiro e comercial ao qual a pecuária do município se integrou. Por outro lado, a tecnologia implantada reforça, a partir de 1970, a expansão de agroindústrias de beneficiamento de carne, de leite e de outros produtos agrícolas.

No município de Feira de Santana, é predominante a pecuária de corte com as suas diferentes fases: cria, recria e engorda. Muitos pequenos proprietários desenvolvem atividade mista (corte e leite), o que não exige maiores cuidados com o manejo do rebanho. O leite tirado nessas propriedades, geralmente, é consumido pela família e a sobra é vendida na redondeza, por preço inferior ao do mercado.

A pecuária leiteira é considerada uma atividade secundária e menos atrativa pela maioria dos produtores, porque apresenta menores rendimentos econômicos. O lucro obtido não compensa os altos investimentos no criatório, através da compra de matrizes, emprego de mão-de-obra, tecnologia especializada, exigência maior na

administração, além de problemas ligados à comercialização do produto, que sofre influência de tabelamento, por parte do governo, enquanto na pecuária de corte os rendimentos são mais compensadores, em vista de serem menores os custos aplicados no manejo da produção.

Nesse sentido, entre 65,0% dos produtores entrevistados (Tabela 13), o criatório era orientado para o corte e entre 35,0%, para a produção de leite. Do total de bovinos, 66,0% era para corte e, apenas, 34,0% para leite. A maioria dos produtores

entrevistados (65,0%) afirmou que a produção de carne é mais rentável porque o preço do produto sofre mais correção no mercado do que o leite e quando os seus criatórios eram voltados para produzir leite o retorno financeiro mal dava para cobrir as despesas com a produção. No município, a pecuária leiteira está limitada, sobretudo, nas fazendas melhores equipadas, os 35,0% entrevistados, declararam que o leite gera uma receita mensal e a venda de matrizes compensaria os investimentos aplicados. A comercialização do gado em pé, geralmente, ocorre na fazenda, no Campo do Gado e na COOPERFEIRA.

A predominância de animais de alto padrão genético é encontrada tanto com a finalidade de produzir carne como leite. A seleção de matrizes, bem como, dos touros, ocorre de acordo com a melhoria genética.

Embora, o sistema predominante de reprodução seja o de monta livre (48,0%), 18,0% dos produtores entrevistados utilizavam a inseminação artificial. A idade das novilhas no primeiro parto oscila entre dezoito e trinta e seis meses. A apartação dos bezerros ocorre entre o sétimo ao nono mês de idade e a vida produtiva das vacas varia de sete a dez anos e dos touros de sete a doze anos.

A castração dos machos para engorda é uma prática muito disseminada entre os produtores. Em termos de controle de doença, é obrigatória a vacinação anti-aftosa (três vezes ao ano), anti-raiva, contra a brucelose e contra o carbúnculo. O controle de endo e ectoparasitos ocorre esporadicamente. A assistência veterinária na propriedade é efetuada pelo proprietário (21,0%).

Tabela 13
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
DESTINO DA PRODUÇÃO DE BOVINOS EM 1997

DESTINO DA PRODUÇÃO	PRODUTORES		CABEÇAS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Corte	30	65,0	1 888	66,0
Leite	16	35,0	974	34,0
Total	46	100,0	2 862	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

A melhoria das condições da pecuária, tornando-a mais rentável, o crescimento da demanda dos seus produtos e o dinamismo econômico que o município alcançou permitiram a expansão da criação de gado. Os grandes pecuaristas participam de associação (23,0%) e são expositores (35,0%). Embora, nos anos de maior estiagem exista perda de alguns animais (13,0%), eles não pensam em parar de criar (49,0%). Dos 100 entrevistados, 23,0% disseram que o rebanho voltou a aumentar.

Observando-se os dados estatísticos da Tabela 14 e da Figura 8, pode-se notar que, de 1974 a 1984, existe uma certa estabilidade do número de bovinos, ovinos e caprinos. A partir de 1985 até 1987, verifica-se um decréscimo nos três tipos de gado, apresentando um aumento considerável entre 1988 e 1992.

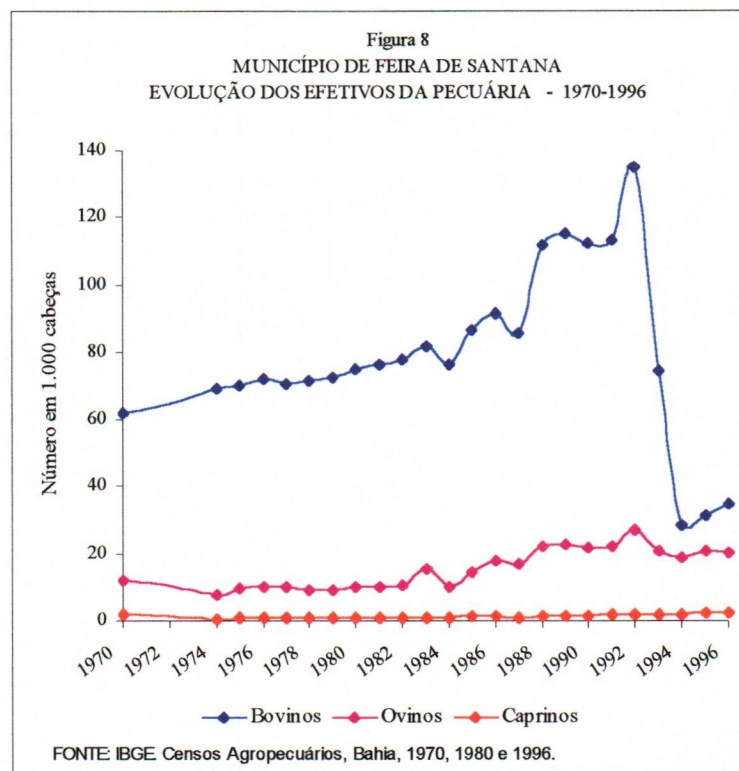
Em 1992, o total do efetivo atingiu o número mais elevado de todo período, ou seja, 164.418 animais, liderado pelos bovinos com 82,3% do rebanho. Porém, nos últimos quatro anos, 1993-1996, assiste-se uma redução considerável, notadamente dos bovinos, em consequência das prolongadas secas que atingiram a produção agropecuária feirense, destacando-se os anos de 1993 com 45,0% e o de 1994 cujo percentual de redução foi de 78,9% em relação a 1992.

É preciso salientar que a seca que se iniciou em 1993 e prolongou-se até o ano de 1994, assolou a região Nordeste, o Estado da Bahia e, conseqüentemente, o município de Feira de Santana, constituindo-se no fator principal da redução que ocorreu na agropecuária municipal.

Tabela 14
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
EVOLUÇÃO E EFETIVO DA PECUÁRIA
1970-1996

ANOS	BOVINOS	OVINOS	CAPRINOS	TOTAL
1970	61 845	12 050	2 110	76 753
1974	69 400	7 509	680	77 589
1975	70 395	9 577	993	80 965
1976	72 226	10 216	1 072	83 514
1977	70 918	10 318	970	82 206
1978	71 628	9 178	982	81 788
1979	72 702	9 269	990	82 961
1980	75 100	10 195	970	86 265
1981	76 500	10 200	960	87 660
1982	78 000	10 700	1 050	89 750
1983	82 090	15 500	1 150	98 740
1984	76 500	10 200	960	87 660
1985	86 680	14 700	1 238	102 618
1986	91 490	17 690	1 360	110 540
1987	85 600	16 900	1 200	103 700
1988	111 900	22 190	1 670	135 760
1989	115 200	22 950	1 690	139 840
1990	112 300	21 910	1 600	135 810
1991	113 215	22 380	1 730	137 325
1992	135 298	26 975	2 145	164 418
1993	74 450	20 834	1 895	97 179
1994	28 575	18 864	1 993	49 432
1995	31 432	20 755	2 192	54 379
1996	34 820	20 150	2 480	58 150

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970. Produção Pecuária Municipal, 1974-1996.
Dados não publicados: 1971-1973.



Pelo fato do município se localizar numa região sujeita a secas, com o longo período de estiagens prolongadas as pastagens não resistiram o pisoteio contínuo do gado, favorecendo o seu perecimento.

Os cursos d'água que cortam o município são temporários em sua maioria e secaram, levando os fazendeiros a retirarem o gado para outras fazendas que possuíam em outros estados ou alugarem pastos em outras regiões ou forçando-os a vender os animais abaixo do preço de mercado, deixando os proprietários descapitalizados. Isso ocorre justamente, no momento em que a economia brasileira sofre mudanças com a implantação do Plano Real, fato este, que também concorreu decisivamente, para influenciar na queda da produção agropecuária de Feira de Santana.

Segundo a declaração do presidente da COOPERFEIRA, na época, a Bahia necessita, pelo menos, de 1,5 milhão de bezerros para recompor seu rebanho bovino, parcialmente, dizimado pelos anos seguidos de seca.

A seca que ocorreu entre 1977 e 1983, evidentemente, que casou os prejuízos na agropecuária municipal, porém, não teve a mesma intensidade que a de 1993-1994. Inclusive, uma parte das terras do município localizadas nos distritos de Humildes e Jaíba, não sofreram as conseqüências da seca levando os fazendeiros a alugarem os

pastos para manutenção do gado, no próprio município, retornando as suas fazendas após as chuvas.

Embora, a pecuária bovina seja a atividade de maior importância, a criação de ovelhas e cabras vem-se destacando progressivamente.

Na pesquisa de campo (Tabela 15), constatarem-se as mesmas tendências evidenciadas nos dados oficiais, isto é, 91,4% do total do efetivo pesquisado era constituído por bovinos, 4,8% de ovinos e 3,8% de caprinos.

Tabela 15
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS DA PECUÁRIA EM 1997

EFETIVOS	Nº DE CABEÇAS	%
Bovinos	4 682	91,4
Ovinos	248	4,8
Caprinos	196	3,8
Total	5 125	100,0

FONTE: Trabalho de campo 1997.

A pecuária ovina e caprina encontra-se distribuída em todo o município. Entretanto, os maiores rebanhos concentram-se nos distritos localizados no semi-árido (Bonfim de Feira, Jaguará, Maria Quitéria, Governador João Durval e Tiguaruçu). Este fato está relacionado à rusticidade destes animais, pela resistência às secas e às doenças. Nas pequenas propriedades, esses animais são mantidos em pequenos cercados; nas médias e grandes, são produzidos em menor escala junto aos bovinos. A pecuária ovina é feita em função da carne e da pele, que são bastante apreciadas. As raças Somálias e Santa Inês são as mais encontradas, enquanto os caprinos das raças Anglo-Nubiana e Mambrina são os mais difundidos para a produção de carne e leite de melhor qualidade. Algumas propriedades vêm-se especializando na criação desses animais. Os equinos das raças Mangalarga e Marchador são criados em pequena escala.

4.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS DA PECUÁRIA BOVINA

As condições naturais, sociais e econômicas nas quais a pecuária estruturou-se contribuíram para que esta atividade se tornasse dominante no agreste e também no sertão baiano. O gado abriu trilhas que foram, do século XVI ao século XVIII, as únicas vias de comunicação com Salvador. Mais tarde, esses caminhos foram substituídos por estradas de ferro e de rodagem. Muitas fazendas situadas ao longo destas rotas deram origem a várias aglomerações. O exemplo de Feira de Santana é

bastante ilustrativo: a cidade originou-se de uma fazenda ponto de provisão para os boiadeiros, tropeiros e outros tipos de comerciantes, evoluindo para a maior feira de gado do Nordeste e, posteriormente, para a segunda mais importante cidade do Estado da Bahia.

A criação dos animais teve grande influência na utilização do solo e os rios Jacuípe, Pojuca, e Subaé, que drenam a região, exerceram um importante papel na ocupação do espaço. Com base nessas evidências pode-se concluir que a apropriação das terras para o desenvolvimento da atividade criatória na região de Feira de Santana está, desde os primeiros tempos, associada aos estímulos dos mercados e nos sistemas de produção baseados na pecuária, exigindo quantidade de animais de tração e alimentos. A abundância de terras, as condições climáticas, a cobertura vegetal e a exigência de pouco investimento em mão-de-obra foram os grandes responsáveis pela expansão do rebanho.

A facilidade de acesso aos mercados tem proporcionado evolução nos processos produtivos da bovinocultura que representa, atualmente, 80,0% da atividade agropecuária na região.

O aumento da demanda doméstica pelos derivados da pecuária, bem como a facilidade dos transportes contribuíram para modificar os meios de produção. Embora o sistema extensivo seja mais utilizado, a difusão de raças indianas, os novos tipos de forragens e a introdução do uso de cercas tiveram um grande papel na abertura de novas fronteiras agrícolas e no aumento do rebanho. Conseqüentemente, Feira de Santana transformou-se no principal centro distribuidor dos produtos agropecuários. Essas inovações resultaram na mudança do sistema de criação que passou a utilizar técnicas especializadas de rotação em pastos, objetivando um maior ganho de peso por animal. A Secretaria da Agricultura do Estado contribuiu bastante para dinamizar o processo de difusão através das exposições agropecuárias e de cursos de extensão.

Constituindo-se a base da agropecuária municipal, o setor tem experimentado os maiores avanços tecnológicos, como o já mencionado pastoreio rotativo, através das pastagens permanentes, tais como aquelas plantadas com cameron, pangola e napier e inseminação artificial, introduzidos pela Leite Glória do Nordeste S.A., na região de Itapetinga, em 1969, que se propagou por todo Estado da Bahia. No mesmo período, o governo dava início à campanha oficial de erradicação da febre aftosa, bem como a outros programas oficiais de vacinação e controle sanitário elaborados pelo Gerenciamento da Erradicação da Febre Aftosa na Bahia — GERFAB, visando à maior proteção do rebanho. Por outro lado, a oferta de cursos profissionalizantes (auxiliar de

medicina veterinária, tratoristas) tem funcionado através da Escola Agrotécnica e do Centro de Treinamento Rural, ampliando assim o quadro de profissionais nas práticas agrícolas.

Essas novas formas de condução da pecuária interferem na demanda do mercado, que se encontra voltada basicamente para o circuito comercial. Os preços dos produtos carne e leite possibilitam maiores ganhos aos produtores. O município de Feira de Santana abastece de carne bovina os principais frigoríficos da Região Metropolitana de Salvador e exporta couro para os mercados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Levando-se em consideração as inovações agrícolas, tudo indica ter sido a pecuária o setor que experimentou o maior progresso no que diz respeito às técnicas de manejo. Dentre as transformações, cabe mencionar os melhoramentos genéticos, as práticas de conservação de forragens e de mineralização dos rebanhos incorporadas ao processo de produção. Os sucessos obtidos serviram de base para que inúmeros produtores aceitassem como viável a implantação de pastagens resistentes aos períodos de menor pluviosidade. Disso resultou a expansão de áreas ocupadas com pastagens do tipo brachiária que resistem ao pastoreio direto.

Por se tornar objeto da crescente atenção da política agrícola dirigida pelo governo e grupos econômicos da iniciativa privada que atuam em conjunto neste setor, as medidas adotadas visam ao desenvolvimento de uma pecuária mais moderna. O emprego de processos racionais de produção e comercialização integram-se através das indústrias processadoras dos produtos agropecuários instaladas no Centro Industrial do Subaé — CIS. Essas empresas beneficiam as matérias-primas locais e de outras regiões do Estado e do País, com a vantagem de ter sua produção consumida no mercado nacional, mais acentuadamente no nordeste.

4.3.1 O MANEJO DAS PASTAGENS

A qualidade da pastagem é importante no crescimento do rebanho, principalmente quando se trata de um município onde o sistema de manejo é semi-intensivo e pastoril. As pastagens plantadas são formadas por espécies que apresentam médio volume de massa verde, dadas as suas condições de adaptação edafoclimáticas. Mediante pesquisa de campo, constatou-se que as espécies mais cultivadas são: capim brachiária, sempre-verde, pangola, angolinha e guiné. Nas pastagens naturais encontram-se os capins barba-de-bode, amargoso, de burro, rabo-de-raposa, pé-de-

galinha, marmelada, corrente, gordura, entre outros. No entanto, a área ocupada com pastagem nativa, onde se pratica o pastoreio, é bem menor que a área cultivada.

As observações feitas em campo, leva a afirmar que a maioria do manejo das pastagens no município é feito de forma incorreta. A prática da destoca, do desmatamento e da queima dos pastos é comum por ocasião de limpeza. Inúmeras leguminosas são arrancadas e queimadas. Poucos proprietários utilizam o arado no plantio da grama. O trabalho é quase todo braçal e com participação da mão-de-obra familiar. O emprego de sementes é pouco aplicado na formação e recuperação da pastagem, que se dá mediante transferência de mudas de outras áreas da propriedade ou adquiridas nas vizinhanças. Quanto à adubação do solo para o plantio, os produtores trabalham, inicialmente, o terreno de forma natural, mais tarde é que passam a utilizar o adubo orgânico do gado.

No período seco, as reservas são reduzidas pela falta de chuvas e pelo pastoreio constante dos animais. Quando a estiagem é prolongada, muitas vezes os rebanhos são remanejados para pastagens nas áreas úmidas e subúmidas ou vendidos para outras regiões do Estado. A formação de capineiras (capim de corte), como forma de suplementação alimentar, é bastante utilizada. O seu plantio se realiza nas mesmas condições do cultivo das pastagens. O capim é cortado quando há escassez alimentar, comum nas épocas de secas. Segundo o senhor Heitor Filho, Engenheiro Agrônomo da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola — EBDA, isto contribui para que o capim tome forma e paladar pouco aceitável pelos animais, sendo necessário sua complementação com suplementos na moagem. Administração de concentrados e rações de suplementação (uréia, melão, ração balanceada) assim como a mineralização do rebanho são muito empregadas. Por outro lado, foi observado que alguns produtores, ao invés de praticar o corte do capim, soltam os animais nas capineiras até seu total devastamento. Esta prática determina uma dependência das chuvas para sua recomposição. No caso de longas estiagens, ocorre o perecimento de toda forrageira, tornando necessário seu replantio. As espécies mais cultivadas são: capim elefante, cameron e napier. Constatou-se ainda que, poucos criadores fazem a correção do solo destinado ao seu plantio. Por essa razão, o seu aproveitamento é pouco significativo, atingindo entre 40 e 60 toneladas por hectare (t/ha), quando efetuado o tratamento do solo pode até atingir entre 80 e 100 t/ha. Esta produção limitar-se-á de acordo com o manejo do solo e a intensidade das chuvas. Conforme ainda, Heitor Filho, existe variações de capineiras cultivadas no município que produzem um grande potencial de

massa verde e o seu crescimento atinge até 2,5 metros de altura e mais de 100t/ha. Mas, se não houver os tratos culturais adequados que as mesmas necessitam, isto pode ocasionar uma regressão tanto no crescimento como na produção, o que pode contribuir para baixa produtividade do rebanho.

Nas propriedades questionadas apenas 10,0% dos produtores utilizavam a técnica de silagem. Muitos outros manifestaram o desejo de empregar tal técnica, como alternativa para a escassez de alimentos para o seu rebanho e culpam as instituições pela falta de orientação para esse fim. Ainda apontaram as dificuldades do capital para a realização dos investimentos necessários na construção do sistema próprio para tais práticas como seja: formação das capineiras, montagem dos silos, máquinas trituradoras, currais, cocheiras e outros equipamentos. Sabemos que as condições de atraso em que se encontra a maioria dos produtores, não cabe ser atribuídas tão somente as instituições de apoio e a falta de recursos financeiros, mas também, a ausência de uma política de organização social que ainda, não se encontra na categoria, ou seja, uma maior integração entre grandes, médios e pequenos produtores. Por essa razão convém ressaltar que, a silagem e entre outras inovações, deveriam ser melhor disseminadas entre aqueles que ainda não disponibilizam, o que poderia reduzir as dificuldades de manter o rebanho em períodos de estiagem e, por outro lado, evitaria a perda de animais. Porém, seria a condição fundamental que não os onerasse através de maiores investimentos financeiros em sua aplicação.

Deve-se salientar que, em virtude das características das pastagens, consideradas como tropicais, o município apresenta grande abundância de forrageiras nas épocas das chuvas, mas, pela sua subutilização, sempre se perde a maior parte. O armazenamento em silos representaria uma importante contribuição para equilibrar a oferta e a demanda dos recursos nutricionais em função das exigências do rebanho.

Além do mais, esta técnica é uma alternativa cuja aplicação não requer tanto recurso financeiro. Poder-se-ia aproveitar a forrageira dos períodos de abundância para ser utilizada durante as estiagens. Segundo os produtores que empregaram a silagem e obtiveram êxito, não houve difusão e aplicação entre todos os criadores. Quanto menor for o módulo ocupado com pastagem natural, menor será a possibilidade de o pecuarista ampliar seu rebanho. Porém, o plantio de capineira e a utilização de silos significa um aumento da massa verde e seu melhor aproveitamento, o que por sua vez, favorece o confinamento dos animais. Assim, em pequenas áreas ocupadas com

pastagens, pode-se criar um determinado número de animais com maior produtividade. Entretanto, pouco se constatou, no município, a prática desta técnica.

A capacidade de suporte constitui uma outra medida da produtividade das pastagens e se manifesta pela quantidade de animais que pode ser sustentada em um hectare durante um período de tempo (normalmente por um ano). Esta relação é expressa em capacidade/hectare (Ca/ha) ou unidade/hectare (Ua/ha), sendo esta a mais aconselhada porque homogeneiza as diferentes categorias de animais. Segundo as informações da EBDA, para o município de Feira de Santana, a capacidade de suporte (Cs/ha) chega a uma média de 2,0 a 2,5 animais por hectare, caracterizando-se no entanto um superpastoreio, em comparação com a média da região Nordeste que é de 0,8 a 1,0 bovino por hectare.

Alguns pecuaristas não se mostraram preocupados em aumentar a produtividade com a utilização de melhorias no sistema de manejo do rebanho. Eles disseram que esses melhoramentos onerariam seus investimentos, preferindo aumentar a propriedade através da incorporação de áreas vizinhas e adquirir maior número de animais. Conforme BONILHA (1987, p.37), "... a mentalidade do criador brasileiro é comprar terras e deixar o boi em paz que ele se vira". Por causa desse tipo de proprietário, a pecuária brasileira possui duas posições contraditórias: ser o quinto produtor de gado bovino do mundo, com 160 milhões de cabeças, em 1995 e, ao mesmo tempo, possuir um baixo índice de produtividade. Enquanto, no Brasil só 10,0% do gado de corte é abatido por ano, na Argentina atinge um percentual de abate de 30,0%.

Todavia, a pecuária como qualquer outra atividade econômica que envolva os principais meios de produção, isto é, terra, capital e trabalho nos dias atuais, terá que incorporar as possíveis inovações em que o sistema econômico remunera pela eficiência de redução do tempo de produção. Na verdade é o que consiste a Prova de Ganho em Peso — PGP, promovida pela Associação Baiana de Criadores de Nelore — ABCN.

A Portaria nº 50, do Ministério da Agricultura, estabeleceu, a partir de 1993, o controle zoogenético de reprodutores de bovinos com aptidão para corte, visando a industrialização e também vem incentivando os criadores de um modo geral a se interessarem pela PGP.

Esse processo trata do melhoramento genético das raças zebuínas destinadas a produção de carne e leite que melhor se adaptaram as condições naturais do município. O interesse por esse tipo de prova tem sido bem aceito pelos médio e

grandes criadores de gado Nelore de Feira de Santana e de associações e centrais de inseminações.

Com essa prática, o ideal é reduzir o prazo de preparação dos animais para o abate que, convencionalmente, é obtido em 4 anos. Com esse processo os animais deverão estar prontos para o corte em apenas 2 anos, atingindo nesse período de tempo uma média de 550 a 600 quilos de peso/vivo.

Os animais que são submetidos a esse processo devem apresentar as características exigidas pela prova para serem aceitos como bons reprodutores, tanto no sentido da precocidade de acabamento da carcaça quanto da precocidade sexual. Essas vantagens irão certamente, proporcionar aos criadores de gado o estímulo para produzirem animais mais precoces com ganho em peso, e ao mercado consumidor carne de melhor qualidade, além de diminuir os custos de produção.

O manejo alimentar da prova tem por objetivo manter os animais por um período de 168 dias em confinamento, oferecendo ração padronizada que simula o valor nutritivo de um bom pasto com sal mineral. A ração é fornecida igualmente para todos os animais durante 24 horas por dia. O alimento contém 12,0% de proteína bruta (PB) e entre 20,0 a 72,0% do nutrientes digestivos totais (NDT). Durante todo o período de ganho em peso, o animal é submetido a um manejo sanitário que inclui vacinações, sob orientação de médico veterinário, não podendo receber nenhum tipo de estimulante e/ou promotores de crescimento de qualquer espécie.

4.4 A FRAGILIDADE DAS CULTURAS TRADICIONAIS E COMERCIAIS

As mudanças econômicas e a conseqüente política agrícola, assim como as variações climáticas ocorridas nas últimas décadas, são responsáveis pela fragilidade das culturas tradicionais e comerciais voltadas para o consumo e a sobrevivência dos pequenos camponeses em Feira de Santana. A situação tem-se agravado, principalmente, a partir de 1970, quando se deu a expansão da pecuária. As conseqüências não se limitaram, apenas, à redução dos espaços das culturas, mas também se estenderam à expulsão dos pequenos produtores rurais, que se tornaram assalariados temporários e, nessa condição vão se inserindo num processo de empobrecimento generalizado.

Todos esses fatores somados, principalmente as freqüentes estiagens, a falta de acesso ao crédito e à assistência técnica, constituem graves problemas para o desenvolvimento das plantações. O ano de 1993 é bastante ilustrativo, quando se observa a área e a quantidade produzida registradas na Tabela 16 e na Figura 9. Esses fatores concorrem para aumentar a vulnerabilidade das culturas e se refletem nas condições de vida no campo. Para se efetuar uma análise mais detalhada tomou-se, inicialmente, as lavouras temporárias de subsistência como mandioca, milho e feijão e os produtos industriais que são o fumo e o amendoim. Os cultivos permanentes, como laranja, coco-da-baía, banana, tangerina e limão, serão tratados mais detalhadamente no subcapítulo 4.5.

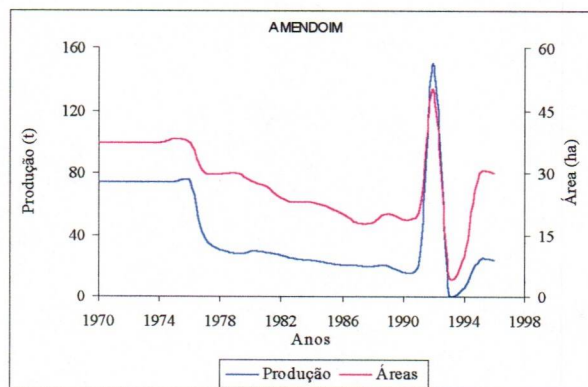
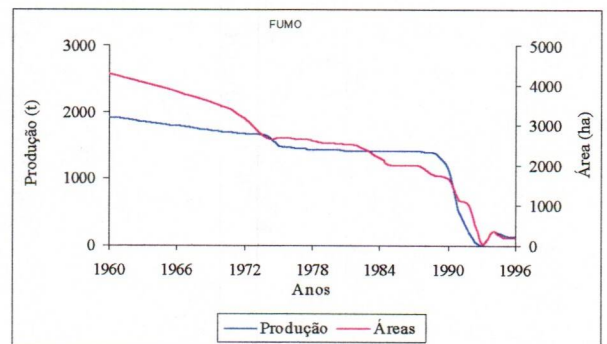
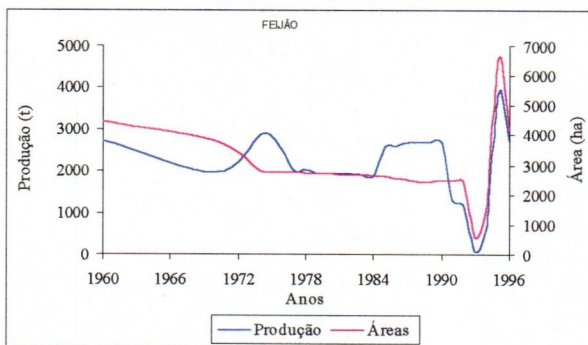
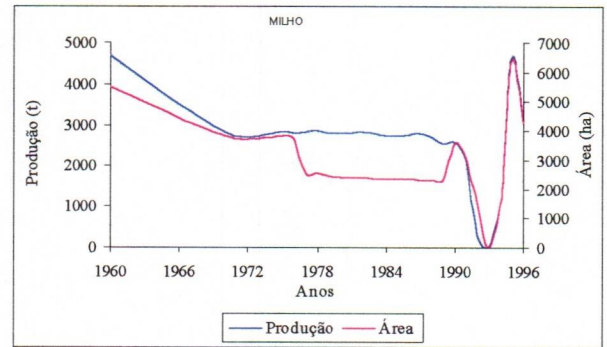
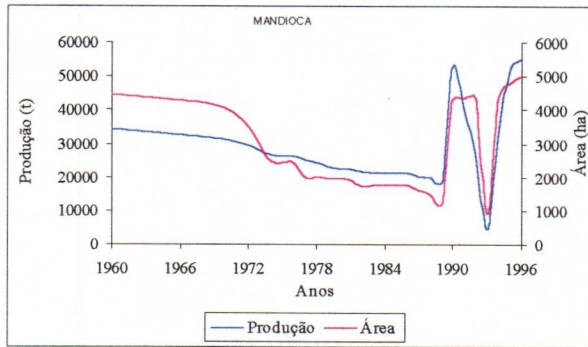
Os dados da Tabela 16 e da Figura 9, revelam que a mandioca destaca-se como a cultura de maior expressão. Observa-se que, em 1970, a lavoura ocupava 4.058ha, com uma produção de 31.441t, passando para 2.480ha e 26.600t, em 1974.

Tabela 16
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
LAVOURAS TEMPORÁRIAS SEGUNDO ÁREA E PRODUÇÃO
1970-1996

ANOS	MANDIOCA		MILHO		FEIJÃO		FUMO		AMENDOIM	
	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)
1970	4 058	31 441	3 849	2 842	3 823	1 968	3 500	1 700	37	74
1974	2 480	26 600	-	-	2 800	2 860	2 680	1 650	37	74
1975	2 450	26 200	3 849	2 842	2 750	2 800	2 678	1 500	38	74
1976	2 430	26 200	3 724	2 800	-	-	-	-	37	74
1977	1 980	25 100	2 550	2 837	2 750	2 000	2 650	1 450	30	38
1978	1 974	24 400	2 550	2 852	2 731	2 040	2 600	1 430	-	-
1979	1 950	23 177	2 450	2 790	2 728	1 938	2 550	1 435	30	28
1980	1 935	22 601	2 400	2 796	2 720	1 944	2 535	1 425	28	30
1981	1 900	22 506	2 390	2 800	2 690	1 945	2 520	1 420	27	29
1982	1 730	21 708	2 370	2 822	2 687	1 937	2 500	1 415	24	27
1983	1 750	21 375	2 350	2 790	2 673	1 920	-	-	23	25
1984	1 750	21 300	2 333	2 735	2 655	1 890	2 200	1 415	23	24
1985	1 740	21 300	2 326	2 750	2 620	2 600	2 000	1 410	22	22
1986	1 740	21 300	2 320	2 780	2 550	2 600	-	-	20	21
1987	1 610	20 100	2 300	2 786	2 500	2 680	1 990	1 406	18	21
1988	1 500	20 000	2 300	2 690	2 440	2 687	1 890	1 400	18	20
1989	1 200	18 240	2 300	2 550	2 430	2 690	1 750	1 370	20	21
1990	4 320	52 840	3 598	2 579	2 456	2 697	1 680	1 147	-	-
1991	4 370	39 600	3 090	2 163	2 450	1 299	1 130	500	20	20
1992	4 380	27 000	1 450	261	2 450	1 200	1 000	200	50	150
1993	900	4 500	1	10	580	58	50	5	5	2
1994	4 400	33 200	1 500	1 080	1 500	630	350	210	10	6
1995	4 800	52 800	6 400	4 608	6 600	3 900	200	150	30	24
1996	5 000	55 000	4 290	3 088	4 180	2 717	180	135	30	24

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970. Produção Agrícola Municipal 1974-1996. Dados não publicados: 1971-1973; 1974 (milho); 1976 (feijão e fumo); 1978 (amendoim); 1983-1986 (fumo); 1990 (amendoim).

Figura 9
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
LAVOURAS TEMPORÁRIAS SEGUNDO A ÁREA E PRODUÇÃO - 1970-1996



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970 e Produção Agrícola Municipal, 1974-1996.

Após esse período, passou a decrescer, acentuadamente, atingindo cerca de 1.200ha e uma produção de 18.240t, em 1989. Porém, voltou a crescer a partir de 1990, ocorrendo, novamente, em 1993, uma acentuada redução da área para 900ha, produzindo, apenas, 4.500t. Esse decréscimo, provocado pela seca, foi superado em 1994. Em 1996, houve a retomada do crescimento quando a mandioca alcançou o maior espaço cultivado, com 5.000ha e produziu cerca de 55.000t.

A mandioca apresenta excelente adaptabilidade às condições climáticas do município. O seu cultivo é feito, principalmente, em áreas inferiores a 15ha e em associação com outras lavouras, por exemplo, do milho e do feijão. Quando plantada isoladamente, permite colher um maior rendimento por unidade de área cultivada, apesar do atraso tecnológico que se estende desde o plantio até a fase de beneficiamento, que se processa de forma artesanal.

Pelo fato de ser uma planta bastante tolerante às alterações do clima, pragas e doenças, não são utilizados defensivos agrícolas no cultivo. O plantio se estende de maio a agosto, utilizando-se espaçamentos e densidades variadas. Os tratamentos culturais incluem de três a seis capinas e o decote acontece após um ano do plantio. A colheita das raízes é feita de forma manual e as folhas quase não são aproveitadas. O aproveitamento básico da mandioca consiste na produção de farinha, amido e puba ou carimã para o autoconsumo e comercialização. As partes não utilizadas, como a raspa e a maniva, são usadas como alimento para o gado e criatórios de animais de pequeno porte.

Vale salientar que, a mandioca é processada durante o ano inteiro. Os seus derivados possuem grande participação na renda municipal, sendo de vital importância na sustentabilidade da pequena produção familiar.

O milho representa a segunda lavoura mais importante da agricultura de Feira de Santana. O plantio ocorre de março a junho, porém, em pequenas áreas onde predomina o consórcio (feijão e mandioca), na proporção de uma fileira de milho para três ou quatro de feijão, em espaçamento e densidade de sementes diversas. A lavoura é também empregada para reduzir os custos de formação e recuperação de pastagens.

Conforme os dados apresentados na Tabela 16, tanto a área ocupada com o milho quanto a produção houve um decréscimo a partir da década de 70. Em 1990, houve um aumento na superfície para 3.598ha, mas, a quantidade produzida continua

baixa. A área e a produção continuaram em declínio de 1991 a 1992, caindo acentuadamente, em 1993, para 1ha e 10t. No período de seca, as espigas do milho não se desenvolvem. No ano seguinte (1994), existe um plantio de 1.500ha e somente 1.080t. Em 1995, houve um aumento importante atingindo 6.400ha e 4.608t, mas volta, em 1996, a reduzir a área para 4.290ha, produzindo apenas 3.088t.

Os vários problemas que atingem a cultura do milho referem-se à irregularidade na distribuição das chuvas, baixa qualidade das sementes, ocorrência de pragas (formigas, lagartas), doenças, baixa fertilidade natural dos solos, número reduzido de máquinas e manejo inadequado.

A lavoura do feijão tem desempenho semelhante à do milho, embora ocupe uma área inferior. Geralmente, o plantio é feito em consórcio com as lavouras do milho ou da mandioca. As complicações surgidas durante o desenvolvimento do cultivo são comuns às dos demais produtos. Geralmente, efetua-se a semeadura nos meses de abril e maio e a colheita em agosto e setembro.

Em 1970, a área cultivada com o feijão compreendia 3.823ha e produziu 1.968t. Constata-se que, a partir dessa década, a lavoura passou a diminuir de ano para ano, apresentando o maior decréscimo em 1993, com 580ha e 58t. Apesar da seca, a área e a quantidade produzida de feijão, ainda, foi superior à do milho, fumo e amendoim. Após esse período, passa a apresentar, em 1994, uma pequena tendência de crescimento, com 1.500ha e 630t. O ano de 1995 destaca-se dos demais, com 6.600ha e 3.900t, mas, voltam a declinar, tanto a área quanto a produção, em 1996, com 4.180ha e 2.717t.

A cultura do fumo sempre foi voltada para o comércio exterior e o município de Feira de Santana já ocupou lugar de destaque na economia baiana. No entanto, o que sempre caracterizou a fumicultura foi uma profunda dependência econômica, que se estende desde os empréstimos financeiros aos produtores, através de adiantamentos de crédito feito pelas firmas exportadoras, até os enfiadores.

O plantio do fumo é realizado de abril a junho e as mudas são selecionadas. Na adubação do terreno, é comum o uso da torta de mamona e de adubos orgânicos. As principais pragas são a lagarta de rosca e os grilos. A utilização de métodos inadequados contribui para a vulnerabilidade da lavoura. Alia-se a isto, o fato da fumicultura ser bastante onerosa, tornando-se antieconômica para o produtor, que não consegue obter lucro. Mas, o produto sempre gerou divisas para o Estado e firmas exportadoras estrangeiras.

Além de ser dispendiosa, a cultura do fumo está relacionada à cadeia de dependência com os agentes que comercializam a produção. Os contratos são preestabelecidos para produzir, exclusivamente, para indústria, em prazos e preços determinados. Esses acordos criam uma relação desvantajosa, desestimulando o produtor a continuar. Por outro lado, os preços ditados pelo mercado não compensam os investimentos aplicados em mão-de-obra e insumos.

A lavoura do fumo possui a maior área cultivada em 1970, com 3.500ha para uma quantidade produzida de 1.700t. Após essa década, a redução da área e da produção é visível em todos os anos, culminando com a contribuição da estiagem, em 1993, que diminuiu a área para 50ha e a produção para 5t. Em 1994, a superfície plantada e a quantidade produzida voltam a apresentar um pequeno decréscimo. Porém, em 1995 e 1996, existe uma diminuição tanto na área como na produção.

A cultura do amendoim é pouco significativa e praticada por pequenos agricultores, no mesmo período em que se realiza a do milho e a do feijão. O seu cultivo se estende por toda área agrícola do município. O plantio é feito em associação com o milho. O preparo do solo, adubação, sistema de plantio, tratos culturais, as incidências de pragas e doenças, assim como dificuldades na comercialização do amendoim constituem os principais fatores que limitam a produtividade e a expansão da área cultivada.

A lavoura do amendoim no município, em 1970, 1974 a 1991, área e produção ora diminuem, ora aumentam um pouco. O ano de 1992, destaca-se com a maior área cultivada (50ha) e quantidade produzida (150t). Em 1993, as alterações do tempo “quebram” o produto com 5ha e, apenas, 2t. Os últimos anos apresentam um pequena tendência de crescimento, passando de 10ha e 6t, em 1994, para 30ha e 24t, respectivamente, em 1995 e 1996.

A Tabela 17 demonstra o elenco de lavouras cultivadas por cada um dos 100 produtores e a área plantada levantados no trabalho de campo. Dos 100 agricultores entrevistados, 74 deles plantavam uma área de 400ha com mandioca, tendo uma produção para autoconsumo e a comercialização do excedente. Esta aceitação deve-se a sua

TABELA 17
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
NÚMERO DE PRODUTORES E ÁREA
CULTIVADA EM 1997

NÚMERO DE PRODUTORES	LAVOURAS	ÁREA (ha)
74	Mandioca	400
70	Milho	310
70	Feijão	200
20	Amendoim	40
7	Fumo	27

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

importância social no sustento da pequena produção, assim como, a ocupação da mão-de-obra familiar e facilidade de adaptação ao solo. Por outro lado, os avanços tecnológicos que lentamente esta lavoura vem conseguindo têm contribuído para sua expansão.

Entre as demais lavouras, o milho destaca-se como um produto importante para a economia do município. Foram identificados 70 agricultores que ocupavam 310ha com o cultivo do milho e mais 70 com 200ha de feijão. A maioria dos cultivos é realizada em consórcio, conforme foi visto anteriormente.

Com relação à cultura do amendoim, cujo plantio ocorre no mesmo período do milho e feijão, observa-se que 20 produtores ocupavam 40ha com a lavoura.

Finalmente, verifica-se que, entre as lavouras pesquisadas, o fumo foi a que menos se destacou. Apenas, 7 produtores cultivavam uma área de 27ha. Os dados demonstram que essa cultura tende a desaparecer em razão das sucessivas crises que ocorrem nos preços.

4.5 A RECENTE EXPANSÃO DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS

Como já nos referimos, as alterações introduzidas na agropecuária de Feira de Santana são decorrentes de modificações na estrutura da produção agroalimentar e do padrão de vida da população que vem experimentando mudanças na dieta alimentar em todo o País, com a utilização crescente de alimentos *in natura*, e industrializados. Essas substituições, a nível de consumo alimentar, tendem, basicamente, a se ampliar devido às potencialidades existentes na região.

Entre as atividades introduzidas na economia agrícola, merece destaque o cultivo dos hortifrutigranjeiros, pela variedade de produtos e pela quantidade produzida. O desenvolvimento dessas atividades possui, obviamente, um peso significativo do ponto de vista da distribuição espacial da produção, bem como, da própria organização interna dos estabelecimentos e dos cultivos, que vêm transformando a configuração do espaço agrícola.

Existentes em pequena escala, os hortifrutigranjeiros produzidos *in situ* não eram suficientes para o consumo local. Os municípios de Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Cruz das Almas, Conceição de Feira, Juazeiro, Jaguaquara,

Alagoinhas e o Estado de São Paulo completavam o abastecimento da cidade. Todavia, a partir de 1985, a expansão dessas atividades contribuiu para diminuir a necessidade de compras destes produtos alimentares em outros centros comerciais.

Tal atividade vem se desenvolvendo na região com extrema importância, visto que, é praticada por pequenos e médios produtores que acumulam conhecimentos especializados sobre cada tipo de produto cultivado. Esses agricultores adotam técnicas modernas, especialmente, no que se refere ao uso de sementes selecionadas, correção do solo, irrigação e mecanização. Nos cultivos os fertilizantes e defensivos agrícolas são utilizados sem o devido controle, sobretudo, pela falta de assistência técnica.

Dos 100 agricultores entrevistados na pesquisa de campo, 18,0% praticavam horticultura. Essa atividade tem alto rendimento por unidade de área cultivada.

Tabela 18
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CULTIVO DE VERDURAS POR ÁREA E PRODUÇÃO
1970-1996

ANOS	ALFACE		COENTRO		CEBOLINHA	
	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)
1970	6	10	6	10	8	16
1974	5	9	8	18	5	11
1975	7	18	5	11	7	16
1976	5	12	7	14	9	18
1977	8	16	9	16	6	17
1978	9	17	6	13	9	20
1979	6	15	8	16	10	16
1980	9	18	10	12	12	14
1981	12	36	13	14	14	20
1982	14	38	12	16	13	20
1983	11	32	15	20	16	24
1984	16	64	16	23	18	28
1985	12	62	20	43	17	30
1986	14	70	25	50	20	32
1987	15	72	32	66	22	36
1988	10	61	35	70	19	30
1989	16	70	36	75	23	38
1990	18	74	37	78	20	37
1991	16	69	34	65	22	36
1992	18	76	35	71	25	48
1993	8	30	15	27	12	20
1994	18	76	23	70	26	68
1995	20	75	35	88	29	70
1996	20	77	38	94	31	76

FONTE: IBGE. Censos Agropecuário. Bahia, 1970. Produção Agrícola Municipal, 1974-1996.

Geralmente, utilizam a mão-de-obra familiar e assalariados, principalmente, mulheres e crianças que trabalham durante a sementeira, nos tratamentos culturais, na colheita e na embalagem. Na Tabela 18, encontram-se relacionadas as três verduras mais cultivadas na horticultura do município de Feira de Santana. É preciso ressaltar que os produtos hortícolas foram divididos em duas tabelas, visando a facilitar a análise das informações.

Os dados apresentados mostram que houve pequenas mudanças em 1970 e no período de 1974 a 1979, com variações de 6 a 10ha na área cultivada e de 8 a 20t na produção. Entre 1980 e 1984, verifica-se que, a superfície cultivada e a quantidade produzida nas três culturas, começam a crescer em ritmo progressivo. Nos anos 1985 a 1992, o desempenho das três verduras, principalmente, a do coentro evolui, consideravelmente, tanto em área quanto em produção. A seca encarrega-se de reduzir, bruscamente, o fornecimento de alface, coentro e cebolinha em 1993. De



Fotografia 4 - Cultivo de cebolinha e coentro na Fazenda Sobrado, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.

1994 a 1996, as culturas ocupam os espaços, anteriormente, cultivados e a produção permanece em progressão contínua.

A Fotografia 4, mostra-nos alguns aspectos do cultivo de hortaliças na Fazenda Sobrado, localizada no distrito de Humildes.

Analisando-se a Tabela 19, observa-se que o comportamento de quatro lavouras (tomate, quiabo, chuchu e pimentão) não sofreu maiores alterações entre 1970, 1974 a 1984.

A área cultivada varia entre 4 e 9ha e a produção vai de 2 a 24t. De 1984 a 1996 apresentam aumento tanto em área, quanto na produção, sendo que o tomate é o produto que mais se destaca em área e quantidade produzida.

Em 1993, apesar dos dados não serem publicados, sabe-se que a escassez das chuvas afetou sensivelmente a produção, assim como foi visto, anteriormente, com a alface, o coentro e a cebolinha.

Apesar do uso de irrigação a partir de poços artesianos, riachos e cisternas, quando o período de seca é prolongado a diminuição do lençol freático não permite a

Tabela 19
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PRODUÇÃO DE HORTICULTURA POR ÁREA E QUANTIDADE
1970-1996

ANOS	TOMATE		QUIABO		CHUCHU		PIMENTÃO	
	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)
1970	9	20	6	9	4	4	5	6
1974	7	16	3	5	2	5	7	9
1975	6	18	5	7	3	4	6	8
1976	8	20	3	6	2	2	8	10
1977	7	17	6	6	4	6	7	9
1978	8	18	4	5	3	6	5	7
1979	7	16	7	8	5	8	6	9
1980	6	20	6	9	6	10	5	7
1981	9	24	4	6	5	9	7	10
1982	7	22	7	9	4	6	8	11
1983	8	20	5	7	6	10	6	10
1984	9	23	8	12	5	8	5	9
1985	12	20	7	10	6	9	6	10
1986	10	26	6	8	4	6	8	12
1987	13	21	8	12	5	7	7	12
1988	12	28	5	7	5	9	5	9
1989	10	24	6	8	6	10	7	14
1990	11	22	6	9	5	7	8	15
1991	12	28	7	12	7	12	6	10
1992	10	24	9	11	5	9	8	14
1993	-	-	-	-	-	-	-	-
1994	12	26	8	9	6	12	8	15
1995	14	30	9	10	6	11	9	17
1996	14	32	9	12	7	14	9	21

FONTE: Censo Agropecuário. Bahia, 1970. Produção Agrícola Municipal, 1974-1996. Dados não publicados, 1993.

irrigação.

A diversificação da produção agrícola feirense representa mudanças decorrentes da modernização. A melhoria no padrão de renda e de consumo também pode ser observada, em relação aos pequenos horticultores, pela estrutura das construções residenciais e aquisição de bens de consumo duráveis como eletrodomésticos, antenas parabólicas, automóveis, etc. Não se quer dizer com isso, que houve um enriquecimento do pequeno produtor que procura se modernizar e

diversificar seu sistema produtivo. O acesso aos meios de produção deixa-os endividados e subordinados à dinâmica do capital, materializado na forma de máquinas, sementes e insumos em geral.

A horticultura no município tende a se fortalecer, após o convênio assinado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, Federação da Agricultura do Estado da Bahia — FAEB, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia — SEBRAE e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — SENAR, para a inauguração de uma incubadora agroindustrial.

Segundo a FAEB, no que se refere a produção de leite, uma propriedade que obtêm 10 e 30 litros, mas, que não dispõe de maquinário, para industrializar o produto terá essa possibilidade. Caso o produtor tenha vocação para esta atividade, o SEBRAE vai viabilizar, junto às instituições financeiras, sobretudo, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, recursos para que ele possa realizar seu próprio negócio.

As incubadoras agroindustriais terão a função de identificar e abrigar empresas e pessoas físicas que, ainda, não têm estrutura para enfrentar o mercado ou que precisem de melhorias tecnológicas. Inclusive, devem incentivar a criação de novas pequenas empresas e, com isso, possibilitar a geração de emprego e renda.

Os participantes serão selecionados segundo critérios técnicos, e treinados para que possam atuar de forma independente e com alto nível de competitividade. As incubadoras disponibilizam consultoria, fax, computador e toda estrutura que o empresário necessitar para começar a desenvolver uma pequena empresa. Em Feira de Santana, serão estimulados projetos nas áreas de apicultura, doces caseiros, caprinocultura, cortes especiais de carne, alimentação alternativa e hidroponia.

O cultivo de hortaliças através da hidroponia tem despertado o interesse dos médios proprietários de terras do município. Conforme foi visto anteriormente, o governo do Estado está estimulando esta nova técnica através de uma convênio. Pelo sistema, a planta é cultivada sem o uso do solo, recebendo através da água todos os nutrientes necessários ao seu desenvolvimento. As fotografias 5 e 6 mostram a tecnologia utilizada e o cultivo de hortaliças por hidroponia na Chácara Águas Claras, no distrito de Humildes.

A cultura da laranja é efetuada pelos produtores de médio e de grande porte que cultivam mais de uma variedade de citrus e utilizam máquinas e insumos modernos. Os pequenos citricultores cultivam-na em associação com outras lavouras. O



Fotografias 5 e 6 - Tecnologia utilizada no cultivo de hortaliças por hidroponia. Chácara Águas Claras, no distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.

plântio é feito com mudas selecionadas, mas o uso da adubação é deficiente e o emprego de defensivos está, basicamente, limitado aos formicidas.

Os principais problemas relacionados a cultura consistem na utilização de métodos inadequados do cultivo, colheita, armazenagem e transporte; a desqualificação da mão-de-obra disponível e na não diversificação dos pomares em termos de variedades. Os tratos culturais nos viveiros são precários, o que afeta a qualidade das mudas. A falta de adubação adequada aliada à carência dos nutrientes: fósforo, potássio e magnésio interferem, profundamente, na produtividade da cultura. O ataque de pragas e de doenças, também, tem afetado o rendimento da lavoura. A Tabela 20 e a Figura 10, mostra-nos as culturas perenes plantadas no município.

De acordo com dados observados, a área ocupada e a produção da laranja apresentam um crescimento lento e progressivo, embora, venha decrescendo a partir de 1990 (produção) e 1994 (superfície).

O cultivo do coco-da-baía, em sua maior parte, é efetuado por pequenos agricultores. O emprego de pouca tecnologia, o ataque de pragas, a pouca atenção à pesquisa e a dificuldade de assistência técnica contribuem para o desestímulo da lavoura. Os agricultores vêm utilizando adubos químicos nos coqueirais, o que contribui para o aumento da produção, embora, não haja alteração na área cultivada de 1993 a 1996 (60ha). O produto é, basicamente, comercializado *in natura*.

A banana, também, é cultivada por pequenos produtores, utilizando baixos padrões tecnológicos. Entre os principais problemas do cultivo destacam-se: manejo do solo e mudas inadequados, incidência de doenças, além de uma pequena adubação. A

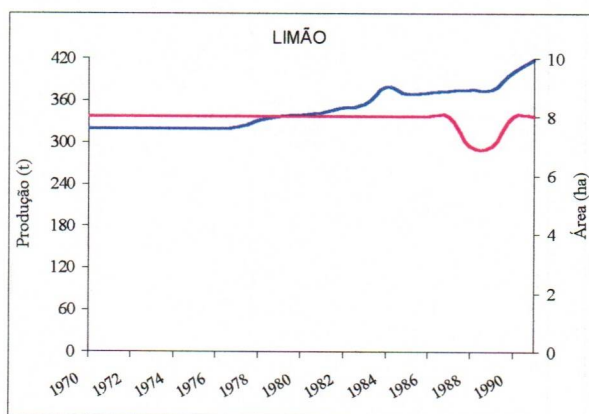
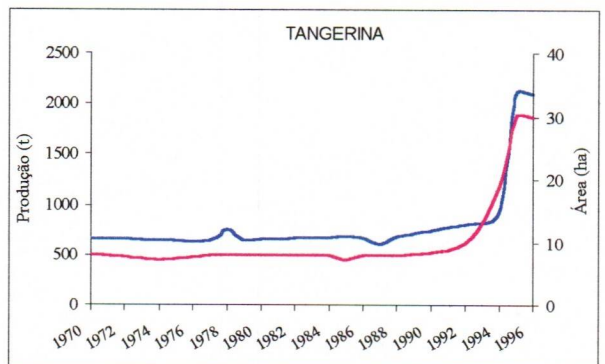
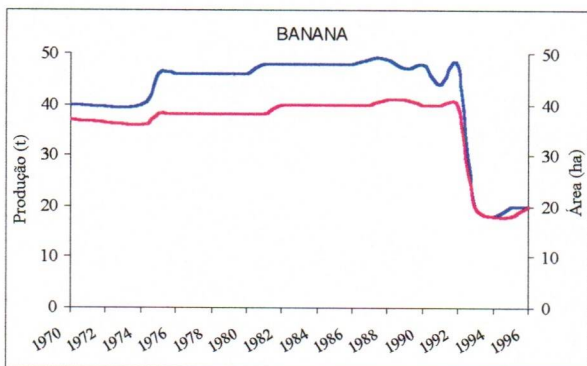
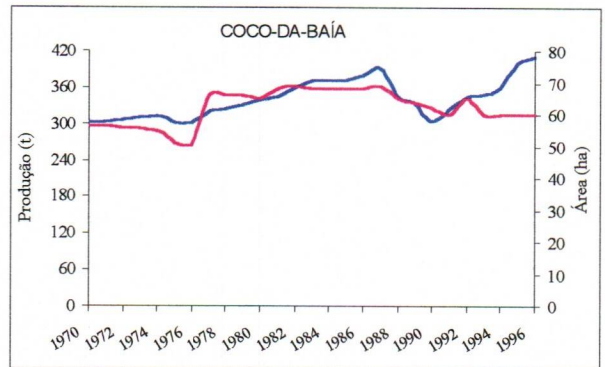
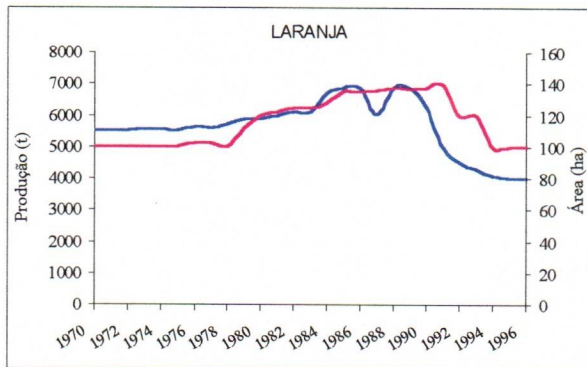
produção da banana é toda comercializada no município. Os dados indicam que tanto a superfície ocupada com o plantio como a produção sofreram poucas modificações, mantendo uma certa estabilidade, entre 1970, 1974 a 1981. De 1982 a 1986, área e produção permanecem invariáveis. 1987 e 1988 foram os anos de maior quantidade produzida, apresentando, também, um pequeno aumento de um hectare na superfície cultivada. A partir de 1989 até 1992, a plantação e o produto permanecem sem maiores mudanças. Porém, de 1993 a 1996, justamente após a estiagem, pelo fato de a banana ser mais sensível à seca, o plantio e a produção decresceram, acentuadamente, reduzindo-se à metade, não retomando ao patamar anterior a 1992. Segundo os agricultores muitas áreas utilizadas com a cultura da banana foram substituídas por cultivos de mandioca.

Tabela 20
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
LAVOURAS PERMANENTES SEGUNDO A ÁREA E PRODUÇÃO
1970-1996

ANOS	LARANJA		COCO-DA-BAÍÁ		BANANA		TANGERINA		LIMÃO	
	ÁREA (ha)	PROD. (t)	ÁREA (ha)	PROD. (t)	ÁREA (ha)	PROD. (t)	ÁREA (ha)	PROD. (t)	ÁREA (ha)	PROD. (t)
1970	100	5 520	56	302	37	40	8	660	8	320
1974	100	5 540	55	312	36	40	7	640	-	-
1975	100	5 500	51	301	38	46	-	-	-	-
1976	102	5 620	51	301	38	46	-	-	8	320
1977	102	5 605	66	320	38	46	8	650	8	322
1978	100	5 710	66	325	38	46	8	750	8	330
1979	112	5 892	66	330	38	46	8	650	8	336
1980	120	5 898	65	340	38	46	8	660	8	338
1981	122	6 000	68	345	38	48	8	665	8	342
1982	125	6 100	69	360	40	48	-	-	8	350
1983	125	6 110	68	370	40	48	8	666	8	355
1984	128	6 697	68	370	40	48	8	667	8	380
1985	135	6 875	68	371	40	48	7	680	8	370
1986	135	6 875	68	380	40	48	8	667	8	372
1987	136	6 020	69	390	40	49	8	600	8	374
1988	138	6 876	65	345	41	49	8	690	7	376
1989	137	6 880	64	335	41	47	-	-	7	376
1990	138	6 280	62	304	40	48	-	-	8	400
1991	139	5 000	60	325	40	44	-	-	8	418
1992	120	4 500	65	345	40	48	10	800	-	-
1993	120	4 300	60	348	20	20	-	-	-	-
1994	100	4 100	60	359	18	18	19	940	-	-
1995	100	4 000	60	400	18	20	30	2 100	-	-
1996	100	4 000	60	412	20	20	30	2 100	-	-

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário. Bahia, 1970. Produção Agrícola Municipal, 1974-1996. Dados não publicados: 1971-1973; 1974 (limão); 1975 (tangerina e limão); 1976 (tangerina); 1982 (tangerina); 1989-1991 (tangerina); 1992 (limão); 1993 (tangerina e limão); 1994-1996 (limão).

Figura 10
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
LAVOURAS PERMANENTES NO SEGUNDO A ÁREA E A PRODUÇÃO - 1970-1996



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário. Bahia, 1970 e Produção Agrícola Municipal, 1974-1996

A lavoura da tangerina é feita, paralelamente, a da laranja, embora, ocupando uma área bem inferior. Os principais problemas são os mesmos apresentados pela cultura da laranja: utilização de métodos inadequados no cultivo, adubação deficiente, ataques de pragas e doenças, dentre outros.

A tangerina e o limão têm comportamentos semelhantes. A falta de publicação de alguns dados dificulta a comparação, mas, pode-se observar que, em 1970 e de 1974 a 1991, com relação à área ocupada, ambos situam-se entre 7 e 8ha. A quantidade produzida para o primeiro gira em torno de 640 a 690t, de 1970 a 1988, e o segundo vai de 320 a 418t, de 1970 a 1992. A tangerina tem na superfície cultivada e na produção, um pequeno acréscimo em 1992, aumentando, consideravelmente, em 1995, permanecendo estável até 1996.

O desenvolvimento da cultura da tangerina, a partir de 1995, de acordo com informações dos produtores, é devido a introdução de uma espécie mais aceitável na comercialização, porque é mais resistente para embalagem.

Outras frutas são cultivadas no município, por exemplo, o maracujá, a acerola, o abacaxi e a graviola, principalmente, nas propriedades pertencentes às agroindústrias. A BRASFRUT é uma empresa que tem investido na fruticultura de suas propriedades no município. O cultivo é realizado através de técnicas agrícolas, mudas selecionadas, emprego de fileiras duplas, utilização de herbicidas no controle de plantas invasoras, uso de método de indução floral e razoável controle de pragas e doenças. A produção é voltada, basicamente, para a industrialização.

Nas pequenas propriedades, a maioria dos pomares desenvolvem-se sob baixos níveis tecnológicos e a produção destina-se ao auto-consumo e ao abastecimento do mercado local.

A agricultura de frutas em Feira de Santana é deficiente. As empresas não compram quase nada. As frutas utilizadas são cultivadas em suas propriedades ou compradas em outros municípios como: Cruz das Almas, Sapeaçu, Alagoinhas e Coração de Maria (principalmente laranja e abacaxi) ou em outras regiões da Bahia, estados do Nordeste e da região Sudeste.

A avicultura, em Feira de Santana, era produzida em pequena escala. A partir de 1988, começou a se desenvolver de forma significativa, com a introdução de granjas para criação de frangos para o abate e a produção de ovos. A tecnologia empregada fez com que essa atividade se desenvolvesse em larga escala, em continuação ao processo produtivo do município, que vem se destacando como um dos grandes produtores de aves e ovos.

A Tabela 21 e a Figura 11 mostram, claramente, que o crescimento da produção de aves e ovos aumenta de ano para ano. Porém, entre 1987 e 1988, o total do efetivo cresceu acentuadamente, passando de 238.100 para 311.880 aves, continuando de forma progressiva até 1996.

O ano de 1992 destacou-se em quantidade de ovos produzidos, com 304 mil dúzias. Porém, em 1993, houve uma redução para 152 mil dúzias, isto é, a metade do ano anterior. Essa queda foi decorrente da forte estiagem, que prejudicou a produção de grãos que são utilizados na fabricação de ração. Porém, é preciso salientar que muitas granjas produtoras de ovos em 1993, por causa da estiagem substituíram o criatório com a produção de frangos para o abate.

De acordo com o trabalho de campo, o município possui, aproximadamente, 18 granjas de grande, médio e pequeno porte, sem contar os pequenos criatórios.

A expansão da criação de aves no município se acelera cada vez mais. Um convênio assinado em novembro de 1998, entre o Governo do Estado e a Avicultura e Agropecuária Matadouro de Aves e Coelho — AVIPAL iniciou o processo de produção de um dos mais modernos complexos avícolas da América Latina com um investimento na ordem de US\$ 147 milhões, em duas etapas. Três granjas, fábrica de ração e incubadora, em Feira de Santana, e o abatedouro, em São Gonçalo dos Campos, são os componentes da primeira etapa. Estão previstas a criação de suínos e a fabricação de embutidos para a segunda etapa.

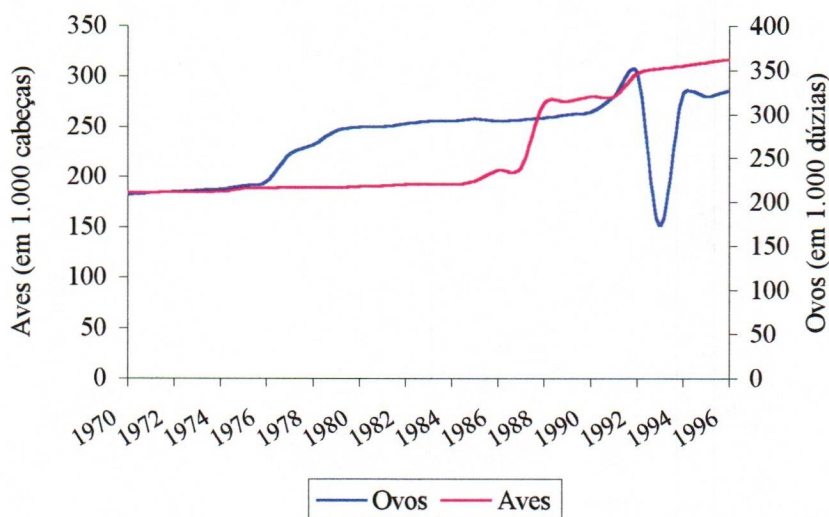
No município de Feira de Santana o empreendimento já está gerando cerca de 400 empregos diretos na construção de três grandes granjas, fábrica de ração e incubatório que funcionarão numa área de expansão do CIS, no distrito de Humildes, com cerca de 840ha. O processo de criação de matrizes e de galinhas poedeiras já conta com 150 mil aves.

Tabela 21
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PRODUÇÃO DE AVES E OVOS
1970-1996

ANOS	AVES (EFETIVO)	OVOS (MIL DÚZIAS)
1970	210.000	182
1974	212.000	188
1975	215.617	191
1976	215.803	195
1977	216.100	223
1978	216.390	232
1979	216.500	246
1980	217.362	250
1981	218.100	250
1982	219.600	253
1983	219.700	256
1984	219.900	256
1985	223.362	258
1986	236.050	256
1987	238.100	257
1988	311.880	259
1989	314.070	262
1990	320.112	265
1991	320.120	280
1992	345.948	304
1993	351.835	152
1994	354.677	282
1995	358.510	280
1996	362.515	286

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário. Bahia, 1970.
Produção Agrícola Municipal, 1974-1996.

Figura 11
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PRODUÇÃO DE AVES E OVOS - 1970-1996



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário. Bahia, 1970 e Produção Agrícola Municipal 1974-1996.

Considerada a quarta maior produtora do País, com 12,5 milhões de frangos por mês, com sede no Rio Grande do Sul, a AVIPAL vem realizando os primeiros remanejamentos para a produção de 9.200 matrizes da linhagem Gross, da recria para a produção. A estimativa é que ela alcançará, em dois anos e meio, um efetivo de 6 milhões de frangos de corte e 500 mil poedeiras para produzir ovos para o consumo, que serão distribuídos entre 46 municípios da região.

Uma novidade trazida pela AVIPAL para Feira de Santana é a forma de produção integrada, agregando cerca de 350 parceiros. A empresa ao invés de criar os seis milhões de frangos, a empresa está fazendo contratos de parceria com pequenos e médios proprietários de terra, num raio de 100km, estabelecidos no município.

É preciso salientar que esta nova forma de relação de produção e trabalho foi bem aceita pelos pequenos agricultores do município, mas basicamente, dos distritos de Humildes e Jaíba pela proximidade da AVIPAL.

Os proprietários de chácaras e sítios do município para se candidatarem basta ter um terreno com, pelo menos, três ha planos, água e energia elétrica. O produtor constrói e prepara o galpão para receber os pintos com um dia de vida e os devolve com cerca de 42 dias, no ponto de abate. A empresa também arca com vacinação, ração, assistência veterinária e repassa um

percentual para o criador. Os cálculos são feitos a partir de um fator de produção que leva em conta a idade do abate, peso, consumo de ração e mortalidade.

Os criadores terão a possibilidade de diversificar a propriedade. A lâmina de esterco acumulada no galpão durante 42 dias serve como adubo ou pode ser misturada à ração do gado. A Secretaria de Agricultura planeja viabilizar projetos de apoio à horticultura para esses pequenos produtores, assim como pretende incentivar a produção de sorgo, que entra na composição da ração e é mais resistente do que o milho.

O contrato de parceria já é adotado em 80,0% da produção do País, segundo maior exportador e terceiro maior produtor mundial de frango. A parceria fica em primeiro lugar nos Estados Unidos, em segundo na China, em terceiro no Brasil e em quarto na França.

Segundo João Marinho Gomes Júnior, diretor do CIS, a importância desse empreendimento para a economia da região está no complemento da cadeia produtiva. É o maior investimento dos últimos dez anos, porque irá transformar a Bahia em primeiro produtor e Feira de Santana, num dos mais importantes pólos de avicultura do Norte e Nordeste. Com isso, o Estado passará de uma produção de 5 mil para 161 mil toneladas/ano.

De acordo as informações colhidas junto ao gerente da Fazenda e Granja Gurjão (fotografia 7), localizada em Humildes, esta empresa destaca-se com uma produção de 86 mil frangos por ano. A tecnologia utilizada constitui uma das mais



Fotografia 7 - Produção de frangos para corte, na Granja Gurjão, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.

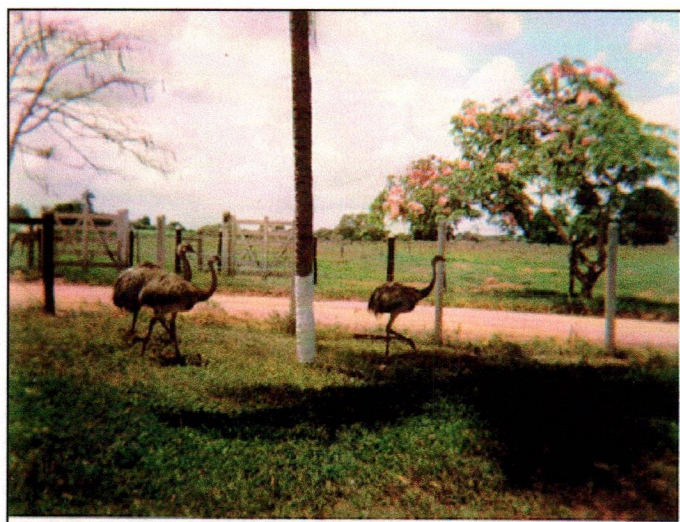
modernas e a mão-de-obra empregada é especializada.

Os pintos são fornecidos através da empresa Alimenta Avícola, do Estado de Minas Gerais. A composição racial é formada pelas raças Gross e Hubbard. A alimentação consumida, na qual inclui concentrado, é fabricada nas agroindústrias Purina e Primor e na própria granja. A idade do abate é quase sempre acima dos 45 dias.

Além das granjas, a criação de aves “de fundo de quintal” encontra-se disseminada por todo o município. Nesse tipo de exploração, não são obedecidas as mínimas normas técnicas e manejo. Os tratos sanitários são inadequados e o índice de mortalidade é elevado. O milho, os restos de culturas e de alimentos são as principais fontes de alimentação nos pequenos criatórios.

Outro fato importante na avicultura feirense, é a criação de emas que está sendo desenvolvida pelo senhor Luís Maia, proprietário da Chácara Marilu (fotografias 8 e 9), no distrito de Humildes. Para ele, é mais vantajoso investir no criatório de emas do que em gado: já foram vendidos 32 exemplares e não faltam encomendas. Quando entrevistado sobre a possibilidade de doenças com os animais, que poderão ser transmitidas para os aviários, o senhor Maia declarou que estava em dia com as exigências dos órgãos autorizados e que não corria o risco de ter que eliminar as emas.

O manejo das aves, em seus primeiros meses de vida, exige maiores cuidados; elas ficam sob observação constante até completar quatro meses, pois, até esta idade a ema está sujeita



Fotografia 8 e 9 - Criação de emas na Chácara Marilú, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.

às doenças que atacam as aves como *newcastle*, boubá aviária e verminose. Passado este período, as emas tornam-se mais resistentes. As emas adultas necessitam de cercados com telas para evitar a entrada de predadores e para protegê-las das batidas nas cercas em suas corridas. Seu capim preferido é o brachiária, sendo a alimentação completada com ração balanceada.

Por enquanto, a criação encontra-se, ainda, em fase inicial e sem infraestrutura para a produção de carne, couro e penas. Por se tratar de ave exótica, a criação precisa de autorização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis — IBAMA e tem que passar pelo controle zootécnico do Ministério da Agricultura.

4.6 A TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

Com a mecanização dos meios de produção, os grandes produtores passaram a fazer maciços investimentos em equipamentos e insumos modernos, substituindo a mão-de-obra no manejo do solo e em outras atividades complementares. A introdução de máquinas provocou o aumento no rendimento e na produtividade, reduzindo o tempo de serviço e o caráter coletivo da produção.

Com a adoção de equipamentos de origem industrial, o município de Feira de Santana passou a expandir a agropecuária. Esse fato resultou na subordinação da mão-de-obra dos parceiros, arrendatários e moradores, em consequência do alto grau de exploração a que estão submetidos, quer enquanto pequenos produtores, quer enquanto assalariados.

Na Tabela 22, observa-se a intensa utilização do uso do trator. Dos 100 agricultores entrevistados, 87,0% utilizavam o trator para preparação do terreno e, apenas, 8,0% faziam uso da capina. Os 5,0% restantes trabalhavam a terra de forma manual e através de máquina.

Tabela 22
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PREPARAÇÃO DA TERRA PARA CULTIVO EM 1997

INSTRUMENTOS	NÚMERO DE AGRICULTORES	%
Trator	87	87,0
Manual (capina)	8	8,0
Manual/Trator	5	5,0
Total	100	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

A Tabela 23, mostra-nos a distribuição do uso de trator no município de Feira de Santana. De acordo a observação no local, o uso do trator tem uma predominância quase exclusiva, nas propriedades. Entre os usuários, 59,0% adquiriram, na Secretaria de Agricultura do Município, mediante pagamento de R\$10,00 (dez) reais por hora, 20,0% disseram que era próprio, 13,0% alugavam de outros proprietários a R\$18,00 (dezoito) reais por hora e 8,0% não utilizavam. Embora, se verificasse uma

grande aceitação, é importante salientar que, em consequência da pouca terra e da falta de recursos, a maioria dos agricultores consegue, apenas, utilizá-lo uma vez durante ao ano.

A mecanização

tem se fortalecido, tendo como principais agentes desse processo, o Centro Industrial do Subaé — CIS, com a criação das agroindústrias, e a ação das Secretarias de Agricultura do Estado e do Município — SEAGRI. Os incentivos criados pela política agrícola, destacando-se os do Sistema Nacional de Crédito Rural — SNCR, foram, sobretudo, condição fundamental para aquisição de financiamentos e custeios de equipamentos e insumos. Neste sentido, 20,0% dos produtores entrevistados declararam que os empréstimos tomados em bancos oficiais foram aplicados em máquinas com o objetivo de expandir a pecuária.

Nas unidades onde a produção está direcionada para a pecuária de corte ou leite são encontrados os maiores investimentos de capitais e tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Assim, tem-se promovido uma grande penetração de capitais para aquisição de equipamentos diversos (Fotografia 10). Ao que tudo indica, a agropecuária continuará a crescer em virtude ter se constituído um espaço de consumo para os produtos de origem industrial.

Tabela 23
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
DISTRIBUIÇÃO DO USO DE TRATOR EM 1997

AQUISIÇÃO	PRODUTORES	
	FREQÜÊNCIA	%
Secretaria de Agricultura	59	59,0
Próprio	20	20,0
Alugado	13	13,0
Não Utiliza	8	8,0
Total	449	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.



Fotografia 10 - Sala de ordenha computadorizada na Fazenda Venturim, distrito de Humildes - Feira de Santana, 1998.

Na tabela 24, constata-se a relação entre os equipamentos agrícolas e as propriedades no município de Feira de Santana, através dos dados coletados na pesquisa de campo demonstrando, assim, a aquisição, pelos proprietários, dos diversos meios de produção, como equipamentos e máquinas utilizados no sentido de tornar a agropecuária mais intensiva e produtiva. Observando-se a Tabela 24, para cada 100

Tabela 24
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DAS PROPRIEDADES
EM 1997

TIPOS	EQUIPAMENTOS	
	NÚMERO DE PRODUTORES	%
Adebadeiras	30	30,0
Trituradores de ração	45	45,0
Moinhos	40	40,0
Ordenhadeiras	13	13,0
Semeadeiras	31	31,0
Bombas Hidráulicas	82	82,0
Outros	67	67,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

propriedades questionadas, 30,0% possuíam adubadeiras, 45,0%, trituradores de ração, 40,0% utilizavam moinhos, 13,0%, ordenhadeiras para tirar o leite das vacas, 31,0% faziam o cultivo com semeadeiras, 82,0% tinham bombas hidráulicas e 67,0% usavam outros equipamentos. Esses instrumentos permitem não só elevar a produtividade do trabalho, como também determinam a valorização das terras, inclusive, aquelas de pior qualidade.

Nos 58 minifúndios visitados, pela falta de recursos financeiros para adquirir máquinas e equipamentos agrícolas, praticam a agricultura com base no trabalho familiar, investindo pouco ou quase nada na produção.

Os estabelecimentos modernizados são bem dotados de benfeitorias, conforme pode-se observar na Tabela 25, referente aos imóveis visitados. Quase 100,0% dos entrevistados possui sedes nas suas propriedades equipadas com energia elétrica (63,0%), estábulos (30,0%), casa para trabalhador e poços artesianos (24,0%), Casa de Farinha motorizada (16,0%), silos (10,0%), granjas e escritórios (8,0%).

Tabela 25
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
BENFEITORIAS DAS PROPRIEDADES EM 1997

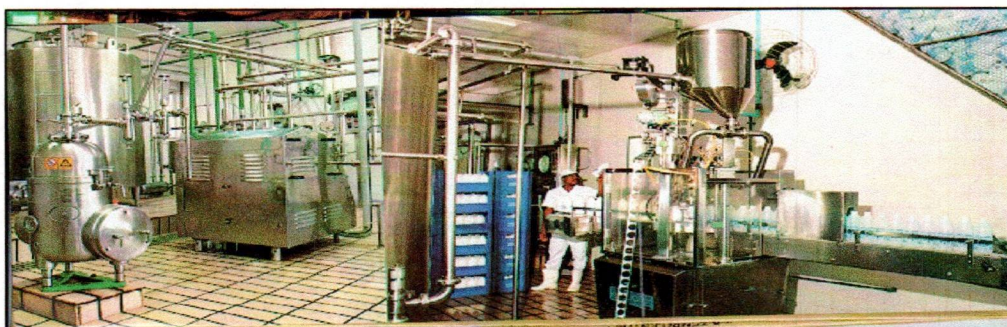
TIPOS	BENFEITORIAS	
	Nº	%
Sede	99	99,0
Energia elétrica	63	63,0
Escritório	8	8,0
Usina para pasteurização de leite	1	1,0
Garagem	21	21,0
Estábulo	30	30,0
Silos	10	10,0
Casa de farinha motorizada	16	16,0
Casa para trabalhador	24	24,0
Olaria	3	3,0
Granja	8	8,0
Pocilga	6	6,0
Poço artesiano	24	24,0
Outras	85	85,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

A situação apresentada na Tabela 25 não é generalizada. Como pode se observar, apenas uma fazenda possui uma usina de pasteurização de leite. O abastecimento de água é também feito através de cisternas, pequenas fontes nos minadouros e riachos. A fotografia 11, mostra a usina para pasteurização e engarrafamento de leite da Fazenda Venturim.

No que se refere ao uso de agrotóxicos nas plantações (Tabela 26), 44,0% dos agricultores responderam afirmativamente, enquanto 25,0% não faziam uso e 31,0% não responderam.

Apesar de ser quase geral o uso da terra e de outros insumos mecânicos e químicos, a evolução agropecuária do município não se generalizou no que diz respeito à irrigação. Embora,



Fotografia 11- Usina para pasteurização e engarrafamento de leite da Fazenda Venturim, distrito de Humildes – Feira de Santana, 1998.

esteja localizado no Polígono das Secas, com exceção do distrito de Humildes, a utilização da técnica de irrigação quase não se pratica nas propriedades.

Em virtude da irregularidade das chuvas e dos longos períodos de estiagem a irrigação apresenta-se como alternativa para conquista do espaço agrícola e desenvolvimento de variados tipos de culturas. Porém, este processo é pouco difundido no município e apenas 18,0% dos agricultores (Tabela 27), irrigam uma superfície de 4 a 6 ha, seja através de poços artesianos (9,0%) seja por aspersão (9,0%).

A pecuária tem-se beneficiado em termos de assistência técnica. Este fato decorre em parte do empenho do governo através dos projetos de extensão rural. Quando entrevistados (Tabela 28), 65,0% dos produtores informaram que recebiam assistência veterinária do Departamento de Defesa Agropecuária — DDA. Entretanto, 21,0% disseram que a faziam por conta própria. Segundo o DDA, nos últimos três anos o índice de bovinos vacinados contra a febre aftosa subiu de 20,0%, em 1995, para 95,5% em março de 1998. Há dois anos e oito meses não se registra nenhum caso dessa zoonose em Feira de Santana.

Tabela 26
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
USO DE AGROTÓXICOS EM 1997

RESPOSTAS	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS	%
Sim	44	44,0
Não	25	25,0
Nenhuma Resposta	31	31,0
Total	100	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

Tabela 27
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
USO DE IRRIGAÇÃO NAS PROPRIEDADES EM 1997

RESPOSTAS	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS	%
Sim	18	18,0
Não	69	69,0
Nenhuma Resposta	13	13,0
Total	100	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

Tabela 28
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DAS PROPRIEDADES EM 1997

ASSISTÊNCIA TÉCNICA	PRODUTORES	
	Nº	%
Veterinária (DDA)	65	65,0
Veterinária Própria	21	21,0
Agronômica	8	8,0
Não Recebe	6	6,0
Total	100	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

No que se refere ao cultivo do solo, apenas, 8,0% declararam ser orientados por agrônomos, enquanto 6,0% alegaram não ter nenhuma assistência. Nos questionamentos, a maioria dos agricultores revelou que produzia de acordo com o próprio conhecimento, mas, reconhecia o atraso dos processos técnicos por eles utilizados na exploração da terra. Embora reconhecesse a falta de técnica nos cultivos, 14,0% dos proprietários alegaram que a falta de recursos não permitia solicitar os serviços de um agrônomo. Desse modo, a falta de orientação técnica pode ser uma das causas dos baixos rendimentos da agricultura familiar.

5 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E FORÇA DE TRABALHO

Dentre as transformações ocorridas no País, a partir da década de 70, nenhuma terá contribuído tanto para modificar a estrutura econômica como a verdadeira revolução que se operou na distribuição de suas atividades produtivas. A partir desse período, houve não só o crescimento econômico, mas mudanças estruturais representadas pelo aumento dos investimentos estrangeiros e pelas empresas estatais e privadas locais responsáveis por este desenvolvimento capitalista associado a ambos setores da economia brasileira (GRASIANO DA SILVA, 1981).

O processo de expansão das relações de produção capitalistas no campo vem ocorrendo através de uma acelerada apropriação, que expulsa o trabalhador da terra e, a medida que o modelo industrial, poupador de mão-de-obra, não tem capacidade de absorver a força de trabalho, forma-se um enorme contingente de reserva (OLIVEIRA, 1977).

Como na indústria, a modernização das atividades agrícolas também foi efetuada através de tecnologia e modelos capitalistas mais avançados em relação aos padrões tradicionais da organização produtiva dessas atividades. A implantação dessa estratégia de desenvolvimento significou uma acelerada expropriação da pequena propriedade que, combinada ao caráter excludente dessa modernização, é responsável pela concentração de tecnologia por um determinado grupo de produtores e em certas regiões econômicas, privilegiando as áreas mais industrializadas com maiores condições de acesso aos meios de produção, especialmente à terra. Esses fatores funcionam como os principais mecanismos para o processo de diferenciação dos pequenos agricultores na Bahia e particularmente em Feira de Santana. Aqueles produtores que não tiverem condições de se modernizar e competir no mercado estão marginalizados ou excluídos do processo produtivo.

Outro fator de fundamental importância que contribui para a redução dos recursos da pequena propriedade é a extrema concentração das melhores terras em mãos dos grandes empresários e fazendeiros, assim como o privilégio e a facilidade proporcionados pela política agrícola do governo. Essa política representa a entrada de investimentos maciços no campo, desencadeando numa verdadeira corrida às terras para fins de produção ou especulação.

Para demonstrar os resultados desses mecanismos KAGEYAMA (1986), estimou o número de subempregados na pequena produção em torno de 5,9 milhões de

peças para o Brasil, inclusive membros da família acima de 14 anos, sendo que destes, 45,0% estão no Nordeste. Segundo IVO (1987), a Bahia é o Estado brasileiro que apresentou, entre 1970 e 1980, o total de 273.430 trabalhadores rurais volantes, isto é, o maior número absoluto da Região Nordeste. O empobrecimento, combinado ao tipo de exploração, obriga à busca de um trabalho complementar, principalmente pela impossibilidade de as pequenas unidades aumentarem a sua produção, seja por falta de terra, seja por falta de recursos, em níveis capazes de ocupar toda a família em idade de trabalhar.

A mobilidade e a diversidade peculiares à força de trabalho na agricultura brasileira são decorrentes do próprio desenvolvimento capitalista. Assim, a grande maioria dos trabalhadores rurais está submetida a uma variedade de forma de contrato que não possui vínculo empregatício. A redefinição dos padrões de produção e emprego no conjunto da economia nacional pode ser em parte resultado da mudança do eixo dinâmico do setor agrícola exportador para o industrial, destacando-se o de bens de consumo duráveis. Durante esse processo, a agricultura assumiu diferentes papéis no seu relacionamento com a indústria, o que modificou os padrões internos de organização produtiva, alterando o volume e a natureza da força de trabalho.

Com as medidas como a de construção de estradas e a expansão da rede de energia e água foram valorizadas as terras e possibilitaram a introdução de novas técnicas na organização do espaço.

5.1 MÃO-DE-OBRA E RELAÇÕES DE TRABALHO

As formas de contratos de trabalho verbais que o capital vem priorizando oferecem vantagens aos empregadores através da liberação dos encargos sociais, uma vez que os trabalhadores temporários não são considerados pelo Estatuto do Trabalhador Rural. No trabalho, cujo pagamento se efetua por diária, por produção ou empreitada, o trabalhador tem o máximo de interesse pessoal em executar as tarefas o mais rápido possível, para conseguir maiores rendimentos, mesmo que para isso precise prolongar a jornada de trabalho e multiplicar braços com a ajuda de toda a família. Estes tipos de relações de trabalho no campo, permitem aos grandes proprietários maior valorização do seu capital, seja pela intensificação do trabalho, seja pelo prolongamento do tempo acima do normal.

Dessa forma, a modernização da agricultura provocou acentuadas mudanças nas relações de trabalho, contribuindo para aumentar o número de trabalhadores temporários. Pode-se afirmar que o maior impacto dessa “modernização” no campo, se processou no sentido da proletarização do trabalhador rural. Assim, o aumento do trabalho sazonal em Feira de Santana fez-se acompanhar da concentração fundiária e da expansão da pecuária, face a uma especialização da produção agrícola regional. Esses aspectos possuem sérias implicações sobre a proletarização da força de trabalho, na medida em que faz desaparecer parcelas de terras destinadas a produção voltada para o autoconsumo. A modernização favorece os grandes proprietários, considerando que a propriedade da terra é uma das condições fundamentais para obtenção de crédito. Quanto maior for a extensão do imóvel rural, maior poderá ser o financiamento.

O trabalho de campo e as entrevistas demonstraram que a proletarização e a migração da zona rural ocorrem em virtude de situações muito comuns no campo. A primeira refere-se aos minifúndios: o fracionamento da terra é constante entre os herdeiros, porém, os membros da família procuram obter do solo o máximo necessário para sua sobrevivência. Diante da impossibilidade, eles procuram um trabalho temporário. Entretanto, à medida que as dificuldades aumentam eles partem para outra localidade.

Um segundo momento concerne ao uso de novas tecnologias, insumos e os custos na preparação do solo. O pequeno agricultor, não dispendo de recursos suficientes para investir, vende a propriedade e transforma-se em assalariado nas terras que lhe pertenciam.

A dificuldade de acesso à terra constitui-se uma terceira razão que leva uma parte significativa de mão-de-obra a se assalariar ou migrar para as médias e grandes cidades, atraídos pela urbanização, à procura de melhores condições de vida. Porém, as cidades não estão preparadas para receber os migrantes e muitos deles ficam desempregados ou subempregados no setor informal ou voltam para suas cidades de origem.

Neste sentido, o trabalhador rural dispõe apenas de um expediente temporário para vender a sua força de trabalho tendo em vista a complementação da renda familiar e garantir a própria sobrevivência.

Referindo-se a modernização dos setor pecuário no País ANDRADE (1987) ressalta que, em decorrência de melhoramentos nas técnicas de criação e da valorização

dos produtos, os fazendeiros substituíram a tradicional quarteação³ e passaram a pagar aos vaqueiros um salário que raramente alcança os índices do salário mínimo oficial. O vaqueiro, essa tradicional figura, que devia se duplicar no cenário pecuário, face ao desenvolvimento alcançado por esta atividade, pode ser considerada como uma categoria de trabalhador rural em extinção. Responsável pelo surgimento de importantes cidades, através das estradas das boiadas (a exemplo de Feira de Santana), esta figura legendária e heróica foi mais uma vítima da expansão capitalista no campo.

O senhor. Juvenal Figueredo, proprietário da Fazenda Nova República, antes de ser pecuarista, foi vaqueiro que tocava as boiadas procedentes da região de Mundo Novo a Feira de Santana e vice-versa, no seu depoimento ele diz:

Antigamente, toda essa região aqui era mato. O gado era criado à solta e precisava de cabras de coragem para juntar, espalhado pela caatinga adentro. Agora tudo mudou, tudo é pasto limpo com capim brachiária. Não é mais necessário aquele traje típico que caracterizava e protegia dos ataques na caatinga. O mato desapareceu e os vaqueiros também.

Antes mesmo do desaparecimento do vaqueiro, desapareceu esta forma de recompensa pré-capitalista, denominada quarteação, que em alguns casos permitiu uma certa ascensão a essa classe de empregado. A transformação da vegetação nativa em pastagens facilita os cuidados com o rebanho. Em consequência, o vaqueiro passou a ser o responsável por toda a atividade da fazenda.

A penetração das relações de trabalho capitalistas na zona rural de Feira de Santana não resultou na multiplicação dos assalariados permanentes, mas em transformação violenta dos antigos parceiros, arrendatários e moradores em trabalhadores temporários. Essa mudança foi por certo necessária à expansão do capitalismo e se acelerou, a partir da década de 1960. Nesse contexto, a evolução das relações de trabalho que não beneficiam os trabalhadores agrícolas continuarão até que novos movimentos reivindicativos tenham peso suficiente para conduzir um compromisso entre o proletariado rural e o Estado.

³ Quarteação: Tipo de pagamento rural em que a cada cinco bezerros nascidos, um pertencia ao vaqueiro.

5.1.1 DIVISÃO DO TRABALHO E AS CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

As conseqüências da modernização da agropecuária de Feira de Santana, sobre a ocupação da mão-de-obra começaram a se delinear na década de 60, e mais, precisamente, a partir de 1970. A partir desse período a atividade preferida pelos médios e grandes proprietários foi a pecuária. Substancialmente, substituíram a agricultura pela criação de gado, que na verdade não permite a absorção da força de trabalho em larga escala pelas suas próprias características.

A tabela 29, apresenta a composição do pessoal ocupado por categoria e sexo, se destacando a mulher com a sua grande contribuição na mão-de-obra familiar. Pode-se verificar que a família continua a ocupar um importante lugar na organização do trabalho das pequenas unidades produtivas.

Conforme os dados evidenciados, os trabalhadores permanentes reduzem a sua participação na agropecuária do Município a cada período. A mão-de-obra masculina representa 6,0% em 1970, declina para 4,7% em 1980 e a partir de 1985 volta a crescer passando para 5,0% chegando em 1996 a 7,5%. As mulheres, que por sua vez, correspondia a 0,9% da mão-de-obra em 1970 reduz essa participação para 0,5% em 1980 e 0,4% em 1985, enquanto que em 1996 esta situação se inverte elevando-se para 1,6%.

Ao contrário dos trabalhadores permanentes, os assalariados temporários aumentaram gradativamente de 8,2% em 1970 para 26,5% em 1980, caindo para 17,9% em 1985 e mais ainda em 1996, onde atinge 10,6%. A mão-de-obra dos trabalhadores temporários apresenta um decréscimo consecutivo em virtude de sua utilização nos serviços das indústrias. As mulheres aumentaram de 1,5% em 1970 para 5,2% e 5,4% em 1980 e 1985 respectivamente, crescendo para 6,8% em 1996. O aumento gradativo no percentual do sexo feminino decorre da falta de mão-de-obra dos homens para executar as tarefas os quais não são estimulados pelos baixos salários pagos. Dessa forma, observou-se que há uma grande dependência do trabalho sazonal na região. Fato que também será tratado a seguir através das observações feitas no campo.

Tabela 29
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA E SEXO
1970-1996

ANOS	MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA				ASSALARIADOS				TOTAL							
	PERMANENTES		TEMPORÁRIOS		PERMANENTES		TEMPORÁRIOS		TOTAL		TOTAL					
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%				
1970	11.222	85,0	9.547	97,6	782	6,0	86	0,9	1.081	8,2	151	1,5	13.085	100,0	9.784	100,0
1980	10.665	68,7	9.338	94,3	736	4,7	45	0,5	4.119	26,5	511	5,2	15.520	100,0	9.894	100,0
1985	10.086	77,1	8.208	94,2	654	5,0	39	0,4	2.342	17,9	468	5,4	13.082	100,0	8.715	100,0
1996	8.568	81,4	5.613	91,6	784	7,5	96	1,6	1.117	10,6	416	6,8	10.469	100,0	6.125	100,0

H = homens

M = mulheres

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários, Bahia, 1970-1996.

A análise dos dados da Tabela 30, referentes à participação do pessoal ocupado por categoria no município de Feira de Santana, elaborada com os dados da pesquisa de campo demonstram que os membros não remunerados da família apresentam os maiores percentuais em relação ao total dos demais trabalhadores, nas propriedades de menos de 200ha. Observa-se que as propriedades até 10ha. não têm trabalhadores assalariados. Porém nos imóveis, a partir de 10 a menos de 20ha., já se encontram trabalhadores permanentes (2,9%), e a presença de alguns empregados temporários, isto é, 7,4% entre homens e mulheres, com predominância do primeiro. Pode-se evidenciar a fundamental importância da mão-de-obra familiar e particularmente a forte participação da mulher. Das 85 mulheres interrogadas, 82 participavam das atividades agrícolas, juntamente com os filhos. Nas plantações, observa-se uma divisão das ocupações entre homens e mulheres e crianças. Na pequena propriedade, desde a infância, cada um dos membros dá sua contribuição no binômio exploração/família.

Ainda observando a Tabela 30, pode-se notar as percentagens da mão-de-obra masculina são maiores nos imóveis acima de 50ha. Quanto ao sexo feminino, este é um pouco menor, porém boa parte das mulheres são esposas dos trabalhadores.

Tabela 30
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA E SEXO EM 1997

CLASSES DE ÁREAS	IMÓVEIS	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR NÃO REMUNERADA						ASSALARIADOS						TOTAL			
		H		M		CRIANÇAS	%	PERMANENTES		TEMPORÁRIOS		H	%			H	%
		H	%	M	%			H	%	M	%						
menos de 1	11	11	11,3	5	7,7	7	9,0	-	-	-	-	-	-	-	23	5,0	
1	12	13	13,4	7	10,8	9	11,5	-	-	-	-	-	-	-	29	6,3	
2	18	19	19,6	10	15,4	11	14,1	-	-	-	-	-	-	-	40	8,7	
5	17	17	17,5	12	18,4	15	19,2	-	-	-	-	-	-	-	44	9,6	
10	14	15	15,4	14	21,5	18	23,1	1	2,9	-	-	-	-	-	55	12,0	
20	10	10	10,3	9	13,8	10	12,8	2	2,9	2	8,3	6	5,1	1	2,3	42	9,1
50	7	7	7,2	6	9,2	8	10,3	1	2,9	1	4,2	8	6,8	1	2,3	43	9,3
100	5	5	5,2	2	3,1	-	-	1	2,9	1	4,2	15	12,7	5	11,3	37	8,1
200	3	-	-	-	-	-	-	8	23,5	6	25,0	20	16,9	8	18,2	36	7,8
500	1	-	-	-	-	-	-	7	20,6	5	20,8	15	12,7	7	15,9	36	7,8
1.000	1	-	-	-	-	-	-	6	17,6	4	16,7	26	22,0	10	22,7	48	10,4
1.000 de 2.000 e mais	1	-	-	-	-	-	-	8	23,5	5	20,8	18	15,3	8	18,2	36	7,8
Total	100,0	97	100,0	65	100,0	78	100,0	34	100,0	24	100,0	118	100,0	44	100,0	460	100,0

H = homens M = mulheres

FONTE: Trabalho de campo - 1997.



O emprego da mão-de-obra assalariada é utilizada, basicamente, nas médias e grandes propriedades. Os trabalhos estão voltados, principalmente, para a pecuária. Esta atividade absorve maior número de pessoas durante o plantio e os tratos culturais das pastagens.

As crianças começam a desenvolver algumas tarefas antes dos dez anos de idade. Até atingir a idade suficiente para trabalhar no cultivo, as meninas ficam em casa para cuidar dos irmãos menores, lavar roupa e cozinhar. Quanto aos meninos, eles aprendem, muito cedo a trabalhar e ajudam os pais no plantio e colheita das culturas de subsistência. Nas 100 propriedades questionadas 89,0% utilizavam a mão-de-obra do menor e 11,0% não tinham crianças no trabalho nos imóveis acima de 100ha. O emprego da mão-de-obra do menor restrita a família ocorre nas propriedades de até 50ha. Porém, os meninos acompanham os pais na diária ou já trabalham sozinhos nos imóveis acima de 50 a 100ha. Verifica-se então que a família continua a ocupar um lugar importante na organização do trabalho das pequenas unidades produtivas. A fotografia 12 registra um momento onde menores estão trabalhando na lavoura de feijão.



Fotografia 12 – Emprego de mão de obra do menor na Fazenda Retiro, no distrito de Maria Quitéria 1998.

Os trabalhadores permanentes constituem a minoria dos assalariados e uma parte deles mora nas fazendas. Os proprietários fornecem a casa e um pedaço de terra para o plantio dos cultivos de subsistência, que podem ser em parceria ou não. O número de trabalhadores que reside na propriedade diminui progressivamente. Durante os trabalhos no campo, constatou-se que 10,0% dos imóveis tinham moradores

permanentes. Nesta categoria encontra-se também o morador temporário, isto é, o período de permanência na propriedade é transitório. O trabalhador deve sair quando o serviço acabar. Dos proprietários questionados, 15,0% utilizavam este tipo de trabalhador. Os 75,0% restante não os utiliza.

Com referência aos trabalhadores temporários (Tabela 31), estes perfazem uma grande parte dos assalariados que podem ser pagos por diária (49,0%), quantidade produzida (21,0%), empreitada (16,0%) ou mensalmente (14,0%). Os salários pagos de acordo com os tipos de remuneração variam em função do trabalho a ser efetuado.

Tabela 31
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
FORMAS DE REMUNERAÇÃO NO CAMPO
EM 1997

TIPOS DE PAGAMENTO	IMÓVEIS	%
Diária	49	49,0
Quantidade produzida	21	21,0
Empreitada	16	16,0
Mensal	14	14,0
Total	100	100,0

FONTE: Trabalho de campo, 1997.

O diarista é contratado pelo proprietário ou responsável pela fazenda. O recebimento do salário corresponde aos dias efetivamente trabalhados.

No trabalho por produção, a remuneração resulta da quantidade produzida. Não existe horário determinado para começar ou terminar a atividade. Quando se trata dos tratos culturais de limpeza das pastagens, ganha-se por tarefa⁴ e nos cultivos de subsistência, ou seja, numa capina de plantação de mandioca, recebe-se por fileira ou caminho, como é conhecido na região. Para cada 20 caminhos significam 1.000 pés de mandioca. A família inteira trabalha, sobretudo nas capinas da mandioca, do feijão e do milho.

No caso da empreitada, um camponês torna-se conhecido entre os proprietários e gerentes das fazendas como uma pessoa que tem prática de trabalho, sendo capaz de recrutar mão-de-obra para executar determinadas tarefas, num prazo estabelecido. O arroteamento⁵, os grandes plantios e a destoca são as práticas agrícolas que mais utilizam este tipo de acordo. O empreiteiro contrata alguns companheiros por menor preço para executar a tarefa, enquanto ele, ao mesmo tempo, trabalha e coordena

⁴ Tarefa: medida de superfície correspondente a 4.356 m² (66 x 66 m)

⁵ Arroteamento: retirada da vegetação do solo.

as atividades. Muitas vezes, ele mesmo faz o trabalho com sua família, amigos ou vizinhos e todos os envolvidos recebem a mesma remuneração.

Para o trabalhador, a empreitada permite ganhar melhor, mesmo que na prática implique em acentuar o ritmo de trabalho e o desgaste seja maior. Entretanto, segundo o depoimento dos trabalhadores questionados, a empreitada dá sensação de autonomia. Eles asseguram que: “as pessoas não se sentem coagidas por um cabo de turma a definir até mesmo o momento que se deve acender um cigarro de palha, comer e fazer necessidades fisiológicas. Não tem ninguém no pé da gente.”

O pagamento mensal é menos freqüente. Geralmente acontece com o assalariado que trabalha com pecuária intensiva, porque é uma atividade que exige continuidade dos trabalhos.

Os assalariados temporários representam muitas vantagens para o proprietário, quando ele paga um preço maior e permite ao trabalhador ganhar um pouco mais. Esta remuneração adicional encoraja as pessoas a produzir mais, ampliando a duração das horas de trabalho. Ao mesmo tempo existe uma redução dos custos operacionais de fiscalização, controle e disciplina da mão-de-obra. Além do trabalho de melhor qualidade, o dono do serviço não tem maiores despesas com os encargos trabalhistas, porque quase todos os contratos não possuem carteira assinada, uma vez que somente 13,0% dos entrevistados afirmaram ter registro de contrato de trabalho na carteira profissional na zona rural, enquanto, que 87,0% não possuem este tipo de contrato.

A inexistência de uma situação profissional legalizada acarreta a ausência de uma seguridade social, repouso remunerado, férias e 13º salário. Um agravante, ainda, relacionado à falta de segurança no emprego refere-se à demissão do trabalhador sem a obrigatoriedade do pagamento da indenização, sem o recebimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e o acesso ao Seguro Desemprego.

5.2 OS TRABALHADORES SEM-TERRA E A LUTA PELO TRABALHO

A luta pela posse da terra e melhores condições no processo de trabalho tem-se constituído em um dos graves problemas sociais, que vem se intensificando no País, em conseqüência da concentração da propriedade. Esta situação tem resultado no desencadeamento de vários conflitos fundiários, através dos quais milhares de

trabalhadores rurais e principalmente os trabalhadores sem-terra, vêm se manifestando contra a expropriação e a violência a que estão submetidos no campo.

Dessa forma, as medidas adotadas pelo Estatuto da Terra, instituído após a Lei nº 4504, em 1964, não conseguiram maiores avanços. O objetivo era minimizar a questão agrária através de uma melhor distribuição da terra, atendendo aos princípios de justiça social, visando principalmente, ao aumento da produtividade. Na prática a reforma foi esquecida pelos sucessivos governos ao longo dos anos.

Contudo, os trabalhadores rurais começaram a mobilizar-se, reivindicando a desapropriação das terras improdutivas e melhores condições de salários e trabalho, assim como o reconhecimento das injustiças e violências que são praticadas no campo contra os posseiros e pequenos lavradores. Todavia, os movimentos camponeses têm-se fortalecido através da ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, dos Sindicatos e com o apoio da Igreja.

MARTINS (1991), nos convida a pensar que o problema agrário no país está na concentração da terra, uma das mais altas do mundo, e no latifúndio que nada produz. Um levantamento realizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, em 1996, comprova que o Brasil possui 3,4 milhões de propriedades cadastradas. Somadas, abrangem 352 milhões de hectares. Entre elas há 35.083 propriedades consideradas grandes latifúndios improdutivos, com mais de 1.000 hectares. Embora, sejam apenas 1,0% do total dos imóveis cadastrados, os latifúndios ocupam 153 milhões de hectares, o que corresponde 18,0% de todo território nacional. O levantamento ainda comprova que a maioria dos latifúndios são os principais sonegadores do Imposto Territorial Rural — ITR.

Com tamanha concentração de terra, o Brasil produziu uma oligarquia rural poderosa que certamente resiste a qualquer mudança no sistema fundiário brasileiro. Esta situação ajuda a entender por que a reforma agrária se tornou uma questão tão complicada no País.

Dessa forma, pode-se considerar que os latifúndios improdutivos são responsáveis pelo aumento da violência praticada no campo. Em Eldorado dos Carajás, no Pará, no dia 17 de abril de 1996, foram assassinados por policiais 19 agricultores sem-terra e dezenas ficaram feridos, inclusive, mulheres e crianças. Em agosto desse mesmo ano, fato semelhante se repete no Estado de Rondônia, em Corumbiara, quando foram mortos 11 trabalhadores sem-terra. Estes acontecimentos provocaram um forte impacto sobre a opinião pública nacional, aumentando a pressão social em favor de

uma reforma agrária e justiça contra o uso da violência no campo. OLIVEIRA (1996), diz que em pouco mais de 15 anos (1985-1996), aconteceram 976 homicídios, 2.500 casos de ameaças de morte e 897 tentativas de assassinatos no campo brasileiro. Esses dados revelam não somente a violência, mas, principalmente, a impunidade e a repressão que se tornaram fatos constantes contra aqueles que lutam pela terra onde trabalham ou que dela precisam para trabalhar.

Segundo FILGUEIRAS (1984), no Estado da Bahia os conflitos pela posse da terra são mais intensos nas regiões onde se expandiu a fronteira agrícola e houve a presença marcante de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, tais como: Centro-Oeste, Extremo-Sul, Sul e Chapada Diamantina. No Recôncavo, os conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra, posseiros e grileiros vem se destacando nos municípios de Santo Amaro da Purificação e Muritiba. Mas, existem também os conflitos relacionados com a demarcação das terras dos índios e com as terras desapropriadas para construção de obras públicas.

O município de Feira de Santana não faz exceção à regra quando se trata de conflitos pela posse da terra. Diversos tipos de violência vêm sendo utilizados na desapropriação e expulsão de pequenos agricultores, posseiros e familiares, muitos dos quais estabelecidos na área há vários anos.

OLIVEIRA (1997), afirma que trabalhadores rurais do município, em 1972, iniciaram um movimento de luta pela terra reivindicando os seus direitos. Nesse período, surgiu o primeiro conflito de terra na Fazenda Candéal, distrito de Maria Quitéria, onde um posseiro foi assassinado e outros foram presos e torturados. Seis anos após esse acontecimento, os moradores receberam os títulos de posse expedidos pelo Instituto de Terras da Bahia — INTERBA.

Em muitos casos, o Estado, em nome do progresso social, tem sido responsável pela desapropriação do homem do campo. Um exemplo bastante significativo foi a implantação da Barragem de Pedra do Cavalo na região de Feira de Santana, onde 1.600 famílias foram desapropriadas de suas terras pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu — DESENVALE, empresa responsável pela construção da obra. Conforme GERMANI (1993, p. 613-614) “En estos proyectos se encuentran en la base del hecho generador el Estado constructor de grandes obras de infraestructura, que obligan a la remoción de población y genera una situación de conflicto. Lo que se observa en todos esos ejemplos, es que el reasentamiento de la

población solo se produce como consecuencia de um proceso de resistencia y reivindicación de la población expropiada”.

As primeiras manifestações contra a DESENVALE, foram frágeis, mas pouco a pouco foram se reforçando com a participação dos sindicatos da região e com o apoio da sociedade civil. Questionava-se o destino da população expropiada e a reivindicação principal era terra para todos. A Igreja também se posicionou quanto ao assentamento das famílias dos posseiros, rendeiros e pequenos proprietários que perderam as suas terras em consequência do represamento das águas. Em fevereiro de 1984, no primeiro encontro da DESENVALE com os sindicatos e os expropriados ficou acertado que o assentamento da população seria efetuado em duas etapas e nos seus municípios de origem. Das 1.600 famílias cadastradas 700 foram selecionadas para participar da primeira etapa e aproximadamente 230 ficariam para a segunda etapa. As demais por se tratar de médias e grandes propriedades seriam indenizadas.

Em Feira de Santana, as águas da barragem atingiram o antigo distrito de Ipuçu, denominado de Nova Ipuçu e atualmente Governador João Durval Carneiro. A maior preocupação das famílias que viviam naquelas redondezas era a necessidade de uma área para plantar e para manter uma pequena criação de animais que tradicionalmente complementava a renda familiar, visto que seriam assentados na sede do distrito.

As 230 famílias, cujo assentamento estava previsto para a segunda etapa, das quais 123, em abril de 1991, foram assentadas de forma precária, trabalhavam em pequenas parcelas que restaram de suas terras e em áreas cedidas. As propostas adotadas nos documentos não conseguiram ser realizadas. Segundo ainda OLIVEIRA (1997), as famílias prejudicadas ainda lutam na justiça em defesa de seus direitos.

Em maio de 1998, um fato importante na história do município, foi a ocupação da Fazenda Santa Maria, no distrito de Jaíba (Fotografia 13), por quase 100 famílias de trabalhadores sem-terra da região, que resistiam no local enquanto aguardavam a desapropriação da área pelo INCRA. Em julho do mesmo ano, mais outras 40 famílias de lavradores ocuparam a Fazenda Roçadinho, no povoado Bem-Viver, no distrito de Humildes (PORTO, 1998), entretanto não foram bem sucedidas. Segundo o INCRA, não se tratava de áreas improdutivas. Os sem-terra de-socuparam a propriedade atendo a uma liminar de rein-tegração de posse expedida pela juíza da 3ª Vara Cível de Feira de Santana.

O representante do Movimento dos Sem-Terra — MST, lamentou esta situação, explicando que a expectativa das famílias acampadas era de que o INCRA desapropriasse a fazenda para fim de reforma agrária.



Fotografia 13 - Ocupação da Fazenda Santa Maria, distrito de Jaíba por trabalhadores sem-terra, 1998.

Em Feira de Santana a liderança do movimento dos trabalhadores sem-terra, ainda não se consolidou provavelmente pelo fato dos poderes públicos ao invés de fazer valer a justiça o direito, e encontrar uma solução para os problemas sociais do campo, tem primado em reprimir a luta pela terra de todas as formas. Com já foi discutido a ocupação das Fazendas Santa Maria e Roçadinho com a retirada dos ocupantes eles voltaram para as suas simples moradias permanecendo na mesma condição de pobreza.

Convém ressaltar que a força política e econômica dos grandes proprietários, assim como a valorização das terras do município dificultam a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso a terra, se bem que em 1972 houve assentamentos de 10 famílias na Fazenda Candeal pelo INTERBA. Mais recente houveram ocupações das fazendas citadas anteriormente, porém o objetivo dos sem-terra não se concretizou.

Em campanha eleitoral na Bahia, em agosto de 1998, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, acusou o MST de dificultar o avanço do processo de reforma agrária no País. “Num dado momento, o MST foi um instrumento positivo para acelerar a aplicação de uma política fundiária”, ressaltou. “Mas o movimento se partidizou, perdeu a consistência político-social por participar de saques e cooperar em zonas de maconha, o que acho perigoso” (PACHECO, 1998). As ações do governo federal, na área da reforma agrária, foram relacionadas pelo Presidente ao fundamentar a afirmação de que durante o seu governo foram realizados mais assentamentos do que durante toda a História do Brasil. Ele admitiu que ainda há muito por fazer, principalmente, em relação ao aspecto qualitativo para não criar “uma classe de funcionários públicos no campo”. Ainda segundo o Presidente, não basta dar terra, é preciso torná-la produtiva.

O MST representa, no campo brasileiro, um avanço a nível de organização nacional e de descoberta de novas formas de luta pela reconquista da terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada para servir de reserva de valor às classes dominantes. Trata-se, pois de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Porém, não se trata de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela excluída da sociedade brasileira, mas uma estratégia de luta acreditando ser possível hoje a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

6 A AÇÃO DO ESTADO E A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO FEIRENSE

Os anos 70 marcam a consolidação de um modelo de desenvolvimento industrial e agrícola na Bahia e, particularmente, em Feira de Santana. A interiorização da indústria e a criação de pólos regionais possibilitaram a articulação e o controle da produção nas relações de trabalho tipicamente capitalistas, assim como a apropriação e subordinação das terras ao capital. Sabe-se que a modernização do parque industrial baiano foi sem dúvida impulsionada pelos mecanismos de intervenção do Estado, através de suas políticas públicas como principal agente dos projetos sócio-econômicos: elas são responsáveis pelas mudanças ocorridas no agro baiano e a agricultura segue dando sinais de modificações, concomitantemente ao avanço de toda economia estadual em direção à industrialização.

A criação de pólos industriais regionais no interior do Estado, a exemplo daquele de Feira de Santana teve características marcantes. A partir da implantação do Centro Industrial do Subaé, o conjunto da economia feirense passou a assumir um novo papel na atual conjuntura do modelo econômico. O modo tradicional de produzir para o moderno combina basicamente capital e insumos industriais com terra e trabalho. A transição de um tipo de produção para outro está correlacionada à liberação de financiamentos dos projetos agro-industriais e obras de infra-estrutura.

A economia feirense foi beneficiada pela implantação do Centro Industrial de Aratu — CIA, em 1970, e do Complexo Petroquímico de Camaçari — COPEC, em 1980: os dois passaram a influenciar progressivamente toda a região via crescimento industrial e agrícola. A formação de um complexo agro-industrial, voltado para a fabricação de bens de consumo alterou as relações comerciais de Feira de Santana.

Com a rápida expansão das indústrias de transformação e financiamentos aos projetos agropecuários, as mudanças começam a se acentuar tanto no setor urbano quanto no rural. Esses fatos podem ter atuado como ponto de atração para o fluxo migratório do campo para a cidade e outros municípios. Mas, indiscutivelmente, o processo de urbanização acelera-se quando se considera que, de 1970 para 1980, a população urbana em Feira de Santana passou de 131.884 para 233.617 habitantes.

Além do peso marcante da política oficial, a SUDENE também forneceu recursos através dos incentivos fiscais para uma intervenção do Estado, planejada a

nível de infra-estrutura e de financiamentos a projetos agropecuários. Isto faz crer que a modernização do setor agrícola de Feira de Santana foi consequência da incorporação de suas atividades aos mercados financeiros industriais e comerciais e da política governamental. Conseqüentemente, houve mudanças e redefinição da estrutura produtiva com o emprego de equipamentos e insumos modernos, visando de certa maneira favorecer o capital industrial.

De fato, para a expansão capitalista no campo o governo ofereceu subsídios, linhas de crédito e financiamentos variados inclusive a juros abaixo das taxas de mercado (AGUIAR, 1989). As políticas econômicas, com efeito, visam a favorecer a demanda do processo de acumulação, legitimando determinadas classes sociais que mantêm o controle de produção. Essa legitimidade manifesta-se, sobretudo, na desigual distribuição de renda, da propriedade fundiária na valorização das terras. Os privilégios concedidos pelo governo, através de programas especiais de eletrificação rural, açudagem e poços artesianos, construção de estradas vicinais e tecnificação da produção são encontrados no espaço rural, porém poucos estabelecimentos contam com esses benefícios públicos.

Com isto, pode-se inferir que a intervenção do Estado favorece a modernização dos grandes estabelecimentos que pertencem a uma minoria de produtores integrados ao mercado e/ou àqueles que recebem apoio por parte de líderes políticos.

Conforme IVO (1982), a redefinição econômica e fundiária tem ocorrido freqüentemente nos espaços onde se expandiram as atividades voltadas diretamente para a comercialização, como reflorestamento, o café, a pecuária, a cana-de-açúcar e os projetos de produção dos perímetros irrigados. Em todos esses casos, a expansão ou introdução dessas atividades em áreas já ocupadas significam a eliminação de pequenas unidades de produção de subsistência com base no trabalho familiar e substituição por grandes propriedades nas quais a produção se organiza com base no trabalho assalariado direcionada para o comércio. No caso de Feira de Santana, verifica-se uma preferência e um estímulo à instalação de empresas rurais e de modernas fazendas de pecuária.

Em todas essas situações, é marcante a interferência do capital industrial penetrando no setor rural diretamente ou com apoio do Estado, reforçando a estrutura fundiária existente, destruindo ou transformando a pequena produção.

Essas mudanças expressam a ampliação das relações capitalistas de produção que resultam não só da própria dinâmica de acumulação, mas, como afirma LAVINAS (1985), da ação do Estado. Este não só implantou uma infra-estrutura básica como organizou métodos e condições de trabalho que implicaram em mudanças nas relações de classes.

O processo vivido pela agricultura na Bahia e, em particular, em Feira de Santana, guarda semelhança com a chamada “modernização conservadora” do campo brasileiro, caracterizada por ser parcial e concentrada e ter na ação do Estado um mecanismo determinante de seu desenvolvimento.

A partir da década de 70, o Estado é o principal financiador agrícola, sendo responsável por mais de 80% do crédito. Até 1975, esses financiamentos privilegiavam a pecuária em detrimento da agricultura, mas, em 1980, essa tendência é invertida, passando a agricultura (lavouras comerciais) a receber 63,2% dos financiamentos, reduzindo a parcela da pecuária para 32,1% IVO (1982).

Conforme as informações das gerências do setor de crédito agrícola do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, na cidade de Feira de Santana, de 1970 até o início de 1980, o maior volume de investimentos foi aplicado na pecuária.

Entretanto, nos anos seguintes, os financiamentos dão prioridade aos programas de custeio e ao estímulo às culturas de exportação e à modernização do setor. A concentração de volume maior de recursos beneficia os produtos agrícolas, se bem que a pecuária também permanece contemplada. Os incentivos estão relacionados à tecnificação da produção, mecanização e uso de insumos, confirmando que o estímulo à agropecuária obedece a nítidos interesses e seletividade. Não é o apoio à agricultura em geral, mas a um certo tipo de atividade agrícola mesmo que seja de lavouras alimentares, desde que seja uma atividade que signifique produção para o mercado.

6.1 A INFLUÊNCIA DO CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ NA AGROPECUÁRIA FEIRENSE

No final dos anos 60, a ação do poder público na Bahia coordenou através da SUDENE, um conjunto de políticas econômicas que favoreceu o desenvolvimento da atividade industrial. Os incentivos fiscais e os investimentos estatais foram os

mecanismos utilizados para implementar o processo de industrialização da agricultura através da implantação de pólos industriais regionais.

Em decorrência desse processo de expansão industrial, no início da década de 70, implantou-se, em Feira de Santana, o Centro Industrial do Subaé — CIS, instituído sob a forma de Autarquia Municipal, pela Lei nº 690 de 14.12.1970. Recentemente, o Centro Industrial passou a ser vinculado ao Governo Estadual, através da Secretaria de Indústria Comércio e Turismo.

O CIS surge em decorrência de um conjunto de iniciativas no âmbito do poder federal e estadual, mediante a capacidade de planejamento administrativo local. Com isso o município atraiu para si um conjunto de vantagens, do ponto de vista da diversificação das empresas, que foram estimuladas pelo fácil acesso de seus produtos aos principais mercados da região Nordeste e pela facilidade de aquisição de matérias-primas e de arrematação mão-de-obra em outras regiões brasileiras.

Esses fatores possibilitaram significativamente a expansão da atividade industrial, atraindo investidores locais, cujo capital foi acumulado através do comércio e do setor pecuário, assim como grandes capitalistas e empresários do Centro-Sul do País. Conforme SILVA, SILVA e LEÃO (1985), a dinâmica econômica de Feira de Santana teve início através do desenvolvimento da pecuária combinada ao comércio. A esses fatores somar-se-á a importância de principal entreposto rodoviário do Estado.

A partir da implantação do CIS, o município assumiu uma posição de destaque na economia industrial baiana. As empresas aí instaladas abrangem uma extensa área de atuação, visto que se concentram em dois pólos principais: o núcleo piloto, que se localiza no início da BR-324, rodovia principal de acesso, não só a Salvador como ao Centro Industrial de Aratu — CIA, e ao Complexo Petroquímico de Camaçari — COPEC. O segundo núcleo situa-se no Bairro do Tomba, às margens da BA-052, que liga Feira a São Gonçalo do Campos, articulando-se com um dos maiores corredores econômicos do país, a BR-101.

Em virtude da implantação do CIS, um grande número de indústrias de beneficiamento de matérias-primas vegetais, animais e minerais proliferou na periferia do município.

Em decorrência da modernização da agricultura baiana, a pecuária regional de Feira de Santana passou a ser orientada basicamente para atender a produção agro-industrial. Com isto, busca-se uma alternativa mais econômica e viável para os produtores capitalizados que passam a contar com “menores riscos” de produção,

empregam menor volume de mão-de-obra, enquanto obtêm paralelamente melhores preços para os seus produtos. Do ponto de vista da organização da produção, amplia-se a dependência em relação ao setor produtivo industrial que fornece os insumos agrícolas em geral e se apropria de parte da produção.

Todas essas alterações provocadas pela modernização significaram uma intensificação da produtividade que é mais acentuada em áreas já economicamente ocupadas (Feira de Santana, Recôncavo, Região Cacaueira), via criação de pólos industriais e programas especiais executadas por órgãos extensionistas ou via liberação maciça de crédito.

No caso da pecuária em Feira de Santana, é a agroindústria, via linhas de crédito do Banco do Brasil e do Nordeste, o grande veículo de mudanças, estimulando a utilização de técnicas modernas e de insumos em larga escala. Nesse contexto, manifesta-se a expansão do capital no campo, apesar do discurso do Governo ser o da solução dos problemas agrícolas, em particular a estabilidade social e econômica do pequeno produtor não só do Nordeste, como em todo o País.

O apoio financeiro, atribuído às linhas de financiamentos públicos coordenados pela ação da SUDENE, tem um peso significativo por constituir-se em fonte de recursos para projetos agropecuários e para implantação de obras de infraestrutura. Dos 34 projetos aprovados para o Nordeste, pela SUDENE de 1963 a 1976, 64,4%, foram destinados a pecuária, de acordo com SORJ (1980 p.100), que acaba concluindo: "... os efeitos da SUDENE fortalecem a tendência à pecuarização, à concentração fundiária e a geração de grandes empresas capitalistas".

A implantação de empresas capitalistas muda, conseqüentemente, a estrutura da produção agrícola em toda sua área de influência e amplia seu domínio sobre o campo, transformando-o em excelente mercado para a expansão industrial. Posição de destaque nesta atuação vai caber à Cooperativa Regional Agropecuária de Feira de Santana — COOPERFEIRA, e à Cooperativa Central de Laticínios da Bahia — CCLB, que passaram a controlar provavelmente a produção "dentro da porteira", prática através da qual realiza-se a comercialização do leite e do gado destinado ao abate.

A presença dessas agroindústrias possui extrema importância na consolidação das mudanças na economia da pecuária de Feira de Santana, a medida que a produção passou a ser comandada a partir dos mecanismos de mercado que atendem a novos padrões de demanda da ampliação da interferência do capital no campo, o que pode explicar os aumentos constantes dos preços dos produtos pecuários.

Com o dinamismo da produção agrícola, a região tornou-se fator de atração de novos empreendimentos, especialmente no setor da indústria agro-alimentar. Um bom exemplo refere-se à implantação de abatedouros e frigoríficos. Nessa expansão, devem-se considerar também as agroindústrias do ramo de ração (Primor, Guabi, Purina, Cargil, dentre outras) que atraem, para as regiões onde se localizam, uma produção mais intensiva. Fortes indicações neste sentido estão na atenção especial que o Governo Estadual tem atribuído ao município através da execução de projetos agropecuários. Notadamente, como parte da expansão do CIS, recentemente implantou-se, no distrito de Humildes, a Avicultura e Agropecuária Matadouro de Aves e Coelhos — AVIPAL, cuja produção — frangos e carne suína — destina-se a abastecer os principais abatedouros e frigoríficos da cidade e região.

Além desse ramo industrial, o CIS possibilitou a expansão do comércio com a crescente demanda por produtos industrializados, bens de consumo e insumos industriais, a interiorização das principais redes bancárias nacionais, bem como a criação de órgãos públicos, como por exemplo, da Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS, do Departamento de Defesa Agropecuária — DDA, e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola — EBDA, cujas atividades consistem na assistência técnica e social da economia rural.

Atualmente, o município de Feira de Santana conta com 138 estabelecimentos do ramo de minerais não metálicos; 220 de metalurgia; 138 de madeira; 138 de imobiliário; 216 de química; 422 de produtos alimentares; 999 de construção e mais de 1.403 atividades em ramos diversos. No que diz respeito ao comércio, o município de Feira de Santana possui 19.299 estabelecimentos registrados na Junta Comercial do Estado da Bahia (SEI, 1997).

A implantação do CIS, em 1970, pode-se dizer que foi uma consequência da vocação de Feira de Santana para a transformação dos produtos agropecuários. Paralelamente, a essas indústrias outras vieram se instalar no município contribuindo para o desenvolvimento das atividades terciárias.

No que se refere as vantagens proporcionadas pelas agroindústrias, pode-se dizer que os grandes pecuaristas estão diretamente ligados ao processo produtivo, mas no que diz respeito a inserção dos pequenos produtores, estes se encontram a margem do processo de industrialização, embora seja utilizados como mão-de-obra prestadora de serviços. Porém, os salários pagos mesmo durante um curto período permite uma

melhoria na qualidade de vida complementado com a renda da exploração da terra da pequena propriedade.

6.2 AS REDES DE COMERCIALIZAÇÃO DO GADO E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Feira de Santana destaca-se como o principal centro de comercialização de gado e de produtos agrícolas do interior do Estado. Esse fato deve-se basicamente, ao grande volume de negócios realizados através de trocas comerciais facilitadas pela rede viária.

O comércio de animais ocorre durante o ano inteiro entre os criadores. Entretanto, é no bairro Campo do Gado Novo (Fotografia 14), antigo Campo do Gado, no qual funciona o Complexo Matadou-ro Municipal, que se realizam as tradicionais feiras de gado em pé, às segundas-feiras. O matadouro é responsável por grande parte do abastecimento e distribuição de carnes para os frigoríficos do município e também de cidades circunvizinhas.



Fotografia 14 – Aspecto panorâmico do Campo de Gado, Feira de Santana 1998.

No Campo do Gado comercializa-se também o gado bovino para recria ou engorda, assim como os ovinos, caprinos, suínos e muares. Segundo o senhor Paulo Raimundo Correia dos Santos, auxiliar técnico de medicina veterinária do Departamento de Defesa Agropecuária — DDA, vende-se, em média, 1.200 cabeças de gado em cada feira semanal. Desse total, uma parte destina-se à pecuária de corte e a outra a pecuária leiteira. Na cotação dos preços da arroba existe uma pequena diferença entre o valor do animal que é destinado diretamente para o abate, que está em torno de R\$32,00 (trinta e dois reais), daqueles que são selecionados para recria, ou seja R\$30,00 (trinta reais).



Fotografia 15 - Comércio do gado em pé no Campo do Gado, 1998.

O gado comercializado no Campo (Fotografia 15), procedente da microrregião de Feira de Santana e mesmo de lugares mais distantes do Estado, é rigorosamente fiscalizado. O produtor antes mesmo de ocupar os currais, deve apresentar em primeiro lugar as notas de vacinação contra a febre aftosa, raiva e brucelose, para que o fiscal do DDA autorize a venda dos animais. Dos proprietários interrogados, 10,0% disseram que comercializavam o seu gado no Campo, 15,0% na COOPERFEIRA e 20,0% nas fazendas.

Apesar da intenção de promover a revitalização do Campo do Gado, a Prefeitura Municipal de Feira de Santana ainda não concluiu as obras de infra-estrutura urbana do Complexo Matadouro Municipal, como calçamento, água, luz e arborização e a via de acesso ao local, que se encontra em péssimas condições de tráfego.

Outro empreendimento que funciona, também, como abatedouro é o Frigorífico Frifeira, órgão integrante da COOPERFEIRA (Fotografias 16 e 17), que já pôs em funcionamento a primeira etapa de sua área industrial de desossamento. Além de ampliar e modernizar as instalações, mediante a utilização de uma tecnologia mais avançada, o Frifeira atende à Portaria Ministerial nº 304, de 1996, colocando no mercado carne resfriada a uma temperatura de até sete graus, desossada e embalada.

Por uma questão de estratégia de mercado, o produto é embalado a vácuo e são selecionados com cortes especiais.



Fotografia 16 e 17 - Sede da COOPERFEIRA e detalhes do desossamento de carnes respectivamente, 1998.

A partir dessas mudanças, a empresa tem planos de conseguir abater, em média, cerca de 6 mil bois/mês, com possibilidade de aumentar a produção, dependendo da demanda do mercado consumidor e dos financiamentos aos produtores. Através da Secretaria de Agricultura do Estado, a COOPERFEIRA também está propiciando aos seus associados um maior incremento da produção através do Programa Novilho Precoce, que tem o objetivo de reduzir o período de preparação de animais para corte, de quatro para dois anos de idade, permitindo ao produtor o retorno do investimento em menos tempo, com elevado ganho de produtividade a custo relativamente reduzido.

O Frigorífico Frifeira produz cerca de 1.000t de carne/mês. Com um faturamento de 3,7 milhões mensais, gera 300 empregos diretos e 600 indiretos. Os preços da carne são fixados pela própria empresa e sua produção é vendida para as redes de frigoríficos da cidade e microrregião, abastecendo, também, a Região Metropolitana de Salvador — RMS. A empresa possui, ainda, um mercado potencial para os seus produtos em outros Estados do Nordeste e no Sudeste. A microrregião de Feira de Santana é responsável pelo fornecimento de 60,0% do gado abatido pelo frigorífico, o restante é procedente dos Estados de Goiás e Tocantins.

Segundo o presidente da COOPERFEIRA, senhor Miguel Pinto, um dos principais problemas enfrentados pelo segmento em que atua é a desqualificação da mão-de-obra e da matéria-prima que, ainda, não se encontram na condição ideal. A empresa tem um processo rígido de inspeção e acredita que através das campanhas que estão sendo desenvolvidas a febre aftosa e demais doenças que afetam o rebanho bovino estejam bem próximas da erradicação, devido ao estágio de conscientização em que os produtores já se encontram.

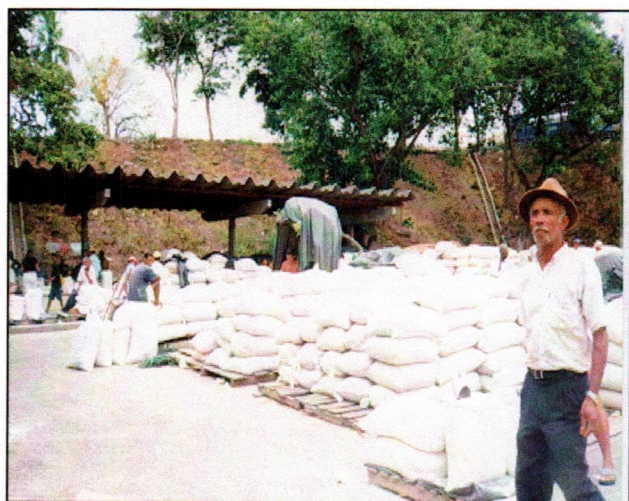
Apesar da fiscalização existente, o abate clandestino de gado continua sendo praticado em larga escala no município. De acordo com o DDA, em 1997, apenas 20,0% da carne consumida pela população passou por inspeção, o que permite a comercialização de animais doentes.

Contudo, o DDA e a Prefeitura Municipal vêm-se empenhando no sentido de conscientizar os produtores a levarem o gado para fazer o abate nos abatedouros autorizados e não nas suas fazendas, a fim de que se possa evitar o mais rápido possível o comércio ilegal de carnes no município.

Quanto à agricultura, apesar do desenvolvimento que o município atingiu, até 1976, os produtos agrícolas eram comercializados na tradicional feira livre às segundas-feiras em pleno centro urbano. Um ano depois, a feira foi transferida para a Central de Abastecimento de Feira de Santana — CAF. Com a implantação da CAF, a Prefeitura Municipal, visava principalmente:

- atrair e integrar os agricultores do município e de sua área de influência para este mercado;
- regularizar a oferta de alimentos;
- eliminar a interferência de intermediários nas transações comerciais;
- minimizar os problemas de trânsito causado pela localização da antiga feira que se concentrava no centro da cidade;
- dar aos feirantes melhores condições higiênicas de trabalho.

Ocupando uma área de, aproximadamente, 20 mil m², o novo centro coletor e distribuidor de produtos agropecuários dispõe de nove galpões destinados à venda de



Fotografia 18 e 19 – Centro de Abastecimento de Feira de Santana venda de cereais, verduras e legumes, 1998.

cereais, carnes, peixes, frutas, legumes e verduras, conforme mostram as fotografias 18 e 19. Além desses produtos são, também, comercializados objetos de cerâmica, fibra e madeira, móveis, confecções, utensílios domésticos e, sobretudo, artesanato e artefatos de couro até para montaria. Dessa maneira a CAF agrega tanto o comércio atacadista como o varejista.

Embora, exista a distinção dos galpões por gênero, internamente aparece mesclada uma grande variedade de produtos e de outros serviços como bares, lanchonetes, barbearias, dentre outros. Os galpões são divididos em boxes e dispõem de área livre, permitindo a instalação de barracas pelas quais, dependendo do tipo da mercadoria, os feirantes pagam em média de R\$1,00 a R\$2,00 (um a dois reais) por m² ocupado por cada feira, comercializando os produtos no dia principal da feira livre e durante a semana. É, pois, dessa forma, que o comércio varejista se realiza. Por outro lado, observa-se que, pela falta de controle das mercadorias, desconhece-se o volume e valor dos bens que entram no sistema comercial da CAF, visto que a função de sua diretoria é administrar o espaço ocupado pelos feirantes, provendo-os com certos serviços. Os produtos destinam-se, principalmente, ao abastecimento da cidade e de outros centros da área de influência de Feira de Santana.

Com a CAF, a feira livre do município não perdeu a importância, visto que a cidade mantém a posição de grande centro comercial, atraindo elevado número de pessoas e de produtos de natureza diversa, tendo como procedência e destino os lugares mais diferentes e distantes. Assim, o que parece ter ocorrido, na verdade, foi a relocação de uma grande feira, da Região Nordeste, que agora dispõe de uma melhor infra-estrutura, funcionando em um local adequado para este tipo de comércio.

As informações levantadas no campo indicam que um número significativo de produtores entrevistados, isto é, 42,0% comercializavam parte dos excedentes de sua produção na CAF, enquanto 10,0% vendiam seus produtos nas feiras livres locais e 8,0% tinham contratos com redes de supermercados e comerciantes das Centrais de Abastecimento da Capital — CEASA.

Segundo, ainda, o depoimento de alguns produtores, a falta de incentivos para a comercialização tem reduzido as possibilidades de lucro pelo fato de intermediários se envolverem nas transações comerciais, comprando os produtos a preços mais baixos do valor pago no mercado. Assim, a CAF ainda não conseguiu eliminar a cadeia de atravessadores que atua entre produtores e consumidores, como se esperava. O escoamento da produção é um dos principais problemas que a maioria dos pequenos feirantes enfrenta no município. Os fretes cobrados estão, geralmente, acima do valor em relação ao dos produtos transportados. Tudo isto está associado à ausência de uma política direcionada a assistência ao pequeno produtor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a problemática gerada pelo processo de desenvolvimento de relações de dominação apresenta características específicas na área focalizada, mas, também, algumas comuns àquelas que se generalizam por todas as regiões do País, como foi amplamente constatado na bibliografia consultada.

Os dados obtidos através dos questionários e entrevistas foram os mais relevantes para o esclarecimento das questões, porque forneceram evidências que, além de permitirem a análise proposta como objetivo geral desta dissertação, conduziram à certeza de que a agropecuária do município, por sua potencialidade e pelo desempenho já demonstrado, representa um reforço significativo para a economia da região e, provavelmente, do Estado.

À luz desta percepção, é conveniente insistir no registro de algumas constatações relevantes, ligadas aos objetivos específicos delineados no estudo:

- a) a análise dos dados evidenciou que significativas mudanças verificaram-se no espaço agrário de Feira de Santana, a partir da década de 70, através da implantação do Centro Industrial do Subaé — CIS, fruto da ação do Estado e dos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE;
- b) processo de industrialização, desencadeado pela criação do CIS, determinou rápidas mudanças que se operaram em todos os níveis da estrutura econômica, social e administrativa do município. A expansão das atividades agropecuárias, refletem-se nas indústrias de transformação de matérias-primas animais e vegetais, dos setores de comércio e de serviços e da malha rodoviária, expansão esta que se estendeu a todo o espaço sob sua influência;
- c) a partir da implantação de agroindústrias e de cooperativas de beneficiamento de carne, leite, milho, feijão e frutas, a agropecuária integrou-se ao setor industrial e, conseqüentemente, ao mercado nacional, provocando mudanças nos processos produtivos;
- d) a política de modernização agrícola, combinada com a política voltada para o fortalecimento dos grandes empreendimentos gerenciados pela iniciativa privada, priorizaram a pecuária como forma de obter produção comercial em larga escala,

devendo-se esta preferência a uma conjugação de fatores políticos, econômicos e sociais, tais como:

- a facilidade de obtenção do crédito agrícola;
 - a incorporação de novas tecnologias e insumos;
 - aumento da demanda das indústrias e das cooperativas de beneficiamento da produção, que prestam assistência técnica e financeira aos seus associados;
 - menor custo da mão-de-obra empregada nas atividades de manejo do rebanho;
 - as melhorias nas condições genéticas e sanitárias, associadas à implantação de novas gramíneas que dão maior rendimento no peso e na produção de leite.
- e) em consequência dessas mudanças, verificou-se a modernização da pecuária, cuja produção passou a ser orientada para a indústria e subordinada a seus padrões, e o crescimento do rebanho bovino;
- f) diante da força da expansão da pecuária, modificou-se a forma de organização do espaço, com a transformação de propriedades, antes parceladas para as culturas de subsistência – mandioca, milho, feijão, dentre outras –, que passaram a ser usadas integralmente como pastagens;
- g) por outro lado, a ação do Estado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural e da Pesquisa de Extensão Rural, favorece os médios e grandes proprietários que visam à maximização dos lucros e exclui os pequenos produtores: o tamanho de suas propriedades constitui um entrave para que a maioria não seja incluída nos programas governamentais. Dessa forma, os financiamentos direcionam-se mais para o custeio de equipamentos e máquinas agrícolas promovendo a elevação da produtividade e o retorno, a curto prazo, do capital investido na produção. Por conta disso, os estabelecimentos pecuários se tornam mais competitivos, mas a mecanização resulta na diminuição das práticas agrícolas tradicionais.

Essas transformações tiveram repercussões profundas na estrutura fundiária, nas formas de relações de trabalho e de uso do solo: intensificaram a expropriação dos pequenos parceiros e arrendatários, aumentaram a concentração da posse da terra,

trouxeram problemas de ordem ecológica e, evidentemente, aprofundaram as desigualdades sociais.

Por isso, vale também alinhá-las e comentá-las, ainda que brevemente:

- a) apesar de uma conjuntura desfavorável, as pequenas unidades familiares, ainda, são responsáveis pelos cultivos de subsistência e por pequenos criatórios que variam de acordo com a área. Mas, sem condições financeiras, dadas as dificuldades de acesso ao crédito, os pequenos agricultores não obtêm o rendimento elevado em suas lavouras, embora, a produtividade do trabalho seja elevada, pois há pouca utilização de fertilizantes, de agrotóxicos e de sementes melhoradas. Por isso, assim que as dificuldades aumentam, os proprietários são forçados a recorrer ao assalariamento;
- b) uma via que parece constituir-se numa alternativa viável à predominância da pecuária de corte e de leite é a atividade hortifrutigranjeira, principalmente a avicultura, que se tem mostrado mais atraente. Por conta disso, tem recebido maiores incentivos do governo do Estado para a implementação de projetos que visam sua expansão, atendendo às novas demandas sociais.

O que se percebe como mais significativo, neste conjunto de mudanças, é a apropriação do controle do espaço agrário em função dos interesses dos grandes proprietários que, visando o aumento de seus lucros, desenvolvem a pecuária em larga escala, em detrimento da agricultura.

Sem condições de trabalho, os pequenos proprietários vendem sua força de trabalho aos médios e grandes proprietários, intensificando, desse modo, as relações capitalistas de produção, que se caracterizam pela alienação. A remuneração da mão-de-obra temporária efetua-se por diária, por produção, por empreitada ou mensalmente – enquanto que os trabalhadores permanentes constituam a minoria dos assalariados encontrados nas propriedades. Nessas condições, para completar a renda familiar, o pequeno agricultor aumenta o valor da jornada de trabalho, incorporando a mulher e os filhos na atividade agrícola, porém, sem qualquer remuneração extra.

Resulta disso um imenso processo de microfundização que intensifica a proletarização dos pequenos agricultores, transformados em um exército de mão-de-obra para o trabalho nas médias e grandes propriedades industriais e empresas rurais emergentes. Chega-se, então, ao final do milênio sem que a sociedade mostre a competência e a vontade política necessárias para mudar a estrutura fundiária do País, mantida historicamente pelas classes sociais dominantes e conservadoras.

Como foi demonstrado, nenhuma atividade do setor agropecuário de Feira de Santana terá contribuído tanto para imprimir as suas marcas na organização do espaço agrário e nas formas de relações de produção e trabalho como o processo de pecuarização que se vem consolidando com a posse da terra, da renda e do poder. Essas mudanças devem também estar ocorrendo em todas as áreas onde o processo teve forte penetração.

Assim, as mesmas transformações que trazem o progresso técnico trazem também os problemas, e estes são mais sentidos quando se analisa “a modernização conservadora”, excludente e parcial, responsável pelo agravamento das desigualdades sociais.

Fica patente que o modelo de desenvolvimento econômico adotado no País, principalmente, a partir da década de 70, atende tão somente aos grandes proprietários capitalistas, embora seja apresentado como se atendesse a todos e inclusive aos pequenos produtores rurais. Dessa forma, constatou-se que o processo de modernização da agropecuária feirense foi ao mesmo tempo intenso e desigual. A maioria da população engajada no setor agrícola de Feira de Santana é analfabeta ou semi-analfabeta, desinformada, pratica uma agricultura do tipo tradicional familiar, cultiva terras de pior qualidade, obtém resultados que evidenciam a baixa produtividade dos cultivos, e tudo isso vai determinar o comprometimento da qualidade de vida do homem do campo.

Assim, a partir das discussões travadas neste trabalho, é possível esboçar, ainda que modestamente, algumas propostas de ação que pretendem, apenas, oferecer alternativas para minimizar os prejuízos decorrentes do processo de modernização, não obstante o papel de correlação do Estado. Entre estas propostas destacamos:

- a) estabelecimento de um zoneamento agropecuário para identificação das vocações agrícolas de cada distrito, onde se determinará quais as áreas do município que deverão ser ocupadas com lavoura ou pecuária.
- b) a partir desse diagnóstico, deve-se estabelecer programas de incentivos ao setor agropecuário, com alternativas para o desenvolvimento econômico, a partir de:
 - implantação de cooperativas e associações, como forma de viabilizar a competitividade da pequena produção familiar;
 - criação de pequenas empresas rurais, visando à geração empregos, mas, dotando-as de tecnologias que possibilitem o aumento da produtividade da mão-de-obra;

- agilização de uma melhor redistribuição de terras como forma de reduzir o desemprego, as tensões sociais no campo e aumentar o abastecimento interno;
- um estudo conjunto com as comunidades rurais de cada distrito, em parceria com a Prefeitura Municipal, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias — EMBRAPA, o Departamento de Defesa Agropecuária — DDA, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola — EBDA, a Universidade Estadual de Feira de Santana —UEFS, os Bancos do Brasil e do Nordeste e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a fim de proceder um levantamento das carências de cada uma delas, a partir das prioridades percebidas e definidas, visando-se compatibilizar assistência técnica, melhorias de obras de infra-estrutura como energia, transporte, açudes, poços artesianos, escolas, postos de saúde e linhas de financiamentos, exclusivamente, ao alcance dos pequenos produtores;
- estabelecimento de medidas efetivas para a convivência do homem do campo com a seca, fomentando técnicas de irrigação, utilizando, para esse fim, as águas da barragem de Pedra do Cavalo, com mapeamento elaborado com a assessoria da Secretaria de Recursos Hídricos — SRH, das áreas que deverão ser irrigadas;
- aproveitamento da mão-de-obra, na maior proporção possível, em todos os projetos, com a preocupação, inclusive, de propiciar treinamento em serviços característicos de suas atividades.
- criação de grupos de trabalho, visando à conscientização do homem do campo para evitar os desmatamentos indiscriminados e as queimadas, esclarecendo os danos causados por eles ao meio ambiente, e o gerenciamento da utilização de agrotóxicos pelos produtores beneficiados, afim de evitar a contaminação dos mananciais;

Um fato que merece registro, pelas suas conseqüências, ainda que imprevisíveis, são os desmatamentos indiscriminados levando a destruição da vegetação e, conseqüentemente, ao desaparecimento de espécies até então raras como pau-candeia (*Lychnophora encoides*) e angico (*Piptadenia Cope*). Recentemente, vislumbra-se algumas iniciativas de comunidades que se unem requerendo medidas preservacionistas dos recursos naturais e de desenvolvimento sustentável.

A implementação desse conjunto de medidas pode redundar numa postura mais participativa e consciente das comunidades, na reavaliação das reais possibilidades de transformação e desenvolvimento do setor agrícola, e congregando os

esforços para buscar parcerias em todos os níveis, visando as alternativas econômicas mais viáveis e, principalmente, para exigir maior transparência e efetividade nas ações das lideranças políticas para reverter os aspectos adversos por que passa a agricultura.

A ação descentralizada que se preconiza exige, além da abordagem participativa, programas desenvolvidos em parceria interinstitucional, nos quais se engajem os três níveis administrativos (União, Estado e Município) para o equacionamento e solução das questões de educação, saúde, emprego e assistência técnica eficaz.

Dado a dinâmica dos processos de mudanças que se verifica na agropecuária feirense, esse estudo não teve a pretensão, nem condições de esgotar a questão que, por sua complexidade, é difícil de explorar integralmente. Para cada um dos aspectos que foram aqui abordados, urge novas investigações para que os problemas decorrentes da expansão do capital no campo possam ser elucidados. Afinal, todos os fenômenos levantados foram meios para se investigar como se processam a organização e as relações sócio-econômicas estabelecidas sobre o espaço, contexto em que se insere o trabalho do Geógrafo.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: CNPq, 1989.

ALMEIDA, José Antônio Pacheco de. *Estudo morfodinâmico do sítio urbano de Feira de Santana - BA*. Salvador: Instituto de Geociências/UFBA, 1992 (Dissertação de Mestrado em Geociências).

ANDRADE, Benedita Pereira de. *Sisal et la société rurale dans le Nordeste du Brésil: le cas de Valente et de Santa Luz (Bahia)*. Toulouse: Université de Toulouse - Le Mirail, 1993 (Tese de Doutorado em Geografia).

ANDRADE, Manuel Correia de. *A pecuária no agreste pernambucano*. Recife: Mossoroense, 1961 (Tese de Doutorado em Geografia).

_____. *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

_____. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Divisão da terra agrícola no Brasil: latifúndio, expropriação e miséria*. Águas de São Pedro: AGETO, 1979.

_____. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-extensiva na Bahia e norte de Minas Gerais*. Recife: SUDENE, 1982 (Estudos Regionais, 7).

_____. *Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas: Papirus, 1988.

_____. *Caminhos e descaminhos da geografia*. Campinas: Papirus, 1989.

_____. *Uma geografia para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1994.

_____. *Globalização e geografia*. Recife: Universitária/ UFPE, 1996.

ARAÚJO, Luiz Coelho de. Desenvolvimento econômico de Feira de Santana. In: *Seminário sobre o desenvolvimento de Feira de Santana*. Salvador: INTERURB, 1984, p. 1-26.

ARAÚJO, Tania Bacelar. *Os desequilíbrios regionais no Brasil: o caso do Nordeste*. Recife: Universitária/ UFPE, 1979.

_____. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, LENA; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, p. 87-95, 1993.

BARBOSA, Diva Vinhas Nascimento. Orientação e especialização da agricultura na Bahia. *Análise Conjuntural*. Salvador: v.5, n. 3, p. 107-129, 1978.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BATISTA, João. A construção de um sonho: a volta das boiadas. *Revista COOPERFEIRA*, Feira de Santana: n. 4, p. 1-68, 1989.

BERGAMO, Mônica; CAMAROTTI, Gerso. Terra em chamas. *Veja*, Rio de Janeiro, v.29, n.17, p.40-41, 1996.

- BRET, Bernard. L'agriculture du Brésil: expansion agricole et crise agraire. *Notes et Études Documentaires*. Paris: n. 4391 - 4393, p. 65 - 72, 1977.
- BRITTO, Antônio. Aspecto comercial e industrial de Feira de Santana. *Feira Hoje*. Feira de Santana: v.1, n.3, p. 15, 1990.
- BRUM, Argemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CÂMARA, Marcos Paraguaçu Almeida. *Raízes históricas de Feira de Santana*. Salvador: INTERURB/SEPLANTEC, 1985 (Cadernos Feirenses, 2).
- CAMINHOTO, João Fábio; Pivetta, Marcus. Os donos da terra. *Veja*. Rio de Janeiro, v.29, n.34, p.80-83, 1996.
- CARVALHO FILHO, José Juliano. Agricultura: transformações e perspectivas. In: CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. *Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*. Fortaleza: ANPEC/CEDEPLAR. 1989. p. 301-318.
- CARVALHO, Anna Dias da Silva. Feira de Santana e o comércio de gado. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 26, p. 14 - 36, 1958.
- CARVALHO, Hildebrando Dias de. *Feira de Sant'Ana - Bahia*. Feira de Santana: Silva e Irmãos, 1939.
- CASTRO, Ana Célia. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília: BINAGRI, 1979 (Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, 7).
- CEI - Centro de Estatística e Informações da Bahia. *Informações básicas dos municípios baianos: Região Paraguaçu*. Salvador: v. 14, 1994.

- CEIA. Central de Informações Agrícolas. *Feira de Santana*: CEIA/UFFS, 1989.
- CEPES. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais. *Feira de Santana*. Feira de Santana: CEPES/UEFS, 1994.
- CERON, Antônio Olívio; GERARDI, Lúcia de Oliveira. Geografia Agrária e metodologia da pesquisa. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro: v. 9, n. 17-18, p.59-68, 1979.
- COELHO, Jorge. *Porque a reforma agrária*. Recife: J. Nabuco, 1985.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- COLOMBANI, Olivier. *Paysans du Brésil: La lutte des sans terre*. Paris: La Decouverte, 1987.
- CONTADOR, Cláudio Roberto. *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1975.
- CORREA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- CRUZ, Arival Conceição da. *Inércia tecnológica da pecuária leiteira na Bahia: o caso da região de Feira de Santana*. Salvador: UFBA, 1993 (Dissertação de Mestrado em Economia).
- DE CARLI, Gileno. *Política de desenvolvimento do Nordeste*. Recife: Imprensa Universitária, 1971.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. *A área centro-ocidental do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1982 (Estudos Regionais, 8).
- _____. *Geografia da agricultura*. São Paulo: Difel, 1983.

- DINIZ, José Alexandre Felizola. *A condição camponesa em Sergipe: desigualdade e persistência da produção familiar*. Aracaju: NPGeo-UFS, 1996.
- DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluizio Capdeville. *A região cacauzeira da Bahia*. Recife: SUDENE, 1983 (Estudos Regionais, 10).
- EMATERBA, EPABA. *Perfil do município de Feira de Santana*. Feira de Santana: CEDIC, 1989 mimeografado.
- FAISSOL, Speridião. Teorização e quantificação na Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 3-191, 1972.
- FEIRA DE SANTANA. *Plano municipal de saúde de Feira de Santana*. Conselho Municipal de Saúde, 1992.
- FEIRA DE SANTANA. Câmara Municipal. *Regimento interno*. Feira de Santana: 1994.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento dos trabalhadores sem-terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FIGUERÔA, Manuel. *O problema agrário no Nordeste do Brasil: análise e proposição*. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- FILGUEIRAS, Luiz Antônio. *Capitalismo e agricultura: a transformação do espaço agrário no Estado da Bahia*. Salvador: 1984. mimeografado.
- FLICHMAN, George. Sobre a teoria da renda fundiária. *Estudos CEBRAP*. São Paulo: v. 20, n. 15, p. 27-74, 1977.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. Notas acerca da região de Feira de Santana. *Carta CPE*. Salvador: n. 7, p. 1-18, 1990.
- _____. *A agroindústria processadora de frutas e hortaliças no Estado da Bahia*. Salvador: Fundação CPE, 1994.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. *O perfil da nova agropecuária da Bahia*. Salvador: Fundação CPE, 1994.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censos demográficos: Bahia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-3/5, 1970-1991.

_____. *Censos agropecuários: Bahia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 1, 3-4, 1970-1980, 1985.

_____. *Contagem da população: Bahia*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 1, 1996.

_____. *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro: IBGE. 1974-1996.

_____. *Produção pecuária municipal*. Rio de Janeiro: IBGE. 1974-1996.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.

GALVÃO, Renato. As origens de Feira de Santana. *Feira Hoje*, Feira de Santana: p. 6-7, 1993.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Algumas reflexões sobre a modernização da agricultura. *Geografia*. Rio Claro: v. 5, n. 9-10, p. 19-34, 1980.

GERMANI, Guiomar Inêz. *Cuestión agrária y asentamiento de población em área rural: la nueva cara de la lucha por tierra Bahia, Brasil (1964-1990)*. Barcelona: UB, 1993 (Tese de Doutorado em Geografia).

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: HUCITEC, 1974. (Estudos históricos).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990.

- GONÇALVES, Neyde Maria dos Santos. *Organização do espaço agrário no município de Jaguaquara*. Salvador: UFBA, 1971 (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- GRAZIANO DA SILVA, José. Os índices de concentração da posse da terra e as modificações da estrutura agrária brasileira em 1960/70. *Revista de Economia Rural*, Campinas, v.14, n. 1, p. 287-310, 1976.
- _____. *Estrutura agrária e produção e subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- _____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1964.
- _____. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HARVEY, David. Conceitos teóricos e a análise dos padrões do uso da terra agrícola na geografia. *Geografia*. Rio de Janeiro: v. 34, n. 25, p. 43-69, 1976.
- HOUEÉ, Paul. Aspectos du problème agraire du Brésil. *Problèmes Economiques*. Paris: n. 1727, p. 24 – 32, 1981.
- IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Relações de produção e proletariado*. In: SZMRECSANYI, Tamas; QUEDA, Oriovaldo. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, p. 148 – 159, 1979.

INSTITUTO DE URBANISMO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA - BAHIA. *Plano diretor do Centro Industrial do Subaé*. Feira de Santana: 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográficos do Estado da Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1,2,3 e 5, 1970 - 1996.

IVO, Anete Brito Leal. *Padrões de reprodução do capital na agricultura baiana: (1940-1980)*. Salvador: CREDAL/CRH, 1982.

_____. *Agricultura baiana: tempos e espaços. Cadernos do Centro de Recursos Humanos*. Salvador, n. 6, p. 60-63, 1987.

KAGEYAMA, Ângela. *Os maiores proprietários de terra no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1986.

KAGEYAMA, Ângela; GRAZIANO DA SILVA, José. *Os resultados da modernização agrícola dos anos 70*. Campinas: UNICAMP, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LACOSTE, Yves. *Geographie du sous-développement*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

LAVINAS, Lena. *A emergência de novas classes sociais no campo e o papel do Estado*. Rio de Janeiro: PUB/ UFRJ, 1985 mimeografado.

- LEÃO, Sônia de Oliveira. *A evolução da pecuária na Bahia: o exemplo de Itapetinga*. Salvador: UFBA, 1973 (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- _____. *Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia*. Recife: SUDENE, 1987 (Estudos Regionais, 3).
- LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Terra, família e capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARTINE, George. *Evolução do emprego no campo*. Brasília: OIT/PNUD/PLAN, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MELO, Fernando Homem de. *O problema alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. Crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. *Revista de Economia Política*, São Paulo: n.9, p. 22-30, 1990.

- MELO, Mário Lacerda de. *Regionalização agrária do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1978 (Estudos Regionais, 3).
- MORAES, Ozeny. 95,5% do gado de Feira de Santana está vacinado contra febre aftosa. *A TARDE*, Salvador, 7 mai. 1998. caderno 3, p. 3.
- MOREIRA FILHO, José de Castro; COELHO, Jorge; ROCHA, Abelardo Messias da.; AGUIAR, Geraldo. *Aspectos gerais da agropecuária do Nordeste*. Recife: MINTER/SUDENE, 1984.
- MOTTI, Pascal. Crescimento urbano na região de Feira de Santana: o exemplo de Santo Estevão. *Universitas*. Salvador: n. 5, p.131-149, 1970.
- NAVARRA, Wanda Silveira. *O uso da terra em Itatiba e Morungaba*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977 (Tese de Doutorado em Geografia)
- NÓBREGA, Mailson Ferreira da. *Desafios da política agrícola*. Rio de Janeiro: Gazeta Mercantil, CNPq, 1985.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. *Resistir para sobreviver*. Feira de Santana: Gráfica Bahia, 1997.
- OLIVEIRA, Tarcízio Góes de; BRANDT, Sérgio Alberto. *O novo modelo brasileiro de desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: APEC, 1975.

- PACHECO, Lenilde. FHC diz que o MST perdeu a consciência político-social. *A TARDE*, Salvador, 23 ago. 1998. caderno 2, p. 18.
- PAIVA, Ruy Miller. *Agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico*. Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1979, 204p, (Monográfica, 30).
- PASTOR-BARRUÉ, Monique. Rémuneration du travail paysan. In: Nouvelles Campagnes. *Actes du Coloque*. Toulouse, p. 16 – 18, 1982.
- PASTORE, José. *Agricultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APEC-ABCAR, 1973.
- PEDREIRA, Pedro Torres. *Município de Feira de Santana: das origens às instalações*. Salvador: Alfa Gráfica, 1983.
- PINTO, Raimundo Antônio Carneiro. *Pequena história de Feira de Santana*. Feira de Santana: Imprensa Comercial, 1971.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- POPPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.
- PORTO, Zadir. Sem terra deixam a fazenda e esperam desapropriação. *A TARDE*, Salvador, 12 jul. 1998. caderno 1, p. 8.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A agricultura subdesenvolvida*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAMOS, Pedro; REYDON, Bastiaan Philip. (org.) *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas: ABRA, 1995.

- RANGEL, Inácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1963.
- SAMPAIO, Gastão. *Feira de Santana e o vale do Jacuípe*. Salvador: Bureau Gráfica, 1977.
- SANTOS, Sandra Medeiros. *A água em Feira de Santana: uma análise do bairro Rocinha*. Salvador: UFBA, 1995 (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC. 1986.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, Valdemiro Lopes dos. *A pecuarização no Recôncavo fumageiro: o caso de São Gonçalo dos Campos - Bahia*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1990 (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- SARMENTO, Walney Moraes. *Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1982.
- SAYAD, João. *Crédito rural no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1984.
- SEI. SUPERINTENDENCIA DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÃO. *Informações básicas sobre os municípios baianos*. Salvador, 1997.
- SILVA, João Saturnino da. *O sistema agro-industrial do Recôncavo baiano: uma aproximação sociológica*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1973 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; LEÃO, Sônia de Oliveira. *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana*. Recife: SUDENE, 1985 (Estudos Regionais, 13).

- SORJ, Bernardo. *Classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SOUZA, Deodato G. Santos et al. *A questão agrária na Bahia*. Salvador: Grupo de Estudos Agrários, 1980.
- THERY, Hérve, *Developpment du complexe agro-industriel et reorganisation de l'espace rural: Le cas du Brejo Paribano*. Paris: IHELICNRS, 1981.
- VALVERDE, Orlando. O uso da terra no leste da Paraíba. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: v. 17, n. 1, p. 49-90, 1955.
- _____. *Estudo de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Miriam Gomes Coelho. Geografia agrária do Baixo Açu. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: v. 23, n. 3, p. 455 – 492, 1961.
- VEIGA, José Ely da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991 (Estudos Rurais, 11).
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- WANDERLEY, Maria Nazaré. Transformações das relações de produção: da senzala ao caminhão. In: REUNIÃO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA, 4., 1978, Campinas. Anais... Campinas: [p.n], 1978. p. 33-40.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS RURAIS,
EM 1997**

**AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO ECONÔMICAS DA AGROPECUÁRIA NO
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

1. Idade: _____ anos
2. Sexo: 1. Masculino 2. Feminino
3. Estado Civil: 1. Solteiro 2. Casado 3. Viúvo
4. Escolaridade: _____
5. Atividade principal:
 1. Pecuária
 2. Lavouras
 3. Pecuária e lavoura
6. Atividade secundária:
 1. Comércio
 2. Empresário
 3. Funcionário público
 4. Funcionário de empresa privada
 5. Outros

II. GRUPO FAMILIAR

1. Idade: _____ anos
2. Sexo: 1. Masculino 2. Feminino

3. Grau de instrução:

1. Analfabeto
2. 1º Grau completo
3. 1º Grau incompleto
4. 2º Grau completo
5. 2º Grau incompleto
6. Nível superior
7. Nível superior incompleto

4. Residência:

1. Na propriedade
2. Fora da propriedade
 - 2.1. No município
 - 2.2. Em outro município

5. Ocupação:

1. Atividades agrícolas na propriedade
2. Pecuária
3. Comércio
4. Outros (especificar): _____

III. AGROPECUÁRIA

1. Nome da propriedade: _____
2. Área total: _____ ha
3. Houve agregação de novas áreas à propriedade original?
 - 3.1 Sim
 - 3.2 Não
4. A propriedade é utilizada para plantação de:
 - 4.1. Lavoura
 - 4.2. Pastagens
 - 4.3. Lavouras e pastagens
5. Onde a produção é comercializada?
 - 5.1. Na propriedade
 - 5.2. Nas feiras livres

IV. SITUAÇÃO ATUAL DA PROPRIEDADE

1. Área cultivada: _____

2. Lavouras: área (ha)

2.1. Mandioca _____

2.2. Milho _____

2.3. Feijão _____

2.4. Fumo _____

2.5. Amendoim _____

2.6. Hortaliças _____

3. Pastagens:

3.1. Natural

3.2. Cultivada

4. Sempre criou gado?

4.1. Sim

4.2. Não

5. Efetivos:

Rebanho	Raça Preferida	Total para		Total do Rebanho
		Carne	Leite	
Bovinos				
Ovinos				
Caprinos				

6. Compra matrizes?

6.1. Sim

6.2. Não

7. Utiliza ordenha?

7.1. Sim

7.2. Não

8. Quantos bezerros aparta por ano? _____

9. O rebanho nos últimos anos tem:

9.1. Aumentado

9.2. Diminuído

10. Pensa em parar de criar?

10.1 Sim

10.2. Não

11. Porquê? _____

12. Perdeu muitos animais este ano?:

12.1 Sim

12.2. Não

Bovinos

Ovinos

Caprinos

13. Causas: _____

14. A reprodução é feita por touro?

14.1 Sim 14.2. Não

15. Utiliza a inseminação artificial?

15.1. Sim 15.2. Não

16. Qual o produto mais rentável?

16.1. Carne 16.2. Leite

17. As vendas dos animais são feitas:

17.1. Na fazenda

17.2. No Campo do Gado

17.3. Cooperfeira

18. Quem fixa os preços da carne na região? _____

19. É expositor?

19.1. Sim 19.2. Não

20. Pertence a algum grupo de criador?

20.1. Sim 20.2. Não

V. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. Recebe orientação técnica/agronômica para algum tipo de cultivo?

1.1. Sim 1.2. Não

Qual? _____

2. Existe assistência médica veterinária na propriedade?

2.1. Particular

2.2. Municipal

2.3. Estadual

2.4. Nenhuma

VI. TECNOLOGIA

1. Como é preparada a terra para o cultivo?

1.1 Através do trator

1.2. Através da capina

1.3. Através da capina/trator

2. Utiliza trator?
 - 2.1. Da Secret. da Agricultura do Município
 - 2.2. De aluguel
 - 2.3. Particular
3. Que tipos de máquinas a propriedade possui?
 - 3.1. Trator
 - 3.2. Triturador de ração
 - 3.3. Semeadeiras
 - 3.4. Adubadeiras
 - 3.5. Moinhos
 - 3.6. Motores
 - 3.7. Outros: _____
4. Utiliza o processo de irrigação na propriedade?
 - 4.1. Sim
 - 4.2. NãoEm quantos hectares? _____
5. Em que tipo de lavouras é utilizada a irrigação? _____
6. O processo de irrigação é feito através de:
 - 6.1. Poço
 - 6.2. Pivô central
 - 6.3. Riacho
 - 6.4. Aspersão
 - 6.5. Gravidade
7. Usa agrotóxicos?
 - 7.1. Sim
 - 7.2. NãoEm que tipo de lavoura?: _____

VII. INFRA-ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

1. Quais os tipos de benfeitorias existentes na propriedade?
 - 1.1. Sede
 - 1.2. Energia elétrica
 - 1.3. Usina de beneficiamento de leite
 - 1.4. Garagem

- 1.5. Escritório
- 1.6. Armazém
- 1.7. Casa de farinha motorizada
- 1.8. Casa de trabalhadores
- 1.9. Estábulo
- 1.10. Silos
- 1.11. Granja
- 1.12. Olaria
- 1.13. Pocilga
- 1.14. Poço Artesiano
- 1.15. Cisterna
- 1.16. Outros

VIII. CRÉDITO RURAL

1. Utiliza o crédito rural?

- 1.1. Sim 1.2. Não

2. A que se atribui a expansão da pecuária no município de Feira de Santana?

3. O Estado tem algum papel nesta expansão?

(explique): _____

4. O governo tem contribuído para melhoria do homem do campo?:

- 4.1. Sim 4.2. Não

De que maneira: _____

IX. RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Origem da renda familiar:

1.1. Apenas da propriedade

1.2. De outras atividades

2. Há morador na propriedade?

- 2.1. Sim 2.2. Não

Quantos? _____ Permanentes Temporários

3. Quantas pessoas trabalham na propriedade?

- 3.1. Parceiros Quantos? _____
- 3.2. Arrendatários Quantos? _____
- 3.3. Assalariados Quantos? _____
- 3.3.1. Permanentes Quantos? _____
- 3.3.2. Temporários Quantos? _____
4. Existe carência de mão-de-obra na propriedade?
- 4.1. Sim 4.2. Não
5. Em que situação? _____
6. Em que fase das culturas existe maior demanda de mão-de-obra?
- 6.1. No preparo da terra para o plantio
- 6.2. Na colheita
- 6.3. Na limpeza dos pastos
- 6.4. Nos tratos culturais
- 6.5. Outros: _____
7. Formas de remuneração?
- 7.1. Diarista
- 7.2. Mensalista
- 7.3. Outros: _____
8. Os trabalhadores de sua propriedade possuem carteira assinada?
- 8.1. Sim 8.2. Não
9. No caso de dispensa o senhor paga o tempo de serviço do trabalhador?:
- 9.1. Sim 9.2. Não